

1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes - 2014

24 a 26
de Março
de 2014

Ouro Preto
Minas Gerais

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85463-12-0



9 788585 463120

ZONA Cultural
EDITORA

Expediente

1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes

Organização e Coordenação Editorial:

Rogério Santos de Oliveira

Assistentes de Organização:

Laira Oliva e Silva

Phelippe Celestino Pereira dos Santos

Ricelli dos Santos Piva

Colaboradores:

Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino

Juana Nunes Pereira

Proj. Gráfico, Capa, Ilustrações e Editoração:

Lucimar Ferreira Jorge

Produção Gráfica:

Zona Cultural Produções Visuais

Universidade Federal de Ouro Preto

Reitor:

Marcone Jamilson Freitas Souza

Vice-reitor:

Célia Maria Fernandes Nunes

Pró-reitoria de Extensão

Pró-reitora

Ida Berenice Heuser do Prado

Pró-reitor Adjunto:

Rondon Marques Rosa

Revisão:

Edna Alves

Tiragem:

1.000 Exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56 Encontro Nacional do Ensino das Artes (1. : 2014 : Ouro Preto, MG.).
Anais do 1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes: 4 a 26 de
março de 2014 / Rogério Santos de Oliveira (Organizador). – Brasília, DF:
Zona Cultural, 2016.
122 p. il.

Evento realizado de 24 a 26 de março de 2014, na UFOP
Modo de acesso: <http://www.encontrodasartes.ufop.br/>
ISBN 978-85-85463-12-0

1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Ensino de Artes. I. Oliveira, Rogério
Santos de. II. Título.

CDU 378

Editorial

O 1º Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Artes se realizou em Ouro Preto/MG entre os dias 24 a 26 de março de 2014.

O Intuito do encontro era entender e mapear não só a dinâmica dos cursos de Artes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES como também propor uma discussão aprofundada sobre a Portaria Interministerial Ministério da Cultura e Ministério da Educação - MinC/MEC e o edital Mais Cultura nas Universidades, o qual, ao tempo do encontro, encontrava-se em fase de elaboração.

O encontro, portanto, tinha como ponto central a discussão realizada pelos grupos de trabalhos por áreas específicas.

A partir do material produzido naquelas discussões, surgiu uma carta denominada **Carta de Ouro Preto**, com as reivindicações das áreas e como mais um instrumento para a elaboração do edital Mais Cultura nas Universidades. Do encontro e do lançamento do edital Mais Cultura nas Universidades fez-se um acompanhamento do envolvimento dos coordenadores de cursos de Artes das IFES na elaboração do Plano de Cultura, realizado por cada universidade que se inscreveu no edital.

Esse acompanhamento foi feito a partir de um questionário enviado aos coordenadores dos cursos de Artes das IFES que mantêm cursos dentro de suas instituições. O retorno expressivo permitiu uma boa análise do envolvimento.

A presente publicação é a memória do encontro e também poderá servir como instrumento de análise para futuras edições do Mais Cultura nas Universidades.

O livro é dividido em três partes representativas do material produzido.

A primeira parte é a abertura do encontro, com as falas e seguidas de uma mesa redonda com o Prof. Dr. José da Costa, vice-reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, o qual no encontro representava a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES; presente também a professora Dra. Dulce Aquino da Universidade Federal da Bahia, que apresentou um panorama dos cursos de Artes nas IFES; e a representante do Ministério da Cultura, Juana Nunes, que tratou da portaria interministerial e o futuro edital Mais Cultura nas Universidades. A condução dos trabalhos da mesa foi do professor Dr. Rogério Santos de Oliveira, então pró-reitor de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto e Coordenador Nacional da Área de Cultural do Fórum de Pró-reitores de Extensão/FORPROEX, fórum do qual era o representante no encontro.

Na segunda parte, faz-se um rápido resumo das discussões de cada grupo de trabalho e reproduz-se algumas falas retiradas do material gravado durante suas discussões. Os nomes e as instituições não são apresentados, uma vez que se entendeu como o mais importante serem as vozes do coletivo. No entanto, o material original pode ser consultado em sua íntegra, se houver interesse de algum leitor ou mesmo do autor das falas. E, finalmente, apresenta-se a Carta de Ouro Preto, já referida.

No terceiro e último momento, tem-se o resultado do acompanhamento realizado junto a vários coordenadores de cursos de Artes das IFES. A escolha por editar o material e apresentar a consolidação das respectivas falas e o mapeamento dos questionários em gráficos se deu a partir do entendimento de que os questionários foram respondidos com liberdade de expressão, assim, os nomes deveriam ser ocultados na publicação, mas o original preservado para consultas futuras.

Dito isso, esperamos que esse material contribua para a evolução das discussões das Artes dentro das IFES como também possa servir de ferramenta para a elaboração das próximas ações que deverão ser realizadas a partir da portaria interministerial MinC/Mec.

Por fim, agradecemos a Universidade Federal de Ouro Preto, na figura de seu atual reitor, professor Dr. Marcone Jamilson de Freitas, pelo apoio ao evento e pela administração correta e elegante que tem feito junto à reitoria. Agradecemos também à Pró-Reitoria de Extensão da UFOP, pelo constante apoio às Artes e à Cultura dentro da instituição e que hoje tem como Pró-reitora de Extensão a Profa. M. Ida Berenice Heuser do Prado.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof. Dr. Rogério Santos de Oliveira

Integração no Ensino do Campo das Artes

O 1º Encontro Nacional do Ensino Superior de Artes possibilitou a germinação de discussões primordiais para as ações políticas na formação superior nesse campo do conhecimento. Na Universidade Federal de Ouro Preto as atividades de arte e cultura já possuem papel de destaque estando intimamente relacionadas com a visão sistêmica do ensino: a formação superior de qualidade que também apresenta reflexos nos demais níveis. Esse trabalho diferenciado só é possível com o incentivo ao diálogo intra e interinstitucional promovendo a crescente busca de novos saberes e o reconhecimento dos já constituídos, seja acadêmicos ou populares.

As linguagens artísticas têm sido conformadas de forma cada vez mais híbrida e, diante de cenários que se altercam agilmente, as manifestações artísticas e culturais prescindem de fomento e estímulo para sua perenização e fruição. Pensar nessa memória e na busca de outros caminhos e em grande parte investir na formação de jovens que vão contribuir para o futuro da nossa sociedade e, para isso, precisam estar preparados culturalmente e civicamente. O estabelecimento de uma política de Estado que articule esses saberes e fortaleça estruturas permanentes é um investimento que certamente surtirá bons frutos e possibilitará que as manifestações artísticas sejam uma constante em nossas vidas e que, com sua estética e reflexões, possa dar a possibilidade de cada um vislumbrar novos horizontes, mais justos, equânimes e diversos.

Profa. M. Ida Berenice Heuser do Prado

A Diversidade e o Ensino Superior das Artes

A articulação do Fórum de Pró-reitores de Extensão, em parceria com o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, para a realização do 1º Encontro Nacional do Ensino Superior de Artes é, sem dúvida, um importante esforço para o fortalecimento desse campo em nosso país. Vindo como resposta à proposição da criação da Universidade das Artes, como se as Artes pudessem ser analisadas de uma forma isolada, esse movimento retoma o entendimento que as manifestações artísticas estão (e devem estar) presentes em todas as áreas do conhecimento. Considero que elas têm um papel importante na formação plena das pessoas, pois educam pela sensibilidade, permitindo uma maior compreensão do mundo. Assim, não poderiam ficar marginalizadas no processo educacional, como um apêndice.

Sediar esse encontro em Ouro Preto tem um simbolismo especial: terra dos Inconfidentes, na qual foram cultuados os ideais de liberdade e soberania do povo brasileiro. Num contexto diferente, mas ainda com espírito de soberania, durante este encontro foram discutidas e propostas ações efetivas para o fortalecimento no campo das Artes em nosso país, com ênfase na inclusão social, no respeito e reconhecimento da diversidade cultural. Envolvendo pessoas de notório saber e sensibilidade artística, essa foi uma etapa importante para pensamento de políticas públicas mais inclusivas e abrangentes. Alguns dos resultados podem ser conferidos neste livro que pereniza e amplia os limites para as discussões em torno das formações de nível superiores relacionadas ao campo das Artes.

Prof. Dr. Marcone Jamilson Freitas Souza
Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto

Apresentação

A Universidade Federal de Ouro Preto, em parceria com o Ministério da Cultura, com o Ministério de Educação e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras FORPROEX, sentiu-se honrada em receber professores, alunos e convidados para o 1º Encontro Nacional do Ensino Superior de Artes.

O objetivo deste evento era mobilizar as Instituições Públicas de Ensino Superior das Artes para dialogar e debater ações que promovam a ampliação e o fortalecimento de programas e cursos de pesquisa e extensão em Arte e Cultura.

A mesa de honra dos trabalhos contou com o magnífico Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, o Professor-Doutor, Marcone Jamilson Freitas; O Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Américo José Córdoba; o Pró-Reitor de Extensão do Instituto Federal do Rio de Janeiro, senhor Rafael Barreto Almada, representando o Secretário de Educação Profissional e Tecnologia – UCTEC do Ministério da Educação; o vice-Reitor da UNI-Rio, Professor Doutor José da Costa, representando a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); a Diretora do CEPIM da Funarte, Senhora Maria Ester Moreira; a Diretora de Educação e Comunicação para Cultura do Ministério da Cultura, Senhora Juana Nunes Pereira; a representante do Ministério da Cultura, Senhora Cesária Alice Macedo e o Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, Professor-Doutor, do Departamento de Artes Cênicas, Rogério Santos Oliveira, neste ato também representando o Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX.

Nesse primeiro momento, tivemos as falas de representantes importantes das ações culturais mantidas nas IFES como intuito de aprofundar o debate sobre as artes no âmbito das instituições públicas de ensino superior brasileiras.

Nos três dias seguintes, se realizaram Grupos de Trabalho por áreas específicas, onde se realizaram intensos debates sobre a atual estrutura e ações dos cursos de artes nas IFES.

Esperamos ter podido, com esse encontro, ampliar os debates e propiciar uma maior aproximação das instituições presentes nesse encontro.

Aqui apresentamos os resultados,

certos que esse debate apenas se inicia.

Sumário

1º Capítulo

A Ampliação dos Cursos de Artes no Brasil.

(Dulce Aquino)..... 9

2º Capítulo

GTs - Dança..... 28

GTs - Música..... 43

GTs - Teatro..... 46

GTs - Artes Visuais..... 64

GTs - Designer..... 82

Retratos..... 90

Carta de Ouro Preto..... 101

3º Capítulo

Questionário..... 105

Considerações Finais..... 121



A Ampliação dos Cursos de Artes no Brasil.

Dulce Aquino



Orador: Eu quero primeiro cumprimentar a todos. Agradecer esse convite a Rogério, à Juana em estar aqui nessa mesa num momento tão importante para o ensino das Artes no Brasil. Eu dou boas-vindas a todos e sei que vai ser algo extremamente produtivo, bonito, rico e diferente. Juana diz assim:

“Quando chega o pessoal de Arte, sempre é diferente”

Se a gente faz a diferença, a gente faz a diferença também nas Universidades e fazemos, também, na vida. O pessoal de Artes é especial.

Eu acho também, e quero registrar, a importância deste momento como resultado de um contínuo. Américo, você está de parabéns pelo trabalho que tem feito, nós temos acompanhado. Quero que entendam a história de reunir Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o MinC e o MEC em torno da questão das Artes nas Universidades. Foram dois anos de idas e vindas. Teve início no finalzinho da gestão de Juca, nossos contatos lá no Ministério e continuou com Ana de Holanda. Sandra de Deus, que é a presidente do Fórum de Pro Reitores e eu como responsável pela coordenação de Cultura do Fórum, fomos várias vezes ao MinC, foram muitas idas e vindas para conseguir algo que em princípio seria muito natural, juntar MEC e MinC para uma ação na área de Arte nas universidades públicas. Repetem muito que há falta de integração entre o MINC e MEC, e que o problema foi quando o MINC se separou do MEC e que antes- o MEC permanece com o C da Cultura - eram juntos. Então, antes eram juntos mas Cultura era uma secretaria sem importância, sempre mal atendida

porque não tinha disponibilidade financeira para ela, porque a questão da alfabetização, a questão das escolas primárias, do Ensino Médio dificultavam qualquer ação para a Cultura, pois os gestores alegavam não sobrar dinheiro. Eu lembro que, em 1977, quando começou a abertura política, e os responsáveis pela área da cultura nas Universidades, iam atrás de verbas para os festivais de Artes junto ao MEC, que ainda tinha a Secretaria de Cultura, a Paloma Amado, que era Secretária de Cultura, me disse: “Mas aqui no MEC não tem dinheiro nenhum para as Artes, estamos criando esta Funarte exatamente para ver se consegue desenvolver esta atividade melhor”. Então, não havia disponibilidade, é a primeira vez na história desse país, pela primeira vez realmente, nunca antes na história, é bonito isso, a gente fazer parte dessa história, é fantástico!. A gente fazendo realmente uma ação continuada. Isso é interessante, que eu parabeno, numa emoção enorme de ver uma pessoa tão jovem,

“A Arte sempre esteve presente, seja nas Academias de Dança, nos Conservatórios de Piano.”

tão inteligente, tão batalhadora, que faz as coisas como Juana, que pensa bem e acompanha o trabalho que vem sendo feito no núcleo de cultura e educação. Então, eu fico emocionada, feliz pela atuação de Juana e sua equipe, que são jovens muito bonitas, que trabalham muito e sabem trabalhar.

O ensino das Artes em grau superior no Brasil antecedeu, em muitos anos, quicá, em um século, a organização desse ensino na Educação Básica. Não havia no Brasil interesse com o ensino das classes iniciais, sempre se trabalhou com a elite do Ensino Superior. Foram criadas duas primeiras academias de Belas Artes, com base legal no Decreto-lei de 1816, quer dizer, a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro e a Academia de Belas Artes da Bahia - uma em 1826, outra em 1877, Não havia, até 1971, com a Lei 5692, que instituiu a Educação Artística, não havia a obrigatoriedade do ensino de Arte no Ensino Fundamental, nos primeiros anos de aprendizagem, no desenvolvimento da criança, etc. Contudo, a gente tem de entender que a Arte sempre esteve presente, seja nas Academias de Danças, nos Conservatórios de Piano. Toda menina sabia tocar piano e fazia balé, eu estudei piano, porque era, nos anos 50, sinal de moça bem preparada. Então, havia essa necessidade, mas, claro, numa sociedade em que só a elite podia fazer isso; quer dizer, não havia políticas públicas voltadas para as classes menos favorecidas. Cabe salientar que na educação primária e secundária no final do séc XIX início do sec XX Rui Barbosa era o defensor do ensino do Desenho livre e Desenho Geométrico e a partir de 1931 a obrigatoriedade do ensino do Canto Orfeônico idealizado por Villa – Lobos com uso político do Estado Novo por Getúlio Vargas

A história do colonialismo nosso, na história do ensino brasileiro, a elite tinha as academias, tinha os estúdios de piano e era uma necessidade da formação do jovem, do adolescente, das pessoas bem prendadas, para elas Arte era fundamental. E as Academias de Belas Artes, as primeiras, também dentro daquele espírito imperial, foram criadas junto das Escolas Militares e dos cursos de Medicina, as duas coisas importantes do Império. Só em 1971 no auge do Regime Militar, é instituído a disciplina Educação Artística nos currículos de 1º e 2º graus. A instalação desse modelo, exatamente porque foi uma das ações da Ditadura, propiciou sérios equívocos. Na

“Essa possibilidade de transformação, de liberdade, que o ensino das Artes traz.”

formação de professor tinha a figura do professor polivalente, como se chamava, na época, professor de Educação Artística. Houve uma febre do professor preocupado com processo e não com produto e então, tinha aquele professor de fazer colarzinho de macarrão e repetição de copias do artesanato popular. Eu lembro de uma exposição de resultados de trabalhos da disciplina Educação Artística, em Sergipe, no final dos anos 70, de um projeto de extensão com vínculos com a produção popular. E foi exposta uma sala com várias carrancas todas exatamente iguais; a repetição de uma carranca, as crianças passaram o ano inteiro fazendo a mesma carranca; não na vivência da carranca como necessidade, mas como apenas a repetição e imitação do objeto criado pelo artesão. Essa legislação, a lei 5692 foi criada concomitante à reforma universitária. A Reforma Universitária era uma aspiração dos movimentos estudantis e sociais pré - 64 e constava das lutas pelas Reformas de Base. Os estudantes estavam nas ruas buscando a reforma universitária; porém, de cima para baixo, dos gabinetes, dos militares que são as que eu chamo reformas das grades curriculares - até no nome está este espírito militarista.

Apesar dessa realidade do surgimento desse curso de Educação Artística, havia os cursos superiores anteriores implantados nas universidades. Nesse sentido, eu quero afirmar: não só essas academias mais antigas, principalmente, as do Rio e Bahia, que naturalmente, fizeram parte das primeiras universidades, a Federal do Rio de Janeiro e a Federal da Bahia. Essas academias de cem anos imediatamente foram incorporadas às universidades quando essas foram criadas, mas, além desses cursos, havia outros cursos de arte fora das universidades. Assim teve uma

experiência importantíssima e aí a gente deve entender que havia um sentimento de liberdade, no período de uma razoável democracia, e esse pensamento da Arte na formação era tida como ação libertadora e emancipatória. E é importante ser esse encontro aqui, em Ouro Preto, exatamente porque essa possibilidade de transformação, de liberdade, que o ensino das Artes traz é também nesse mesmo espírito que sentimos, quando chegamos aqui em Ouro Preto, lembramos da história dessa cidade e a importância da liberdade. Então, em períodos, que antecederam o golpe de 1964, houve um importante movimento, que foi a criação da Escolinha de Arte, em 1948, e continuou até 1964. Repito teve grande importância, a

“A mudança do sentido de forma-conteúdo que ecoava nos corponectados jovens intelectuais.”

Escolinha de Arte criada por Augusto Rodrigues no Rio de Janeiro. Quer dizer, é um exemplo extraordinário da necessidade da educação pela Arte. Do Brasil inteiro vinham pessoas cursarem essa formação de professor; não era chamada de licenciatura, mas em professor de Arte Educação ou Educação pela Arte. Isso era fundamental e estava muito ligado ao espírito da educação integral de Anizio Teixeira. É aquela ideia da Educação como ação libertadora que a Arte era fundamental e essas concepções se baseavam no educador inglês Hebert Read. A relação com o corpo, a percepção de espaço, a importância para a criança de não aprender Arte para ser artista, mas aprender Arte para se libertar como indivíduo. A ação simbólica mesmo que é o que humaniza a nós todos. A humanização maior é pelo simbólico. E esse curso – Escolinha de Arte no Rio de Janeiro - foi algo que se proliferou pelo Brasil inteiro Estou colocando alguns pontos de ações importantes nesse ensino que não era

através da universidade, que era ao largo da universidade, mas que sempre esteve na cultura brasileira, a Arte sempre teve papel importante na formação do cidadão.

Outro importante movimento, também, antes de 1964, nesta primeira metade do século XX, final dos anos 1950, foram as Escolas de Arte criadas na Universidade Federal da Bahia. Em 1954 se criou a primeira Escola de Música Contemporânea, onde se avançava com uma linguagem artística inovadora. O interessante é que foi criada a Área de Artes com a Escola de Dança, a Escola de Teatro e a Escola de Música, ou seja, um modelo novo da arquitetura universitária. Vocês vão ver poucas são as universidades em que as Artes estão separadas com autonomia administrativa institucional, poucas são as Universidades que têm Artes em sua Arquitetura Acadêmica, como unidades com autonomia epistemológica e com influência dentro da política universitária. A Arte, o curso de Arte, sempre vai estar lá no quartinho do fundo, dentro do centro de humanidades e cultura ou de um centro de filosofia, humanidades etc. Não tem presença, dentro, inclusive, das políticas universitárias, mesmo onde se busca avançar com o papel das universidades o foco são as outras áreas do conhecimento.

Essa formação, inclusive, completamente inovadora no sentido de trazer o que se tinha de mais avançado de pesquisa de Arte no mundo, foi naquele momento extraordinário. Foram contratados músicos para formar uma orquestra sinfônica com 120 músicos vindos da Europa, reunindo artistas que fugiram do nazismo alemão logo após a segunda guerra. Para formar uma orquestra nos não tínhamos músicos preparados. Além do artista precisávamos do professor. Agora, será que tinha que ficar só naquele professor de percussão que ensinava Jacques Dalcloze ou tínhamos de ter aprendido, já naquela época – eu fiz capoeira com 15 anos de idade – se, naquela época, a gente não tinha de estar na universidade também, já aprendendo com os atabaquistas? Na Bahia, tem uma quantidade grande de pessoas, que, em termos de percussão, são os grandes doutores, como o Américo colocou aqui. É lá que a gente vai ver aquela expansão cultural e onde estão os mestres. Foi importante a criação da orquestra sinfônica. Foi importante para o entendimento da arte contemporânea, seus processos de criação e, neste sentido, a comunidade assistia ali, os espetáculos de dança contemporânea. A música

dodecafônica de Koellreuter, há a presença, por exemplo, de John Cage no palco, estando na plateia o jovem Caetano Veloso e toda uma juventude universitária. Então, esse momento foi muito importante porque havia uma relação entre a pesquisa de linguagem-arte do ideário da Arte Moderna e a mudança do sentido de forma-conteúdo que ecoava nos corponectados jovens intelectuais. Corponectados é um termo que a professora Lenira Rengel criou, que dá muito o sentido dessa percepção. A poética revolucionária de Che Guevara era o estímulo para perceber a produção contemporânea da Arte e as rupturas com as formas Neoclássicas e Românticas. O que eu quero dizer? As Escolas de Arte, coladas nas aspirações dos jovens presentes em toda vida universitária, com presença, é importante ação para a formação cultural desses estudos. Essas escolas, claro, eu não vou parar aqui para falar sobre isso, mas sofreram com a ditadura em 1964. Foi totalmente abafado o fluxo que tinha

“ Nas universidades, é onde ficou resíduo do lixo da Ditadura.”

essas escolas, ainda que por sorte, por terem sido criadas dentro daquela arquitetura, que eu digo, de presença e de unidade, permanecem e foram centros de resistência. Outro importante movimento é do ensino das Artes. Esse sentido das Artes para a juventude são os CPCs, onde também os estudantes estavam com seus ideários revolucionários sendo exercitados, percebidos e discutidos através das Artes.

Por fim, dentro deste foco, e claro, os meninos dos CPCs, foram os mais perseguidos, os estudantes que faziam parte dos centros populares de cultura foram os mais perseguidos na ditadura. Hoje, o país retorna à sua plenitude democrática, também refletido na construção de novos itinerários pedagógicos., Quer dizer, a gente esquece a possibilidade das diretrizes curriculares, hoje apontadas pelo MEC, darem margem a essa liberdade, que não estava contida naqueles currículos, naquelas grades curriculares da Ditadura. É nessa liberdade das diretrizes

culturais que cabe às escolas de Arte avançarem e fazerem a diferença na universidade. Nós não somos iguais à área de Ciências, nós não temos de ser. Nós temos natureza diferenciada, temos de trazer, não precisamos ter técnicos.

A cultura está do lado de fora, tá dentro e fora, claro, é um contínuo tecido universitário, mas nós temos de trazer nossos mestres, reconhecer isso, ter uma relação diferente com essa questão do ensino artístico e, ao mesmo tempo, ter oportunidade de se colocar. Vou mostrar agora alguns levantamentos que fizemos em parceria com o MINC. Eu estou responsável por fazer alguns diagnósticos, levantamentos sobre os ensinamentos das Artes e nós fizemos alguns, temos alguns dados para mostrar e podemos verificar como é importante esse momento. Estou falando muito dessa relação, de mudança, de transformação, porque acho que ação, nossa ação cidadã, é de transformação mesmo.

Nós jovens, esses jovens - mas só jovens mesmo é que conseguem avançar- eu posso no máximo mostrar que sempre, os avanços maiores foram realizados por jovens que estavam à frente das lutas sociais. Mas o que eu quero dizer é que nós estamos hoje tendo um impacto enorme. O ensino das artes modificou. E chego a ficar emocionada de estar assim com esse monte de gente, quando eu lembro que 20 anos atrás a escola de dança era a única escola de dança de nível superior, a escola de dança da Bahia.

Na década de 70, nos eventos de dança, parecia que estava falando grego, porque falava de questões do ensino superior. Hoje nós temos nas instituições federais 19 cursos de dança. A mudança foi muito recente, isso é o que eu vou mostrar. Até então, a quantidade de cursos que nós tínhamos e o que se conseguiu, com o quê? Com uma mudança de rota, uma mudança de rota do nosso governo. Nós tivemos uma ditadura, que a ditadura não é de quando acaba há 20 anos, que entrou o governo civil e a Ditadura, a legislação permanece ainda. Eu acho que, nas universidades, é onde ficou resíduo do lixo da Ditadura, é lá, dentro da universidade, é lixo legislativo mesmo. É lixo da Ditadura e a gente não se dá conta disso. A universidade continua naquela... eu vejo revolucionário virar para mim e dizer assim: “mas como podem acabar com a estrutura departamental? É uma tradição o departamento”. Contudo esquecem eles que o

departamento foi criado exatamente em plena ditadura, naquele formato que veio de cima para baixo. E, nesse sentido, no fluxo que vocês vão ver, pensar a arte como expressão de uma elite, mesmo. Quer dizer, o que a gente tinha nesse país colonizado, terrível mesmo, a diferença de classe.

Entender que a Ditadura atrofiou muito a criação do curso de Arte e o governo neoliberal pós-ditadura não estimulou a área de Arte e nós tivemos até 2003, dificuldades, inclusive, os mais antigos lembram que nós levamos anos proibidos de aumentar o número de alunos. Não se podia passar de 40 na vaga; O curso de dança, por exemplo, em 1971, na hora que veio a reforma universitária, foi dado 40 alunos; não podia aumentar de jeito nenhum. Havia uma política para não aumentar no ensino das Artes, o ensino

na universidade pública. A tendência era acabar com a universidade pública e eu dizia: é muito difícil criar, nas universidades privadas, cursos de Dança, por exemplo, que é caro; é um curso muito caro. Curso de Música, é muito caro e nas universidades privadas só quem vai é uma elite que vai poder fazer igual aquela “elitezinha” que fazia academia de balé. Então, nós precisávamos que as universidades públicas criassem cursos de Arte, mas estava proibido. A tendência, até 2003, e eu digo: se nós tivéssemos o resultado eleitoral de 2003 diferente, nós hoje não teríamos mais nenhuma universidade pública no país.

Então, eu acho que é isso, a gente vai ver nos gráficos, como aumentou. E, finalmente, observar que, depois de 2003, começou uma mudança, mas que houve um impacto importantíssimo a partir de 2007, com o REUNE. Isso é algo que

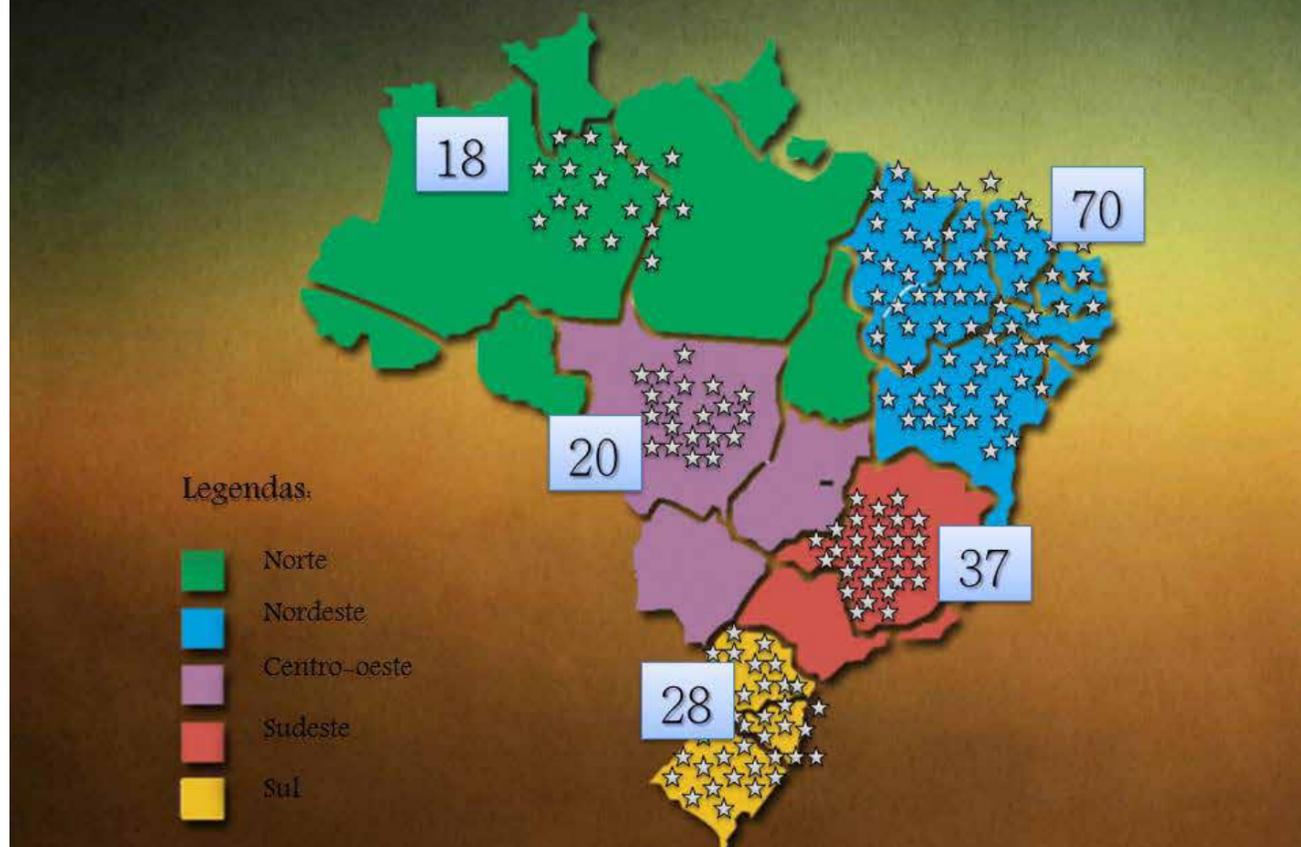
Apresentação de Gráficos (Os cursos de Arte por Região)



Instituições Federais

173

Cursos de Arte e Cultura nas IFES – por Região



a gente, por mais que se queira fazer críticas, vocês vão verificar o impacto que teve o REUNE.

Nós temos já, interessantíssimo, a Região Nordeste tem 70 cursos de Arte.

Ah sim, uma coisa importante, para poder entenderem: nós temos um total de cursos de Arte no Brasil de 236, sendo que 173 são cursos de Universidades e Institutos Federais, os outros de Estaduais e Municipais, de escolas públicas federais, estaduais e municipais. É possível que tenha surgido outros cursos, num total de universidades públicas são 282, ou seja, 79 têm cursos de Arte. 79 Universidades Públicas Federais.

É interessante que a gente tem no Centro-Oeste 20 cursos; no Sul 28 cursos; Sudeste, 37. É muito interessante que o Sudeste seja tão rico, onde tem a excelência de produção artística, um enorme mercado, mas pouco ensino das Artes.

Temos 66 cursos no Nordeste. Será que é por que temos uma enorme diversidade cultural na

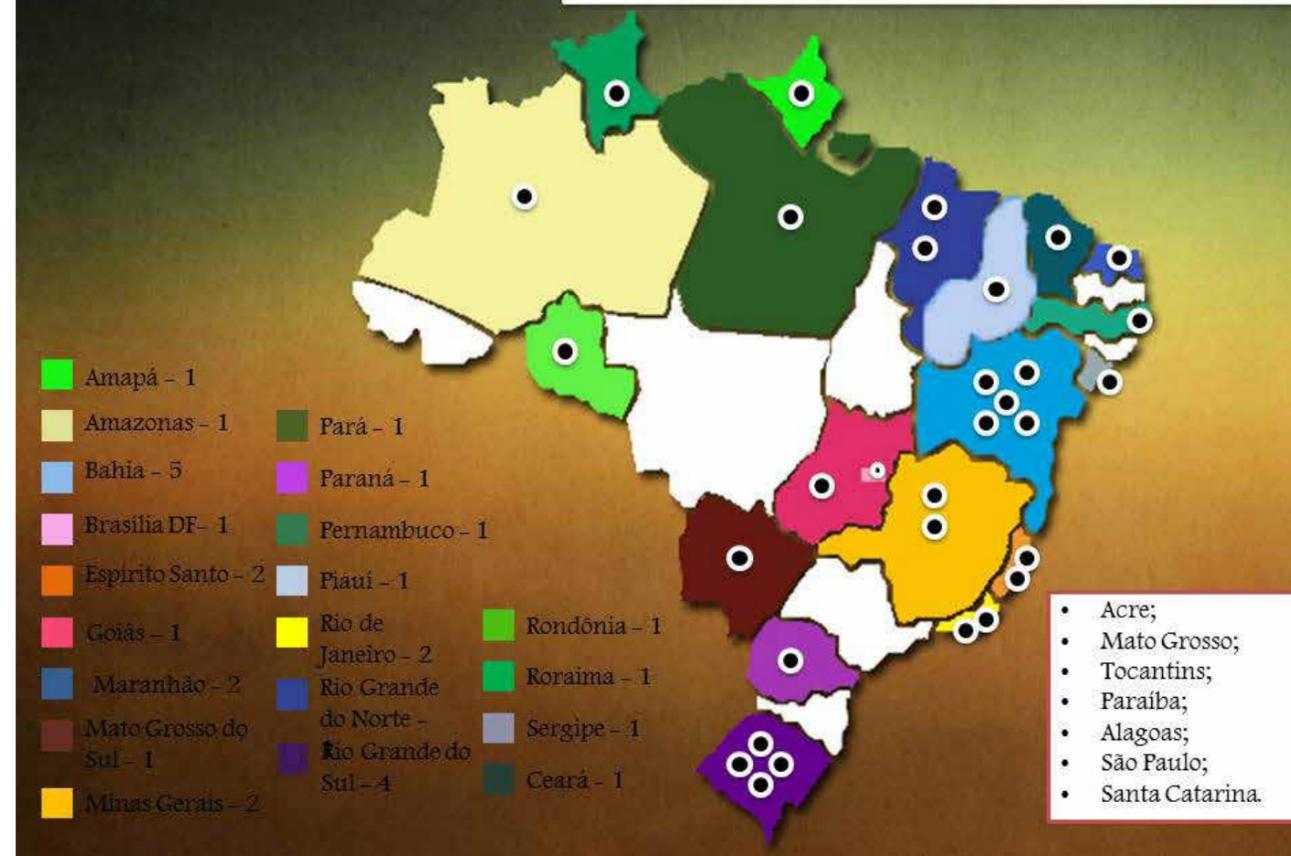
nossa região? Bom, isso são só levantamentos, estamos mostrando dados.

E é possível que falte, é possível que tenha sido criado, do tempo que a gente está fazendo isso, é possível que tenha sido criado algum outro curso, a gente ainda não tem uma margem de erro.

Cinema é super-recente. Nós não tínhamos nenhum curso, antes de 2003, de Cinema. Também a gente tem de pensar que um curso de Cinema não é tão simples de implantar. Por que tem a parte da equipamentos, que é economicamente muito dispendioso. A implantação do curso é difícil.

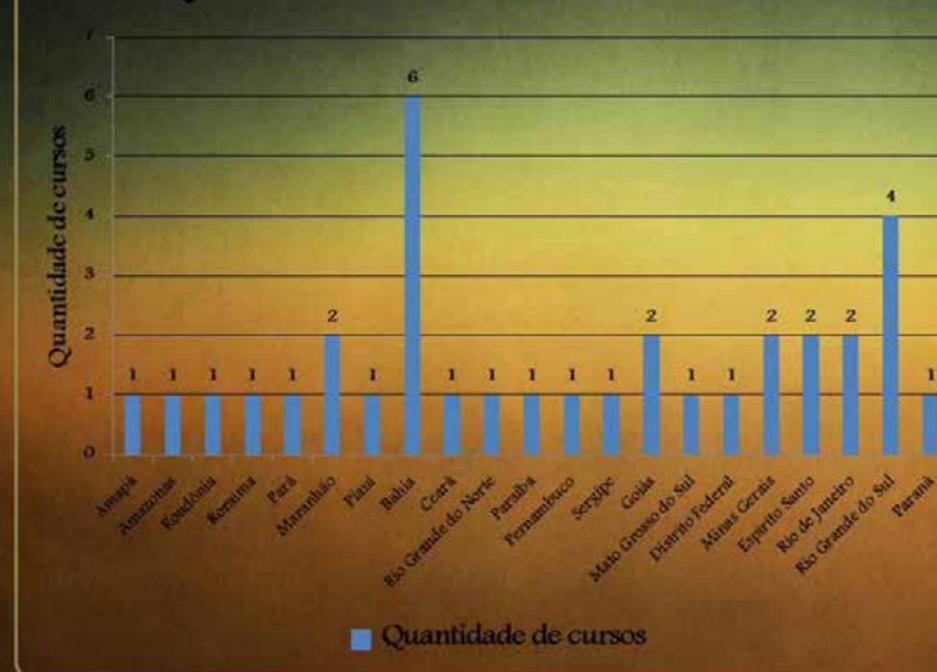
Então, esses cursos que o MEC coloca: Artes Visuais, Cinema, Designer, Dança, Teatro e Música, são seis. São seis que tem na portaria do Conselho Nacional de Educação. Designer também é mais recente, apesar de, no Rio Grande do Sul, já haver bastante cursos de Designer antes.

Artes Visuais – 34 cursos

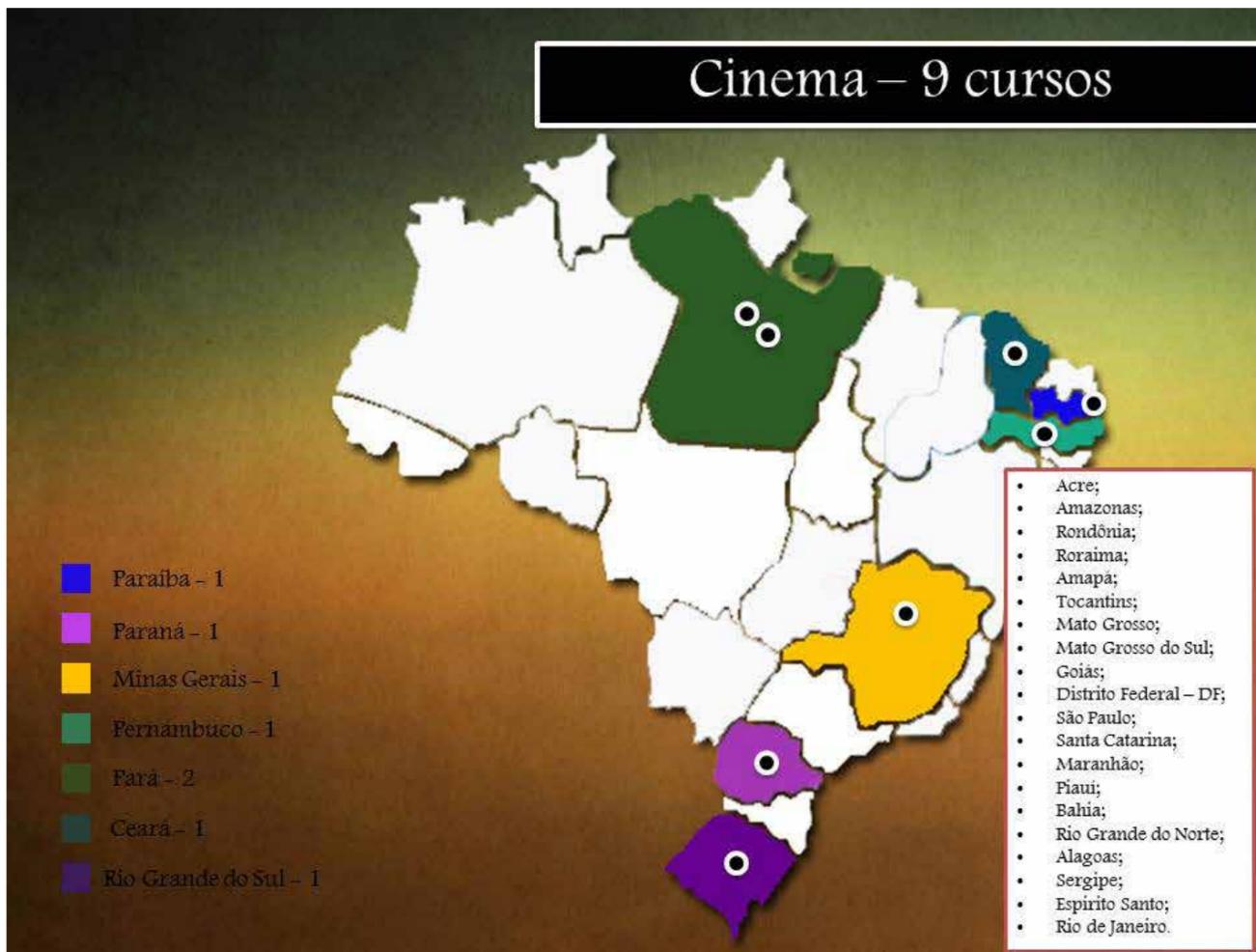


- Acre;
- Mato Grosso;
- Tocantins;
- Paraíba;
- Alagoas;
- São Paulo;
- Santa Catarina.

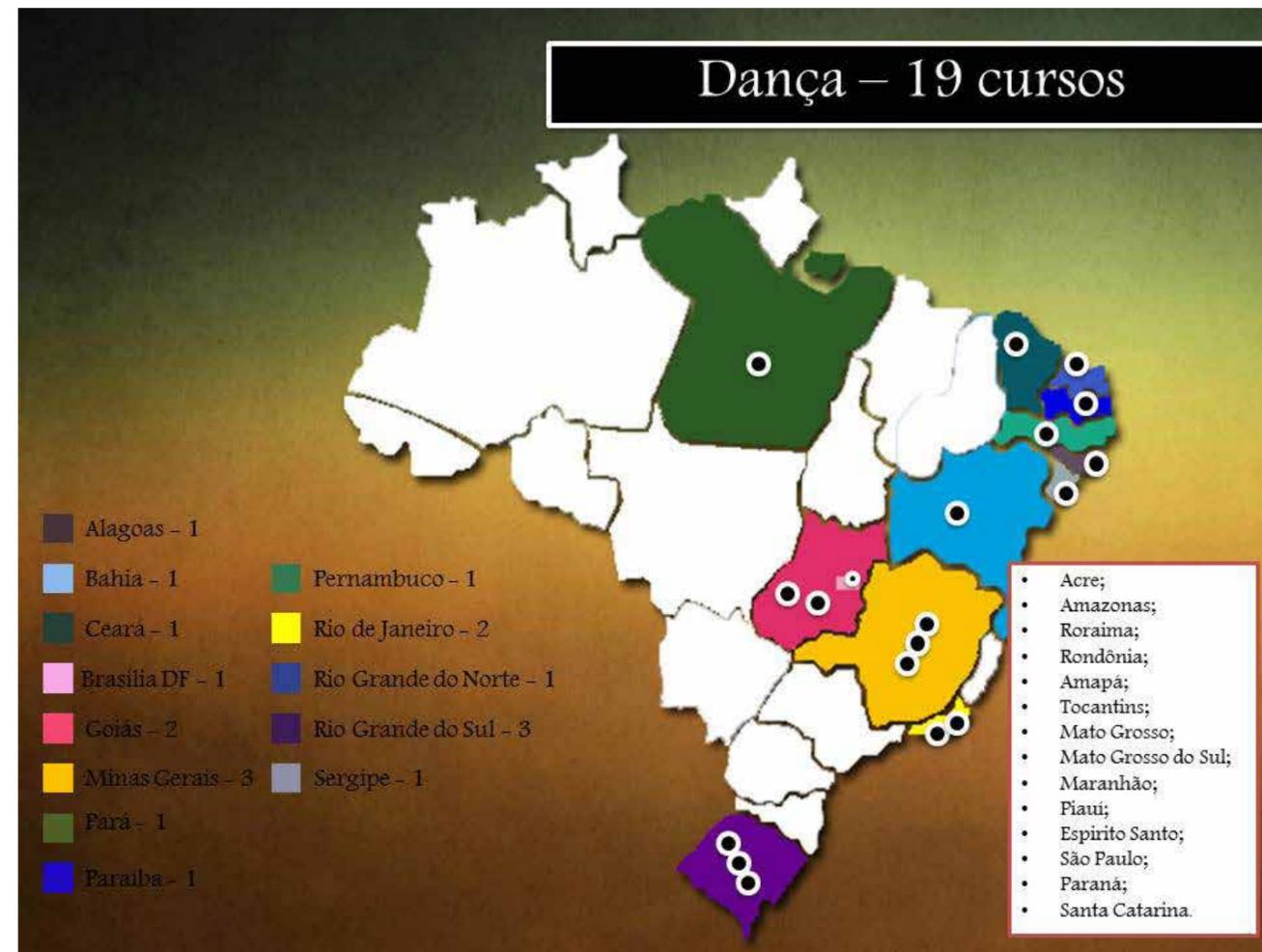
Quantidade Artes Visuais nas IFES



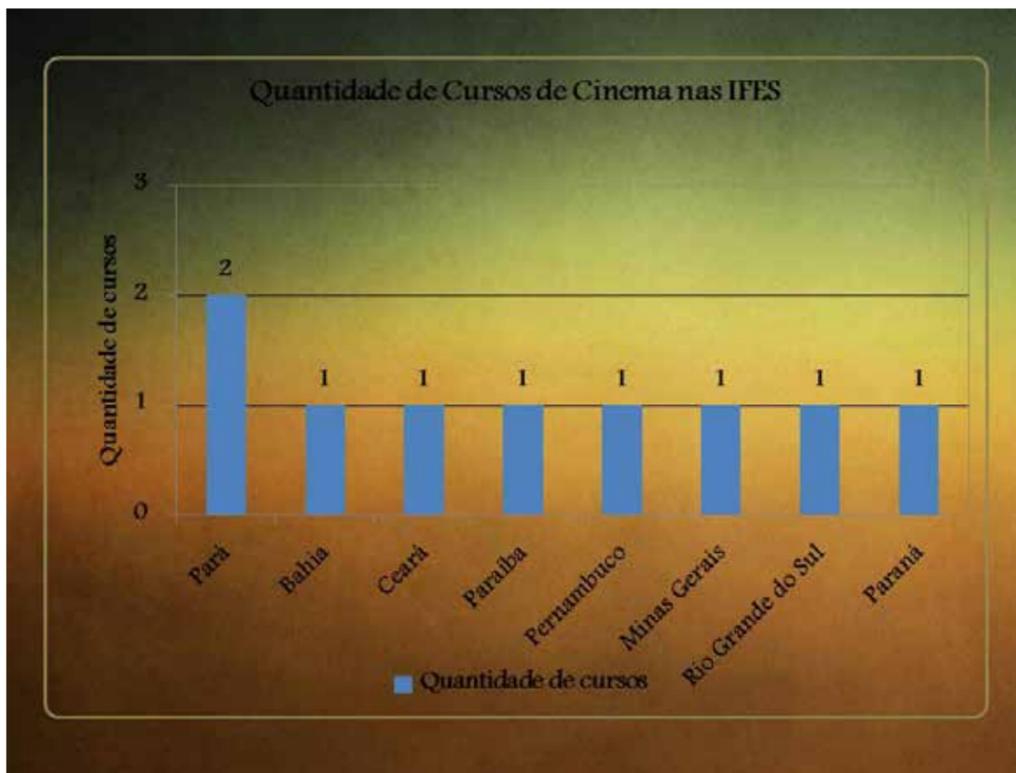
Cinema – 9 cursos



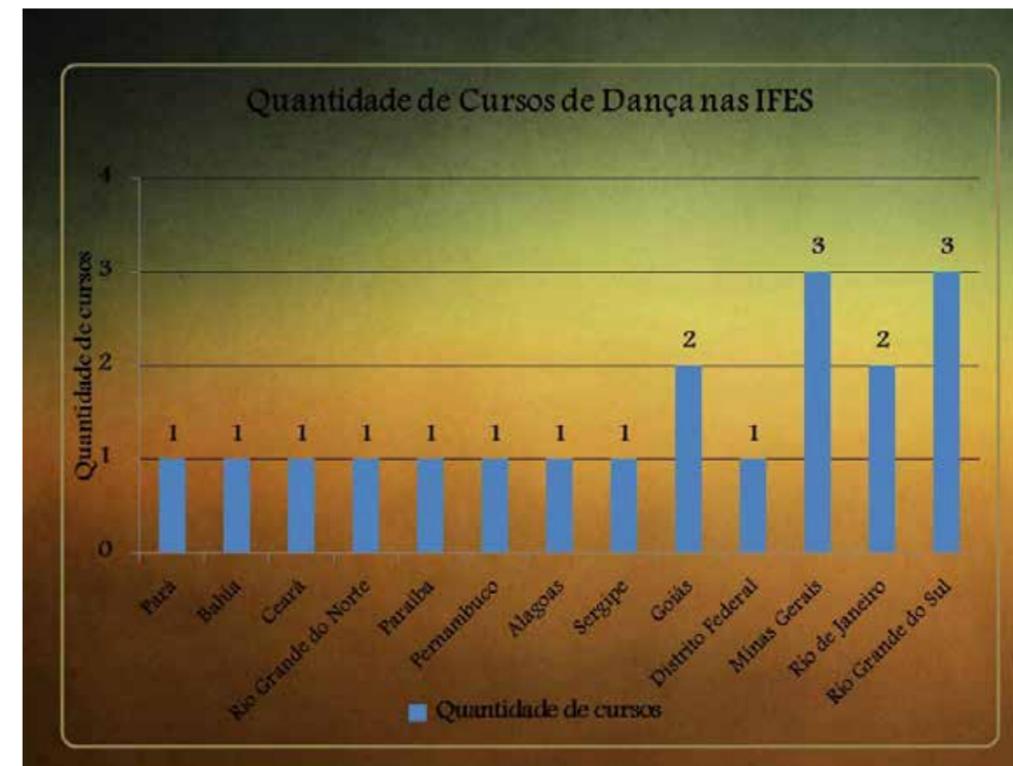
Dança – 19 cursos



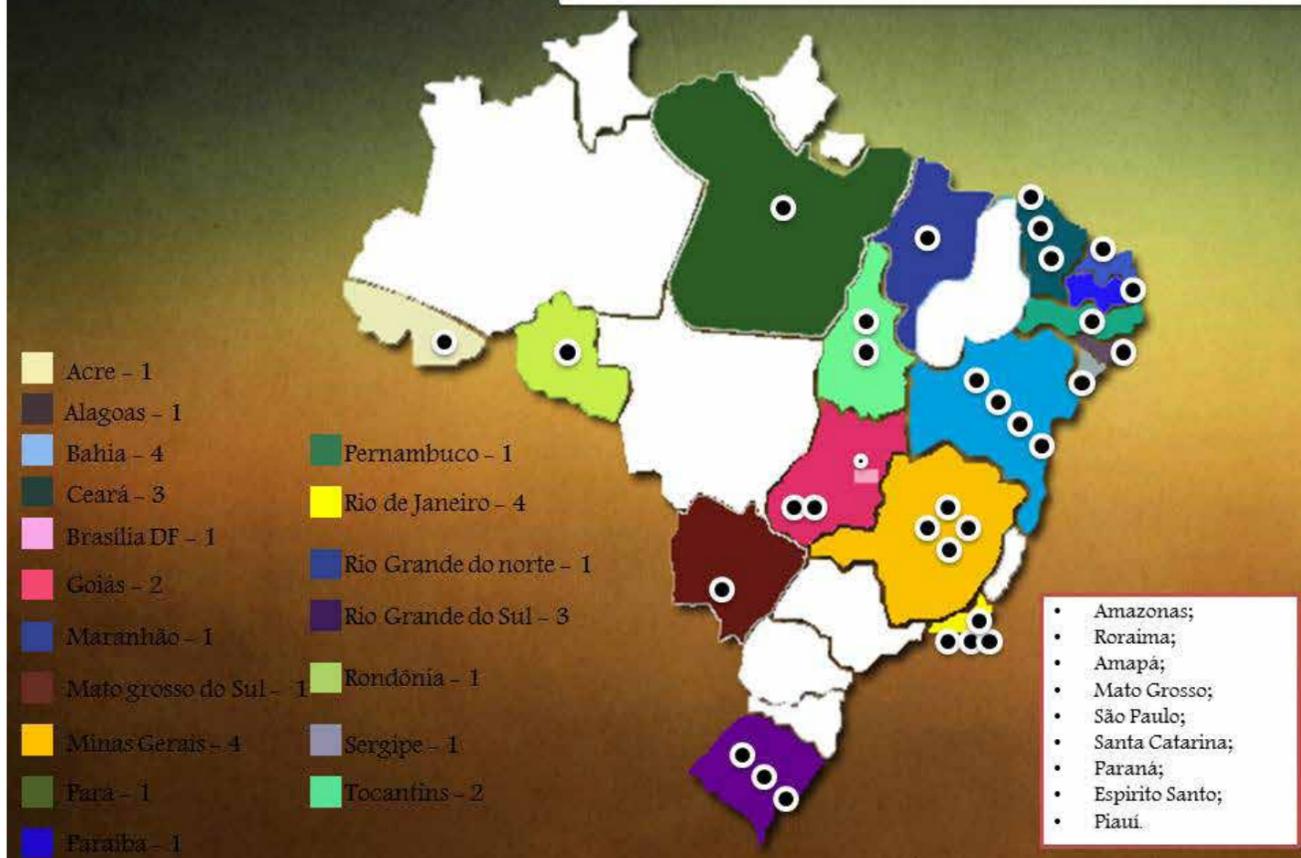
Quantidade de Cursos de Cinema nas IFES



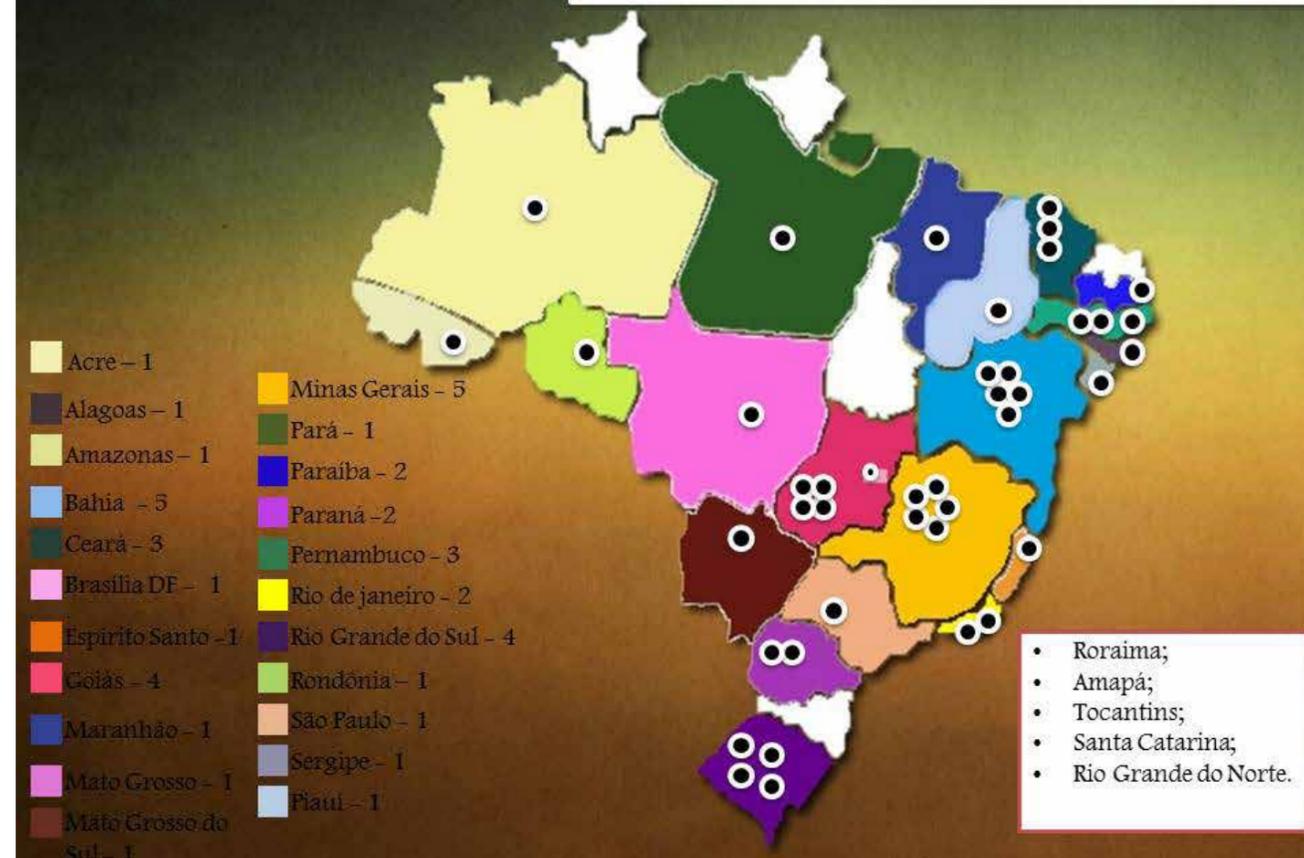
Quantidade de Cursos de Dança nas IFES



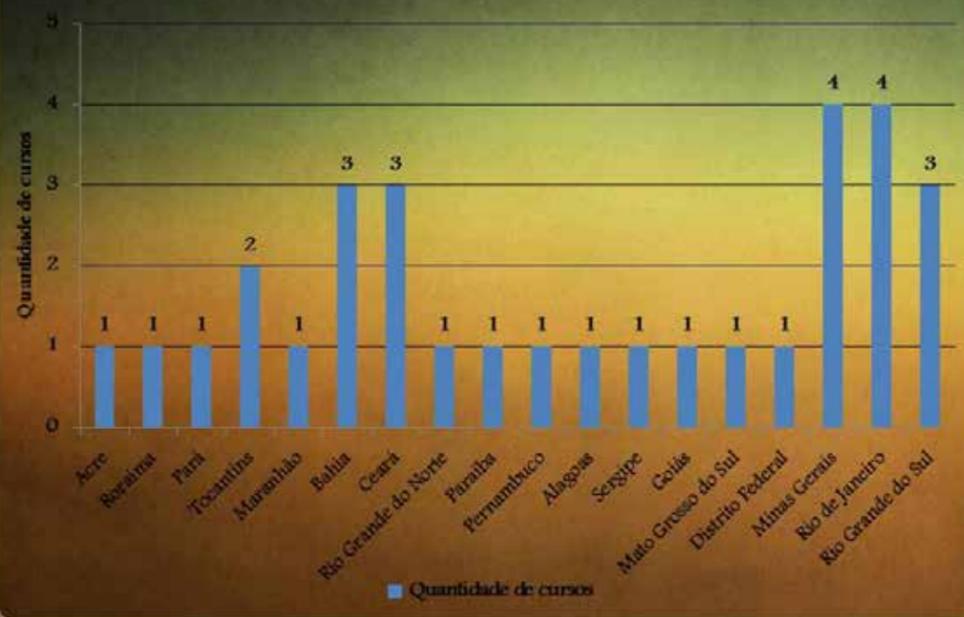
Teatro – 31 cursos



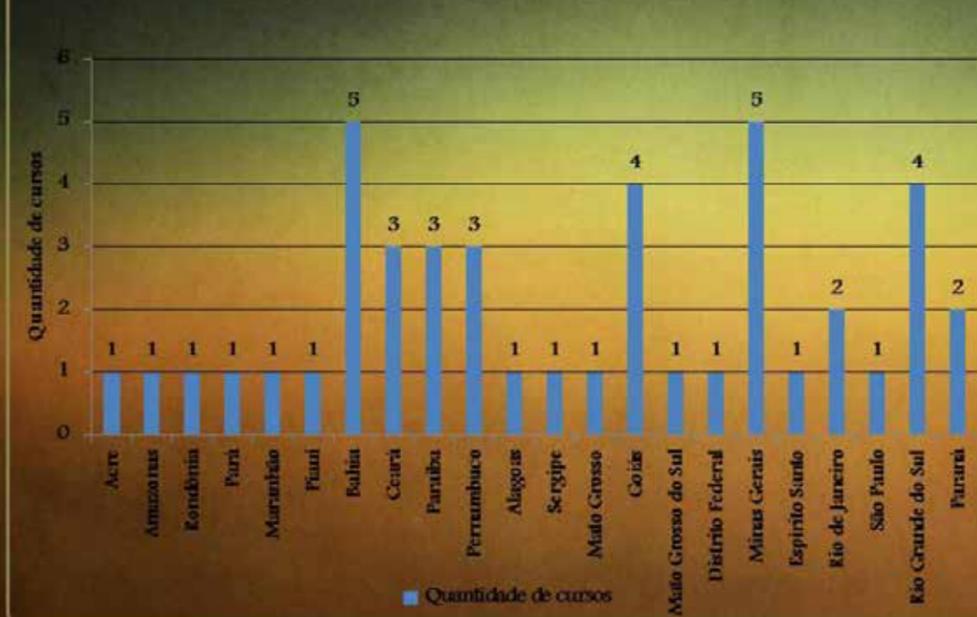
Música – 44 cursos

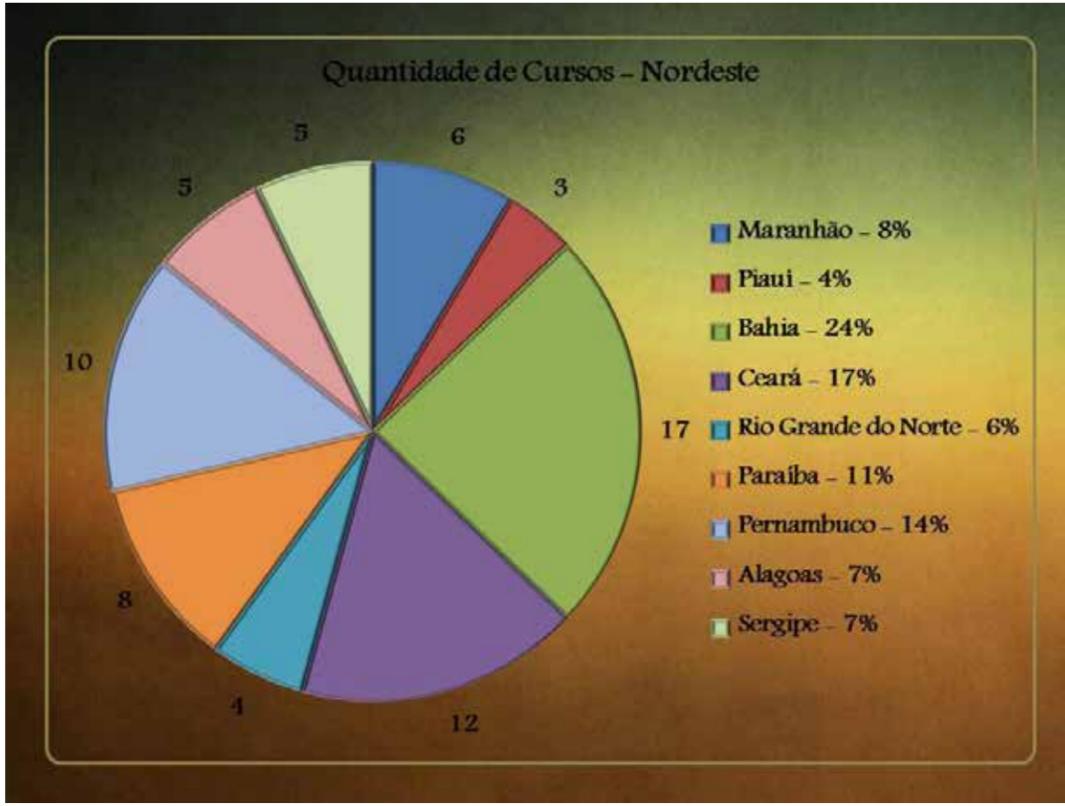
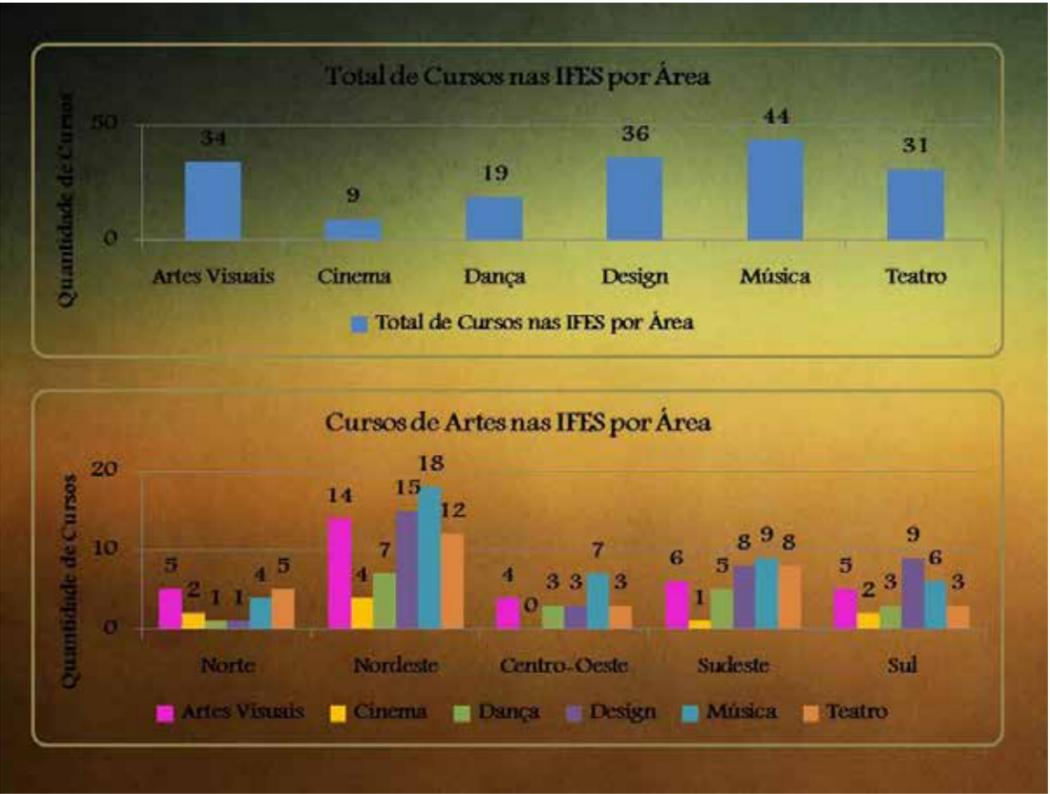
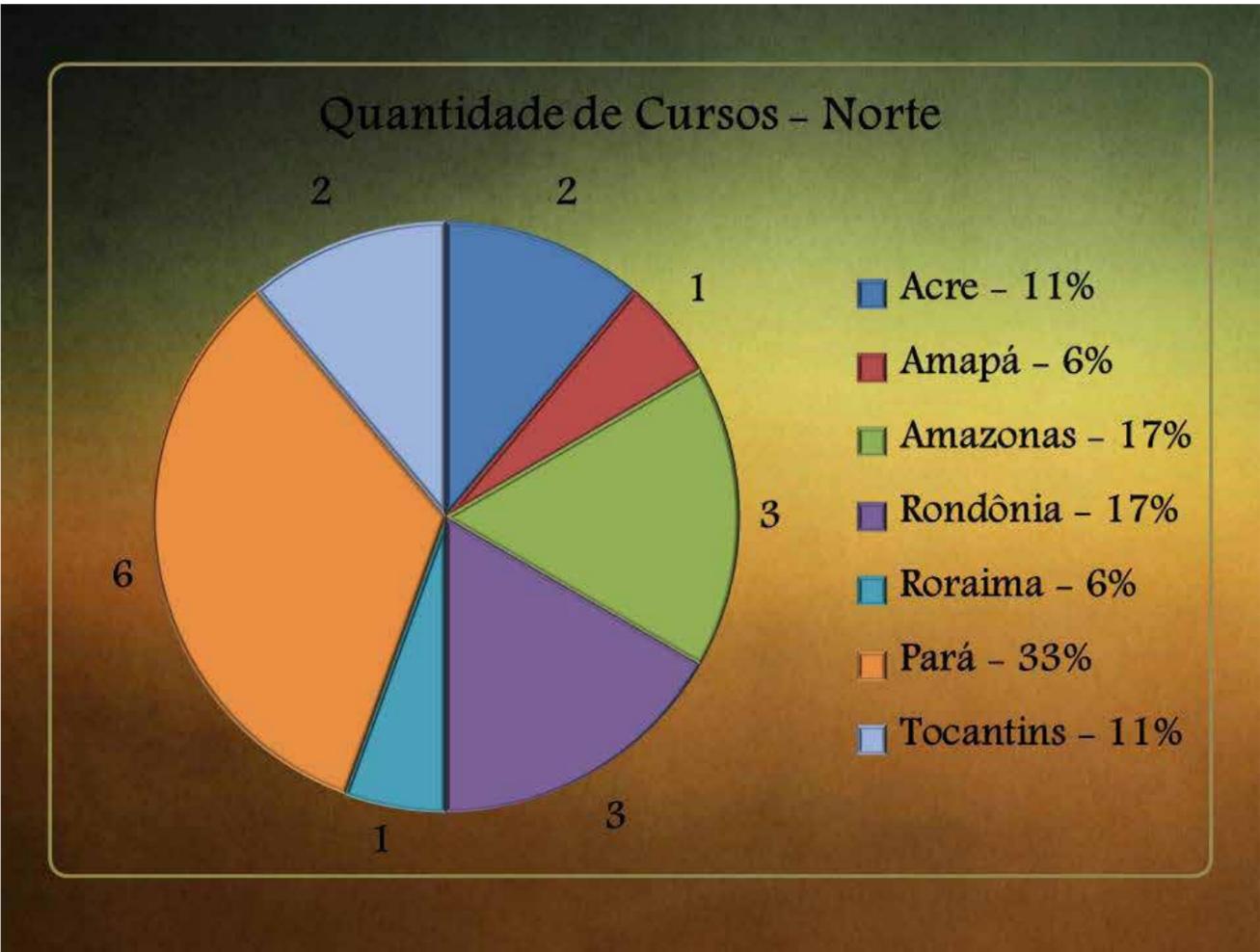
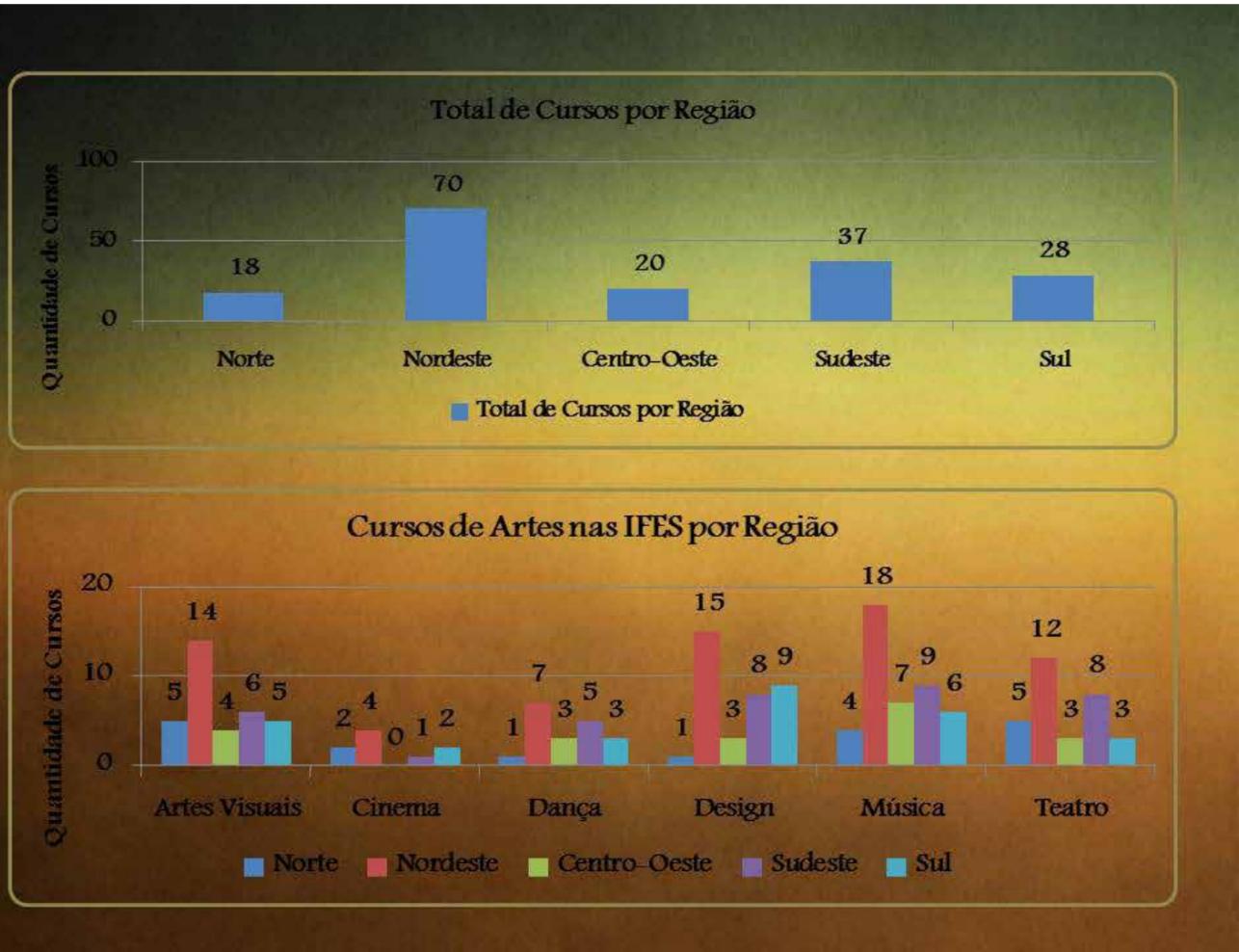


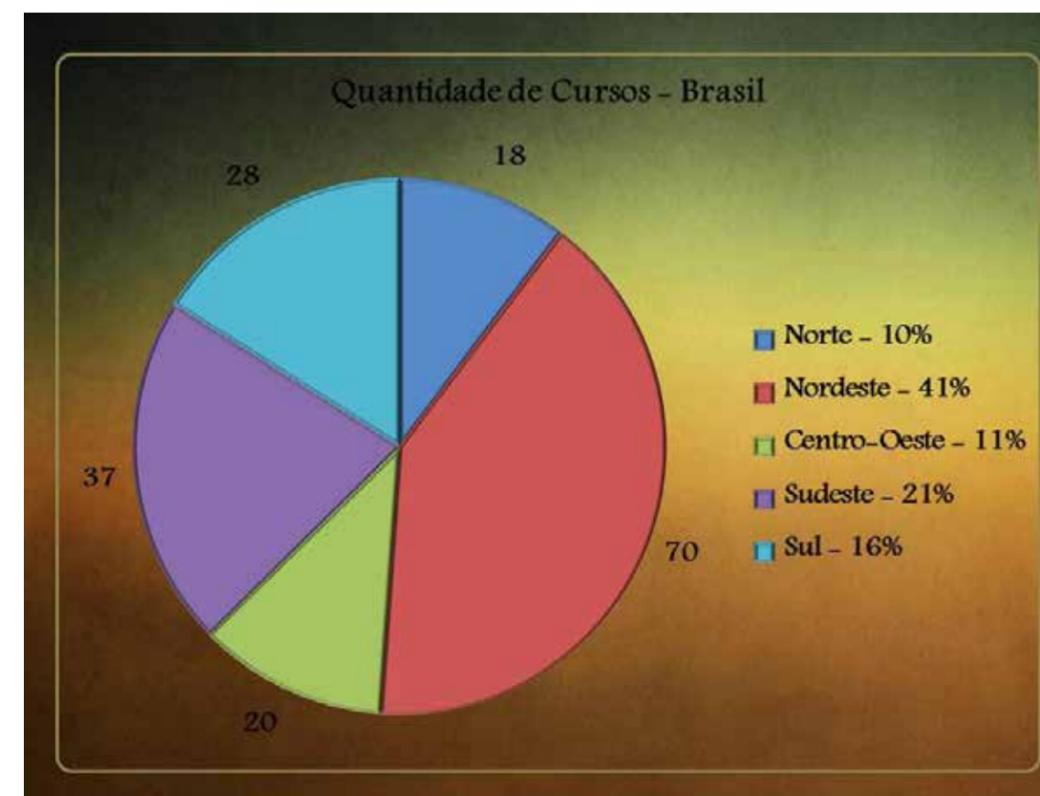
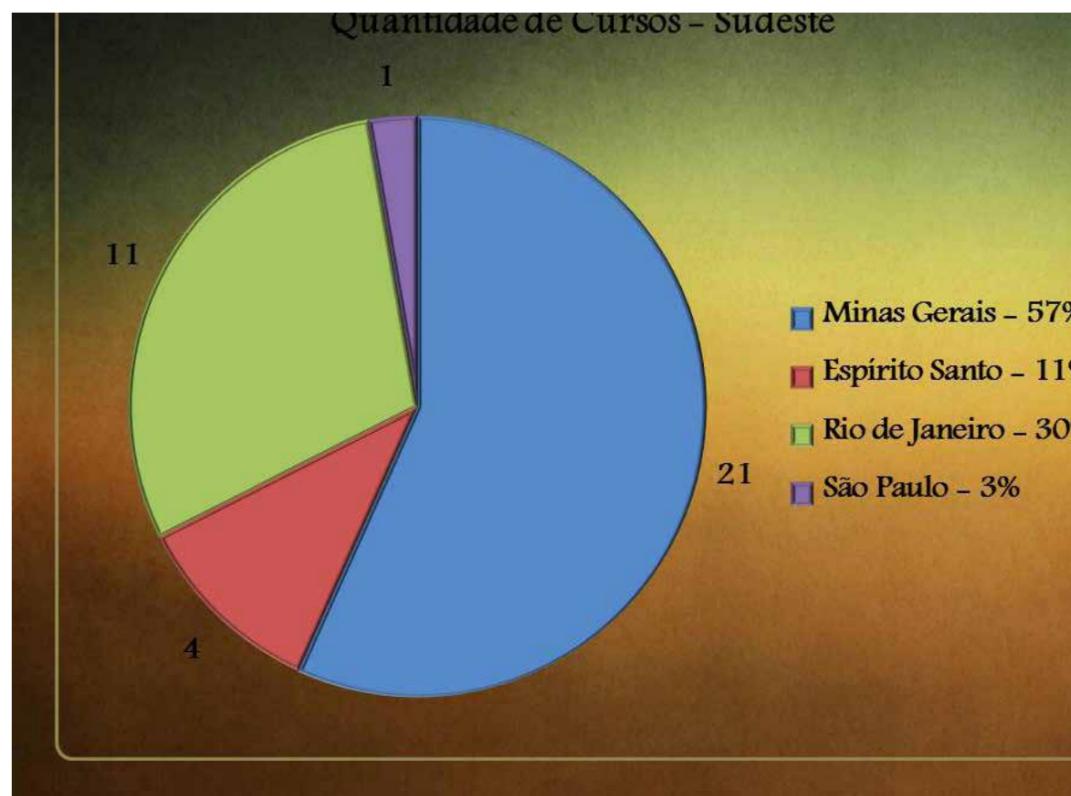
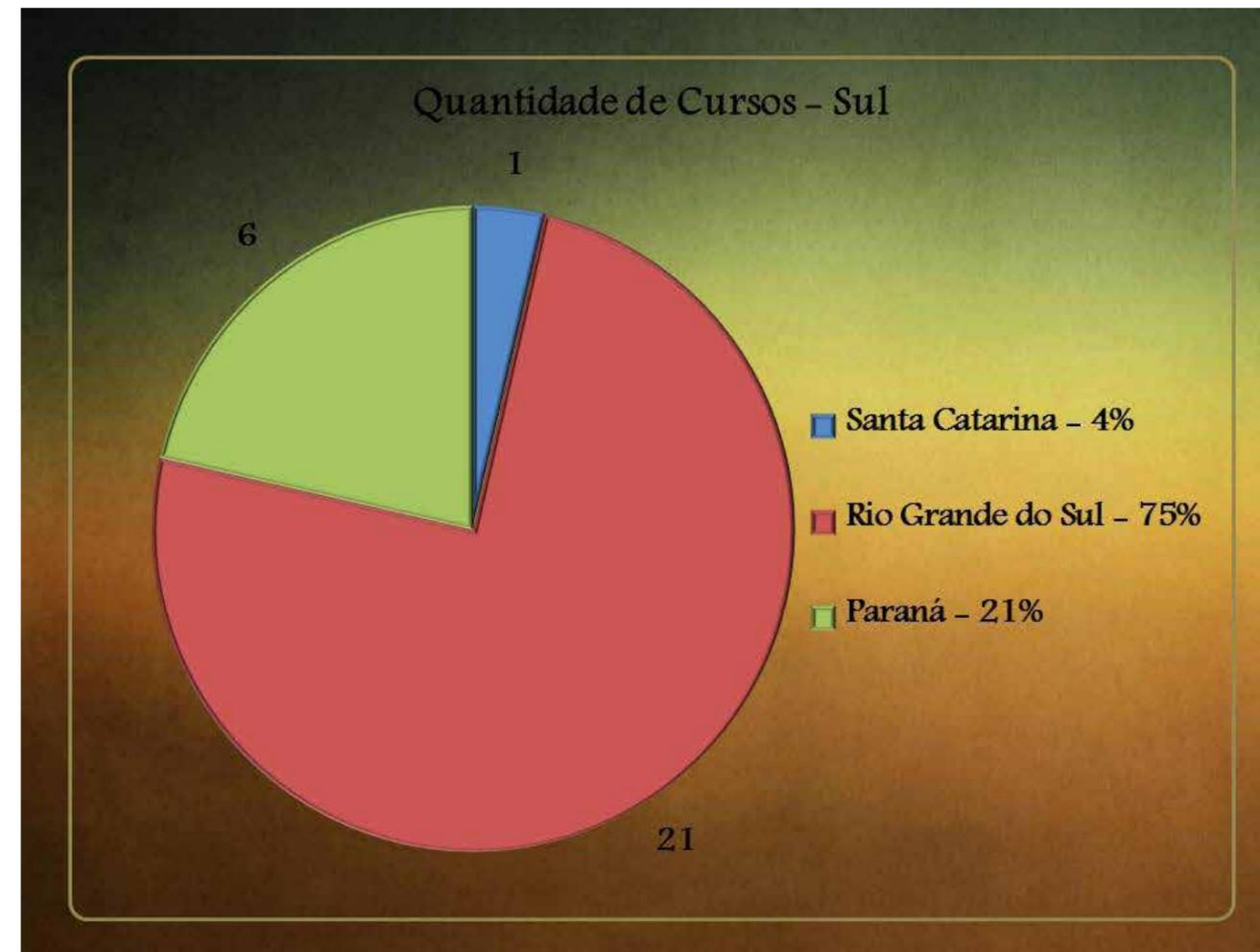
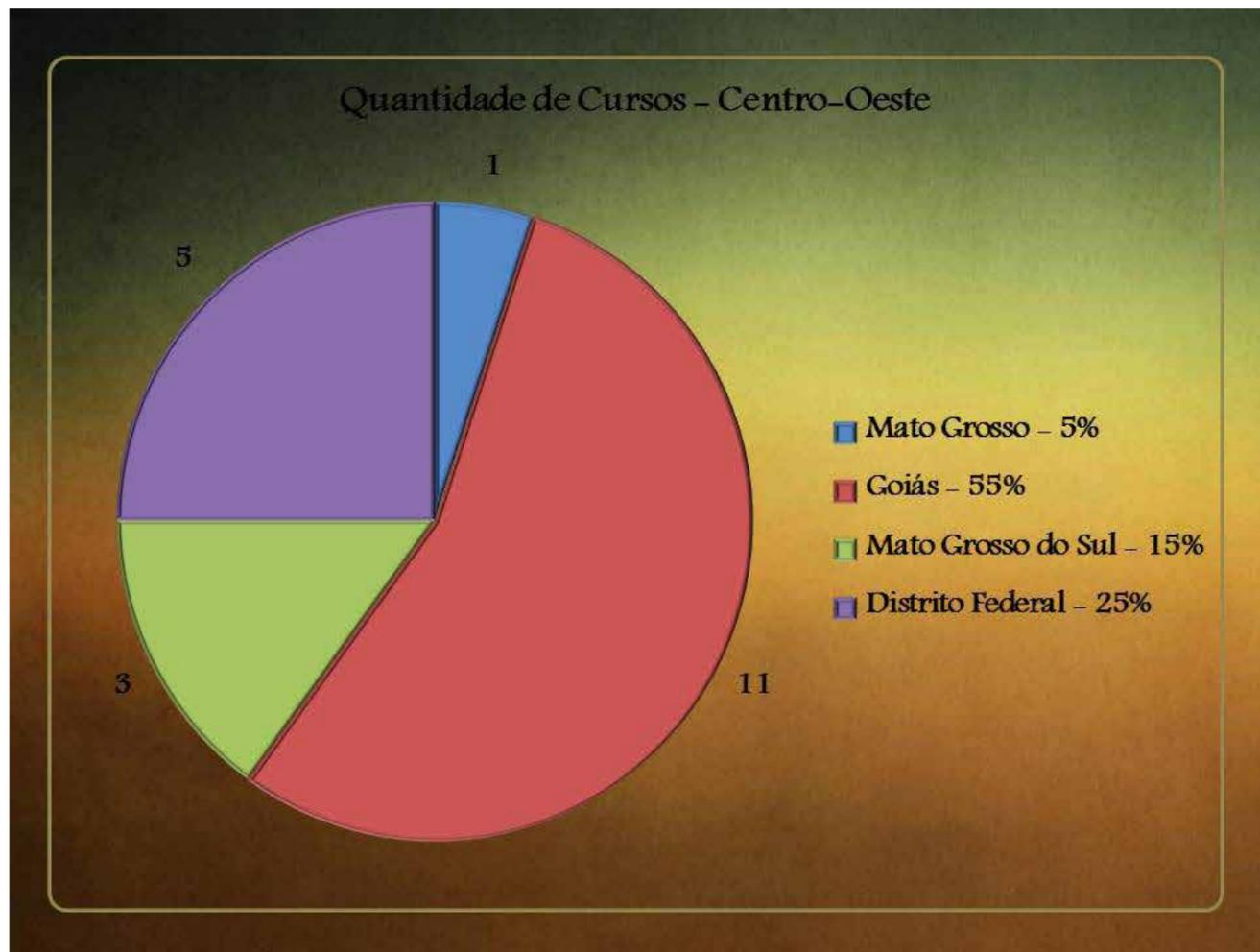
Quantidade de Cursos de Teatro nas IFES

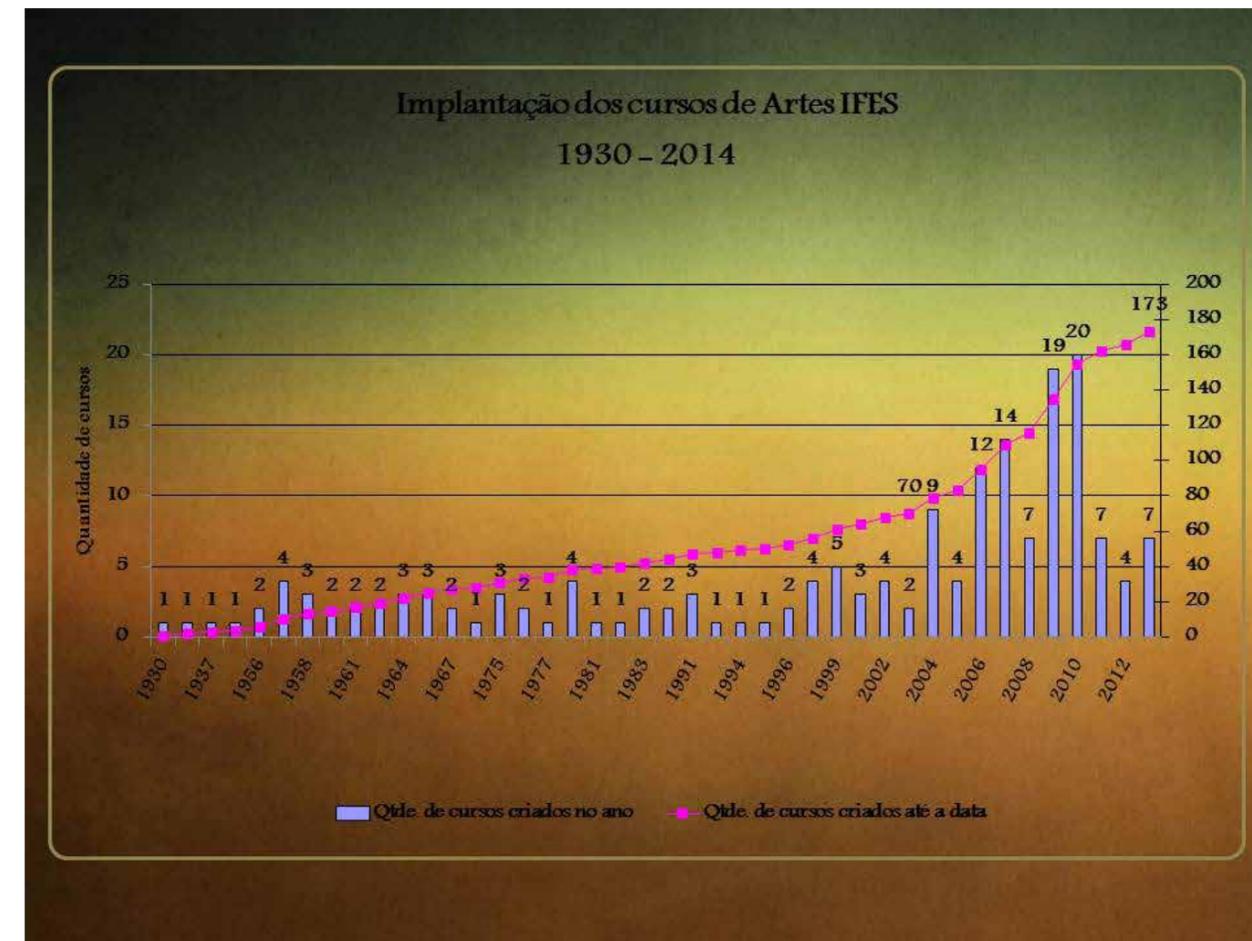
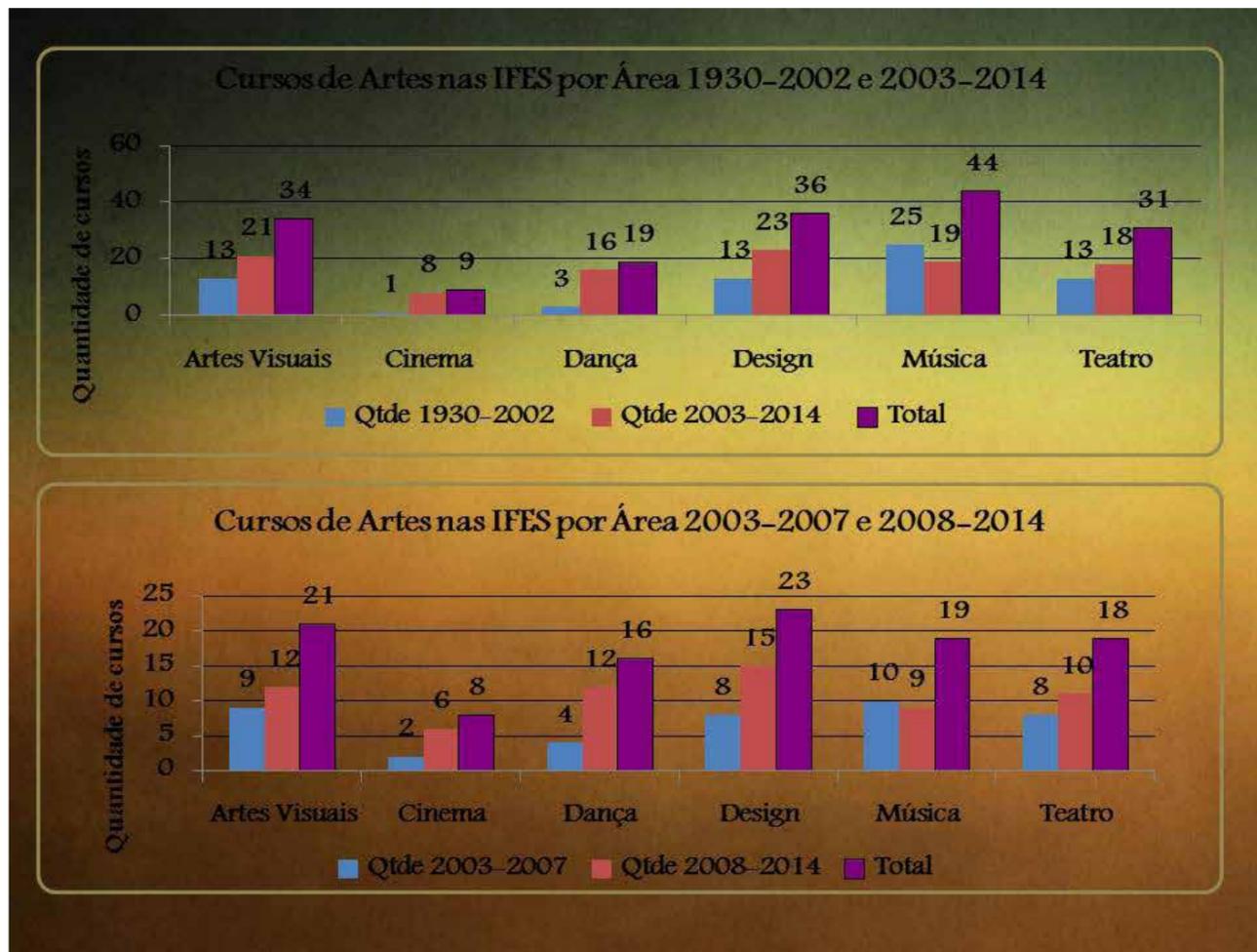


Quantidade de Cursos de Música nas IFES









Então, eu só deixo as últimas perguntas, sim: Como se encontra nesse impacto, os professores doutores?

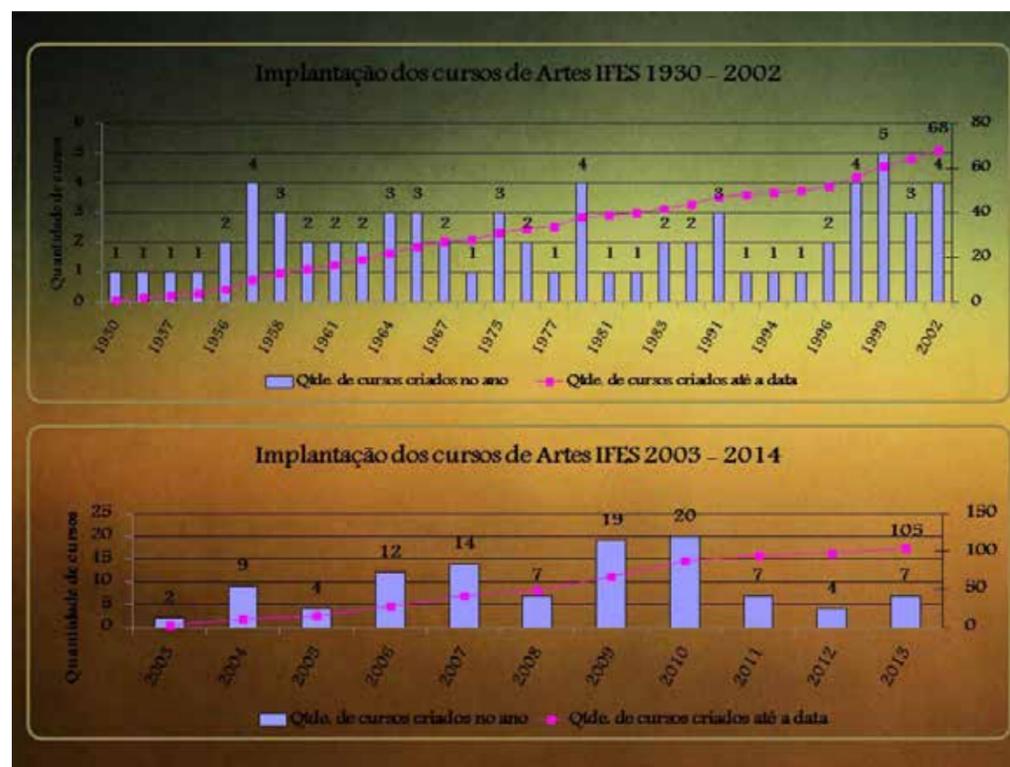
com junção, como não limpo, o não asséptico. A Ditadura que é limpa, mas mata.

Como trabalhar a tensão cultural de professores que vão de uma região para outra, com a diversidade cultural nos Brasis?

Então, é também dessa mobilidade que está tendo esses professores, é algo extremamente novo, que eu acho que seria muito importante vocês se debruçarem. Ao lado disso, o governo vem fazendo uma política extraordinária, as universidades públicas estão obrigadas a implantarem política de cotas, as universidades federais, até 2015, devem ter 50 por cento de cotistas, sendo que, destes 50 por cento, 20 por cento tem que ser cotistas por renda per capita. Sabe o que é, baixa renda per capita? Quer dizer, alunos que chegam, que fazem o vestibular e que vêm de famílias com renda per capita de 1 e meio salário mínimo, para baixo. Nós temos na universidade federal isso, nós temos 40 mil alunos, 8 mil que ingressam anualmente. E temos, são dados da minha universidade, 1.800 alunos cotistas, pobres, a maioria dessa renda per capita é zero. O que quer dizer isso?

Esse tipo de pré-conceito existe muito e, ao lado disso, nós temos de trabalhar essa sujeira que a democracia trás. A democracia não é limpa não; a democracia é suja, porque todo mundo fala, todo mundo mexe, a gente bota aqui, tira ali... E não estou falando sujeira só no sentido de lixo não, viu doutor? É sujeira mais como diversidade,

É a renda per capita de famílias que recebem o Bolsa Família, que não têm renda fixa. São muito



pobres, muito, muito, muito. Não há uma política de dar condições imediatas ao aluno. O programa Permanecer está avançando, seria um programa extraordinário, todos esses alunos, quando entrassem, já recebessem a bolsa. O governo viu que era muito caro e deu um corte de 5 horas/dia. Só Medicina, na minha universidade, só Medicina e Engenharia de Minas e Oceanografia podem entrar nestas cotas. Então, uma perspectiva muito boa, mas ainda muito difícil. Como tratar com esses cotistas em termos da cultura, face a sua maneira de falar, maneira de vestir, diferente do que se estar acostumado? Como é que se trata isso dentro da sala de aula nessa relação de professor? E, por exemplo, como se resolve o problema dos indígenas, que exigem?

No início, muita gente se incomodou com certas reivindicações, exigiam, eles não queriam morar com os outros colegas em apartamentinhos, queriam seus espaços próprios, onde pudessem ter suas práticas, conviver, comer, fazer sua comida, diferente de ir pra um restaurante universitário. São diferentes, sim, e têm direito a isso. No início, assustou todo mundo, mas têm de se integrar. Têm direito a ter suas especificidades, a preservar sua cultura.

Então, essas questões são fundamentais para que sejam trabalhadas e levantadas por vocês.

Obrigada!

Dulce Tamara Aquino

e-mail: dulceaquino.silva@gmail.com

Grupos de Trabalho

Dança

Música

Teatro

Artes Visuais

Designer

Dança



ORADOR: A ideia é que as áreas, os grupos, comecem a fazer um diálogo, tragam um diálogo sobre as dificuldades enfrentadas na área e quais as propostas que fazem de superação dessas dificuldades. É claro que o edital, os editais do programa, vão dar conta das coisas que forem propostas. Agora, o importante é que transcendam o edital, até porque, não começa nem termina no edital. Fazemos esse exercício.

ORADOR: Carla veio aqui e falou da proposta, que é apresentar as dificuldades de cada curso, de cada instituição, e depois levantar propostas para, às 15h, serem levantadas em geral.

ORADOR: Estava conversando nesses cafezinhos e uma questão importante que perpassa toda as instituições que deve ser inserida nessa proposta, nesse GT: parece que todos os nossos reitores têm dificuldade de entender as especificidades das áreas de Artes e, no caso da Dança, especificamente. Então, que se garantisse nessa proposta, como foi mencionado no grupo aberto, que tivesse uma comissão garantindo que, neste plano de cultura, alguém da área de dança estivesse; é uma forma importante. Porque; quando eu dialogo com o nosso reitor do Instituto Federal de Brasília, ele entende a Arte e a Dança como entretenimento;

portanto, a natureza da Arte em si fica diluída e nem se aproxima do que é; a primeira coisa que é minha sugestão, que seja inserida no edital; e não só um representante, mas cada curso de Arte que existe dentro da instituição seja representado dentro dessa comissão. Comissão Gestora, não sei exatamente o nome, mas que possa ter alguém que entenda daquela área para acompanhar o projeto em andamento; enfim, e não só isso.

ORADOR: Chamado de Comitê Gestor.

ORADOR: Comitê Gestor, que tenha um representante de cada curso de Arte presente naquela instituição. Quer dizer, o ideal é que deveria ter em todos, mas nem todas as universidades têm. A partir do momento que crio um curso, é obrigado ter esse representante dentro.

ORADOR: A questão vai ao encontro do que eu iria falar. Porque agora, está-se discutindo por áreas. Tem-se representantes das áreas de Artes, representantes das áreas das Ciências Humanas. Isso é uma questão bem problemática. Essa questão do edital, uma outra questão que perpassa o seguinte: dentro desse projeto em construção, corre-se o risco de, por exemplo, dentro da área de Artes ter mais recursos destinados a uma linguagem do que outra, como sempre é feito. Por exemplo, a música, em determinadas instituições, tem mais verba, o teatro, a dança, ficam um pouco mais atrás. Importantíssimo dentro dessa equipe não ter um representante da arte, mas ter um representante do curso.

ORADOR: Fiquei pensando no que estávamos discutindo e a questão de que os reitores não entendem, que talvez seria uma boa oportunidade de pensar esse programa também como um programa que vai trabalhar a cultura universitária. Quer dizer, o entendimento de Arte na cultura

*“mas, como assim,
fazer dança na
universidade? Curso?
Ah, isso tem curso?”*

universitária e direcionar algumas ações para os nossos próprios colegas e alunos de outros cursos. No sentido de prever uma reunião com reitores, pró-reitores e técnicos administrativos que lidam diretamente com planejamento, e também de ações, que é essa extensão não precisar ser fora da universidade, mas uma extensão junto ao centro de Engenharia, ao centro de Matemática, algumas ações de sensibilização de professores. Eu digo isso: os nossos alunos de dança que começaram agora não sabiam que o curso existia; professores de educação que vão dar aula de Pedagogia aos nossos alunos, alguns apresentaram aberrações, preconceitos incríveis: “mas, como assim, fazer dança na universidade?” “Curso? Ah, isso tem curso?”. Expressar em sala de aula/ não entender o setor, dizer que o aluno vai passar fome: “Ah, isso aqui está lascado. Professor de dança, imagine! Vai ganhar no máximo um salário mínimo a vida toda”. Aberrações desse tipo. O edital também estimular ações que as coordenações devem fazer, junto aos próprios colegas, para facilitar esse trânsito e facilitar, por exemplo, que pessoas dos outros cursos procurem diálogo com os cursos de Artes. Assim, se quiserem se submeter ao edital, pleitear alguma ação nos seus cursos, que procurem os cursos de Artes para estabelecer parcerias. As conversas todas recaem no preconceito, numa dificuldade de entendimento de que dentro da

universidade é muito ruim assim. Se pudéssemos atuar a cultura dentro da universidade; o programa poder direcionar ações nesse sentido.

ORADOR: Uma dúvida; estou muito confusa, o que recebemos até agora está cheio de neblina, está com muita névoa; especificamente, hoje, aqui, talvez, nós sejamos um grupo mais imaturo. Não imaturo individualmente, mas imaturo em construção de curso. Estou entendendo que chegou-se aqui e recebeu-se uma informação que era da construção de uma proposta que se

*“ Por onde vamos
começar? Pela nossa
casa? Pelo ensino? ”*

chama plano de cultura. Entendi por esse plano de cultura várias interseções com outros projetos da universidade, muitas perguntas decorreram disso, como o Proex. Se você olhar bem como projeto de Pibex, outros [exes], que tem dentro da universidade e que se interrelacionam, têm interfaces. Isso, para mim, já é uma coisa que precisava se limpar um pouco mais. A outra questão é que, eu não sei se é um reducionismo do meu pensamento, mas eu fico pensando assim: tem coisas tão domésticas no ponto de vista da nossa casinha. Daquele pedaço que acabou de conquistar. Eu vejo sempre Valéria no encontro sempre trazendo e essas questões, a dificuldade. Porque está-se iniciando um curso, iniciar um curso não é nada fácil. Na UFRJ, tem-se um histórico de um bacharelado, desde 1994, já tem a construção de um curso, mas ainda assim, é uma coisa nova, porque teve-se a criação de mais dois, e que tem problemas internos gravíssimos quanto à infraestrutura,

espaço, consolidação de um projeto pedagógico junto ao corpo docente que ainda não se definiu, porque, como falei, é Licenciatura, mas, olha, eu me vejo ali, é tudo junto e, de uma certa forma, às vezes se misturam; não, ainda não temos um delineamento das especificidades de cada curso; ainda temos para construir. Por onde vamos começar? Pela nossa casa? Pelo ensino? Pela esquina que nós estamos engatinhando, porque temos cursos novos, ainda não temos maturidade, experiência suficiente para definir as linhas de pesquisa desse curso. E pensar nesse momento num plano de cultura. Assim, um momento que é bárbaro, a proposta maravilhosa, tudo o que eu acredito, tudo que seria o ideal. Mas além do nosso curso, a universidade mais velha que seja ainda é imatura na escuta do outro. Um plano desses implica, essencialmente, numa palavrinha básica que se chama escuta. Cada um ainda está muito fechado, ensimesmado nas suas questões e isso, para mim, dentro de um plano de cultura é uma grande dificuldade a ser encontrada. Temos que pensar em propostas inicialmente de quebrar pedreira. Estar dialogando, por exemplo, o nosso caso, estar dialogando com a Escola de Belas Artes, estar dialogando com outras, ótimo, maravilhoso, tudo de bom. De fazer valer tirando do conceito à interdisciplinaridade, à transversalidade, à pluralidade, à multiplicidade, o nome que se queira dar. É uma ação que ainda precisamos exercitar um pouco. Eu não sei em que momento vocês se encontram nessa escuta dentro do próprio departamento, do próprio grupo mais imediato dos trabalhos de vocês e como

*“ nos institutos federais
tem-se a possibilidade
de dialogar hoje ”*

que isso pode ganhar espaço e se expandir para outros, quer dizer, que se ainda não construiu aquela coisa dentro de casa de educar, de repente você vai ter que levar na casa do vizinho o teu filho e quer que tenha um comportamento que ainda não teve na casa dele, o menino sobe em cima da mesa, mas em casa sobe. Me vejo assim, num quintal, todos, a imagem que eu tenho: monte de galinha espalhada, um monte de milho, aquela confusão. Para onde vai, menino? A galinha voa para lá, voa para cá, mas quem é que vai, é muito milho, muita galinha, mas não sabe para onde vai. Eu estou sentido falta dessa, de se pensar ainda numa proposta que seja, eu não queria usar essa palavra, mas gostaria que fosse uma coisa que se conseguisse uma luz divina aqui, que venha uma coisa, mais intimista, mais dentro, mais real, para poder ver como é que isso pode se abrir, se alargar, recolhimento espacial que trabalha tanto? É aquilo.

ORADOR: Só uma questão de ordem, para nortear também as outras: Temos que lembrar que nós temos dois tipos de instituições aqui, as universidades que tradicionalmente têm um tempo mais longo e os institutos federais que são paridos agora. Está-se lidando com instituições federais de Ensino Superior, mas em duas instâncias. Por exemplo, nos institutos federais tem-se a possibilidade de dialogar hoje, agora, com outras áreas facilmente e o nosso PDI está sendo construído e o plano de cultura já pode estar inserido nas instituições. Está-se lidando com duas camadas de instituições, só para lembrar. E, aliado a isso, vão lançar esse projeto de qualquer maneira, não se pode esquecer disso também.

ORADOR: Eu só queria colocar assim: a impressão que eu tenho é de que s têm-se um desconhecimento da realidade nossa dentro das instituições, em relação à questão dos planos

“ Dentro da UFMG não se sabe que tem curso de Dança.”

de cultura ou das nossas limitações, ou dos nossos problemas foi conduzida, vai reforçar a nossa exclusão. Não é uma questão de ter um plano de cultura no PDI; é maior do que isso. É o entendimento que a universidade tem do que é a arte e da participação da arte neste contexto. Esse é um problema estrutural que parece de nuances ou gradientes diferentes estão acontecendo nas universidades. Então, se querem trazer uma proposta de um edital que vai reforçar, ajudar os cursos de graduação de artes nas universidades, tem-se que entender qual é a nossa realidade, e s não sabem disso; estão trabalhando numa proposta ideal, que não existe. Não temos nem voz dentro da universidade. Se não se tomar cuidado, de novo vai reforçar a nossa exclusão e não vamos participar de plano. Temos que garantir essa primeira representação falada: um professor de cada curso existente na instituição. Nós não somos enxergados, vistos, nós não existimos dentro das IES muitas vezes. Na FAE, que recebe nossos alunos indevidamente, os estágios são completamente distorcidos do que tem que ser. Quem foi que falou dos estágios? Alguém falou dos estágios, não entende o que é estágio para dança. “Ah, mais curso de Dança? Não sabia que tinha aqui”. Quer dizer, antes de ampliar os espaços fora dos muros da universidade, esse programa tem que nos ajudar primeiro a mudar a concepção do que é a arte dentro da universidade, é uma coisa que temos que colocar. Está se dando um passo maior pulando uma etapa. E a

questão do plano de carreira, que é fundamental, porque o plano de carreira está indo em uma mão e esse plano em outra. Cadê o professor artista? Como é que vai representar sua área se não pode exercer sua ação artística? Sim, são duas coisas fundamentais.

ORADOR: Pensando nesse sentido, o edital vai ser usado indevidamente; nem vai ser lançado. Pensando nisso, estou tentando pensar objetivamente e, lógico, levando em consideração que as instituições são muito diferentes, cada uma está em um estágio. Dentro da cidade todo mundo sabe que existe um curso de dança, sim. O curso tem sido responsável pelas ações culturais na cidade. É um curso que tem fomentado, dentro

“ o dinheiro da Cultura tem que estar na Cultura.”

das limitações econômicas, de financiamento, é um curso que tem fomentado a arte cultura na cidade. É a principal via de acesso à cultura; é uma cidade pequena. É diferente de outras cidades; já tem 10, quase 11 anos. Do tempo que estou no curso, estou muito recente no curso, 2 anos, e minha experiência dentro da cidade, as ações de cultura têm sido viabilizadas por meios, por vários meios, Por meio de Pibid, por meio de projetos de extensão, Proex, enfim, são sempre feitos seminários e sempre acontece alguma coisa. E é um curso que está presente na cidade, inclusive, não quero nem ficar me alongando, mas uma coisa que eu percebo de São Paulo e percebo até que a dança contemporânea está muito mais compreendida na população. Muito mais aceita. Tem um espetáculo; as pessoas

vão assistir, comparando-se com São Paulo, que se tem tudo. A aceitação das pessoas, de um modo geral, é muito maior aqui. Temos que levar em consideração isso: vários cursos em vários momentos. E comparando-se com o Pibid, fiquei pensando: está-se falando da proposição de se ter uma comissão que seja composta por pessoas dos cursos de artes e, principalmente, no nosso caso, de fazer com que a dança esteja presente. É mais do que isso; essa coordenação institucional dentro da universidade deveria ser encabeçada por alguns cursos de artes e não pela pró-reitoria de extensão. Está se pegando dinheiro da cultura; e dinheiro da cultura tem um outro problema, tem que levar em consideração: o dinheiro da cultura tem que estar na cultura. O dinheiro do Ministério da Cultura é para fomentar produção artística e cultural do país. Está-se pegando o dinheiro da cultura e está-se juntando e trazendo para dentro. É um edital interministerial que traz verba de cultura junto com a verba de educação.

ORADOR: Mas tem recuso financeiro do MEC.

ORADOR: O recurso financeiro é do MEC?

ORADOR: é do MEC.

ORADOR: É uma assessoria do Ministério da Cultura?

ORADOR: Não, a parceria que é do Ministério da Cultura.

ORADOR: É isso que eu estou tentando entender, porque, se tem-se uma ação que vem por via do Ministério da Cultura, não sei exatamente qual é, é a mesma coisa. O que é para a educação, tem que estar na educação, da saúde, na saúde. É lógico que esses valores precisam ser repensados é só mais um questionamento mesmo. Mas, enfim, se temos

“ porque isso, no meu entendimento, pode ser uma armadilha.”

uma preocupação e estamos trazendo isso para dentro da universidade, quem é o grupo de pessoas mais capacitadas para fazer essa interferência? O nosso professor da pró-reitoria é formado em Agronomia, reitor de ciência e cultura, e sempre foi na nossa universidade. E tem feito trabalho ótimo na extensão Temos uma parceria com o departamento de artes e humanidades, só tem um curso de artes dentro da universidade, que é o curso de dança, mas temos trânsito na área de extensão, mas não é uma pessoa da área da cultura, fica também preso dentro das questões políticas da instituição, tentando contemplar alguns outros eventos, coisas da extensão, porque é esse o papel. Tínhamos que pensar nisso: como que esse coordenador institucional vir da área de artes e todos os cursos, como já foi dito, viessem a fazer parte da comissão, enfim.

ORADOR: Eu queria tentar ser o mais breve possível, porque eu queria propor que começássemos a ser um pouco mais objetivos, porque, historicamente, as nossas demandas são tantas há tanto tempo que quando se cria a oportunidade de se reunir, acaba-se entrando quase numa terapia, o que é importantíssimo e é legal, trocar ideia, “Poxa, não estou louca sozinha”. Mas os problemas são tão distintos e ao mesmo tempo são tão iguais! Mas eu entendo que se deva oportunizar esse momento mais politicamente. E quando eu falo isso não é nada de partido, por favor. Politicamente, no sentido de como nós podemos sair daqui com alguma ação concreta, porque tudo isso que foi falado é importantíssimo. Mas onde nós vamos sair

concretamente com uma proposta do grupo de dança para, indiretamente, até influenciar na carta de Ouro Preto? Porque isso pode não só nos fortalecer como pode marcar espaço político da dança, como também pode servir para nós também, como “não fomos omissos, nós nos posicionamos. Se fomos ouvidos ou não, é outra história”. Para evitar aquela coisa que já tínhamos falado: estamos só trabalhando, não validando o governo, não dependendo. Se for uma proposta bacana, bacana; se não for, temos que nos posicionar; é nesse caminho. Estamos começando a perder o foco. Nós deveríamos tentar focar nas coisas macros que poderiam influenciar na política do governo, independente do edital. Porque, se nós colocarmos uma coisa mais macro, independente se vai sair no edital, no programa ou na visão futura vai estar uma posição da dança. Não deveríamos nos ater a

“ Qual o entendimento que o governo tem de Arte? ”

detalhamentos do edital, porque isso, no meu entendimento, pode ser uma armadilha. Vamos ficar a tarde toda, não vamos dar conta e ainda vamos ter coisas que precisariam ser incluídas. Temos alguns pontos que fui pensando, de certa forma, da fala de todo mundo, que tinha sido anterior, que são, talvez hoje, mais emergenciais, não menos importantes. Mas, por exemplo: o que se percebe quando se falou aqui no entendimento que os reitores têm de arte eu iria um pouquinho além. Qual o entendimento que o governo tem de arte? Me preocupa muito quando a cultura, a cultura e arte não são sinônimos. Ou aproveitamos este momento para fortalecer as artes e, no nosso caso, a dança, ou vamos simplesmente por sim.

Por quê? Por que nos últimos anos se avançou em alguns aspectos? Sim, mas se num patamar com outros setores que não sejam artísticos, vão ver que nós estamos ficando para trás. Tivemos a questão do veto, que o Jean trouxe. No meu entendimento, tem que estar como um dos pontos a ser levantado como documento desse grupo. A segunda: já foi colocado a questão da garantia de ter o coordenador deste curso, não interessa se vão aceitar; o nosso papel é reivindicar. O coordenador da comissão deve ser do curso de artes, por exemplo.

ORADOR: Além da coordenação, uma presença de cada.

ORADOR: Isso, perfeito! Esse é o terceiro aspecto. E, para mim, o principal é colocar a importância da autonomia das artes. O eixo que está complicado, ela disse que vai mudar, mas é importante que coloquemos isso como ponto, até para ajudar nos cursos. Por exemplo: eu tenho um problema, nesse ponto eu sou muito assim. A questão das artes cênicas. Temos que fortalecer a autonomia da dança. Se ainda não temos curso de dança, tudo bem, é um processo, mas nós temos que colocar que a nossa linguagem é um todo que precisa de um curso. Eu não quero estar no curso de artes cênicas; é uma necessidade; foi uma necessidade da época da Ditadura que veio rolando até hoje, mas que temos que pensar no futuro. Eu pensei nesses pontos só para começar e não me estender demais; já me estendi, mas eu vou parar; eu queria que tentássemos focar em pontos: “olha está aqui, esse, esse, esse”. Para tentarmos um ganho político e de conquista de espaço.

ORADOR: Só para entender: quando você fala sobre autonomia de Artes, diz mais...

ORADOR: Os eixos, são que mostraram ontem no edital, não necessariamente garantem

“ que temos muita dificuldade de ter recursos para o ensino. ”

essa autonomia. Estou redigindo aqui: marcar no edital a importância da autonomia das artes, revendo a redação, que está tentando na lei.

Só uma questão de ordem para reforçar o que está sendo ouvido desde o início da discussão até agora, o que já mudou, por exemplo, inserir no edital: Mais Cultura na Universidade; a formação de um comitê gestor e garantir que este seja composto de integrantes dos cursos de artes que existem na instituição, sendo que a coordenação geral deve ser da área de artes.

ORADOR: De cada curso, um representante.

ORADOR: De cada curso. Quantos cursos existir na IES ter representantes.

ORADOR: Para reforçar, entendo que, quando se reúne para falar, as questões das artes e tem um entendimento geral de que as artes não são entendidas, de um modo geral, o problema é o mesmo para todas as áreas. Mas que temos deficiências na dança, que aproveitando esse espaço da área específica nossa, precisamos, por exemplo, lutar. Por exemplo, se cada área tem seu coordenador, deve aparecer a palavra dança. Uma outra coisa que estávamos falando: que temos muita dificuldade de ter recursos para o ensino. Para parecer que esse edital não é de extensão. Também nos deem recursos para o ensino, para que tenhamos flexibilidade para trazer um artista para o curso, flexibilizar essa relação e, dentro do ponto que Valéria falou, da importância da compreensão, que poderíamos propor como um dos objetivos que fosse feita a mediação

dentro da universidade, seja através de debate, de fórum de artes, mas que seja contemplado especificamente isso: como se media, como se faz? Você falou assim: “o governo não entende, está mais do que o reitor”. Com certeza, mas precisamos que, em primeira instância, fazer com que naquele círculo, naquela universidade se

“ E sempre a palavra dança, para reforçar, para não dar brecha, ”

entenda o papel desses cursos, que se perceba que os dirigentes, muitas vezes, não sabem bem o que estamos fazendo na dança ou nas artes. Porque atacamos as duas instâncias: uma no nível de governo, mas a outra nas reitorias. Esse documento, se for bem redigido que essa posição simultânea, se tivermos essa verba para aplicar no ensino e pensar no objetivo de mediação, isso é muito importante que apareça. E sempre a palavra dança, para reforçar, para não dar brecha, como várias pessoas estavam falando, sempre ser visto como entretenimento.

ORADOR: Vou ser rápida. Sei que tem uma grande questão já foi colocada aqui de que precisamos não só de um plano de cultura; um plano de reconhecimento [que diz do institucional, financeiro e tudo mais], na dança, mas eu, pensando um pouco na proposta da Rosa para encaminharmos algo mais amplo, fiquei pensando, também um pouco comparando o Pibid no Ceará, tivemos uma grande conquista, que foi o programa de fluxo contínuo. Por que não pegarmos algo mais amplo que um programa de Mais Educação, Mais Cultura na universidade e que não que fosse um programa de fluxo

contínuo e que não ficasse apenas dependendo de apenas programas baseados em editais. Os editais serviriam para reautorizações.

ORADOR: Para garantir um programa de fluxo contínuo, precisaria criar uma lei.

ORADOR: Mas algo que apontasse, entendo as dificuldades para isso, que não poderia ser pontual. Marcar uma importância de programas, porque não é para remediar. Não estamos criando o programa Mais Cultura para remediar algo. Estamos querendo mudar exatamente a política de cultura e de inserção de cultura na universidade.

ORADOR: Minha fala é a seguinte, breve. Na verdade, só tentar pontuar a questão das especificidades. Esta especificidade é legal trazer como ponto importante, acredito até que a ideia de extensão é essencial para a formação humana. Eu entendo que, eu não sou governo, sou sociedade civil, estou dentro de uma instituição, faço parte da sociedade. Essa sociedade nada mais, nada menos, precisa de um retorno, um respaldo da universidade. É um conceito básico que nesse processo de extensão, pode-se ter um ensino, pode-se ter a pesquisa. O meu pensamento vai nesse caminho. Outra questão, um ponto que a Inês trouxe é realmente essa questão do engatinhamento, do amadurecimento, é justamente pensar na possibilidade de, através de edital, de estar se construindo e se reforçando politicamente e lutando por epistemologia também. E nesses editais pontos importantes para fazermos o congresso da dança, ou encontro da dança com mais veemência. Até por conta disso, do surgimento de novos cursos, precisamos nos amparar nesses editais ou em alguma verba para estar conversarmos mais, para chegarmos nesses espaços até mais coesos, mais articulados, nos encontros mais sistemáticos nossos, que esse

encaminhamento meu seria, nesse olhar assim, nesse lugar, tentar promover encontros nossos que tenham embate político e epistemológico também.

ORADOR: Bem, eu fiz uma lista de itens que são relevantes, que precisa, sim, sair como um documento macro, mas também que o micro, que o edital, já saia com indicações do que se pode ver que são necessárias, se não, não vai rolar. Eu vou começar por essa que, a primeira vez agora, na minha existência política, que entro em uma discussão com Rosa de não concordar, que dentro do que se chama a cultura popular existem muitas artes e que elas precisam ser entendidas como produção artística e toda produção artística, das linguagens danças e teatro, são questões da cultura, têm tradição, têm enraizamento, têm suas comunidades próprias, têm suas especificidades, assim como as demais artes populares. Eu faço um voto que se tenha um esclarecimento do que se está falando sobre arte no edital, para que seja um entendimento amplo de artes, que não se segregue em relação à cultura popular, que são as expressões artísticas historicamente excluídas do entendimento de arte por uma construção hierárquica e dominadora. O sentido que se atribui à arte e de quem tem o poder de produzir simbolicamente com essa rubrica arte.

ORADOR: Eu vou pontuar sem falar,; planos de cultura produzidos por membros dos grupos; criação de comissão de artes; uma CPA nas universidades, direcionamento que o MEC e MinC estão dando para as universidades; coordenação institucional da cultura com membros das artes, com recursos que funcionariam como esse comitê gestor; a universidade, ao pleitear o recurso, apresenta mecanismos integradores, (não preciso dizer quais são agora, mas, na hora de botar o programa, qual o mecanismo que vai fazer a integração entre as linguagens, entre os

projetos propostos? Não precisa que todo mundo se reúna, que todo mundo assine embaixo. Mas o comitê gestor diante dos projetos, que pleitearam faz o projeto de integração, porque senão não anda, não vamos conseguir fazer mais do que uma reunião dessa com nossos números). Explicação do entendimento da arte; a indicação de inserir o PDI como consultor da área; estruturação dos projetos e equipamentos existentes. (Sem isso não conseguimos fazer o nosso trabalho, se o edital não proporcionar que estruturamos equipe, os projetos dos equipamentos, como algo que

“ Recursos prioritários para ensino e pesquisa Temos que ter ensino e pesquisa ”

que pode ser até em alguns lugares de estimação dos recursos). Definição do segundo encontro, já sair daqui com próximo encontro (inclusive, se necessário, já botando desse dinheiro daqui, já sair do edital que já está incluso, a realização do segundo encontro e isso saiu no café: inclusão de representante nosso, desse encontro, na comissão. A possibilidade da renumerar os coordenadores dos programas como existe no Pibid (porque que isso faz diferença na dedicação); que as rubricas apresentadas sejam exclusivas para o plano de trabalho aprovado; para que a passagem deste programa seja comprada para passagem de qualquer outra coisa na universidade(porque senão s fazem o dinheiro sobrar para poder gastar, vocês já perceberam isso?) Nomear as Ares; Ações que contribuam para aproximação com outras áreas, (já temos esse objetivo específico, mas podemos prever que vai ser apresentado num outro centro

ou que vai fazer um convite para a um outro centro vir). Coisas mais simples, mas que se coloquem como possibilidades, que não gerem muito recurso. Recursos prioritários para ensino e pesquisa. Temos que ter ensino e pesquisa, tirar o nome extensão. Prioritário desse edital; ensino e pesquisa. E a indicação de que a universidade trabalhe para criar seus editais de força contínua

“ que fique marcado, no edital, a importância da autonomia das Artes”

para a cultura; e consulta para a redação final do edital. Seja um representante nosso.

ORADOR: É só uma colocação do que se pediram na reunião: que tivéssemos sugestões de promover a troca entre nós do que é produzido nas IES. Por exemplo, pesquisa, ensino e extensão, como poderíamos promover essa troca para um enriquecimento. É difícil num ponto rápido desses propormos, bacana isso, mas não sei como propor.

ORADOR: O edital é de uma política específica. Sonhamos, mas, dentro da mínima possibilidade, realística, é superimportante suprir a dificuldade, a questão da produção, podermos atuar como artista, para também ter um espaço para intercâmbio, mas também pensarmos assim: os editais, os editais da Proex, editais de pesquisa, como se elabora, e uma coisa que eu fiquei pensando, pelos próprios editais que estamos tendo no momento, da Proex, da Procad, tem muito edital para equipamento; se eu quero comprar computador, se eu quero comprar

até uma barra, bens permanente, temos. Bens de consumo, também temos. O que não temos, que é mais difícil burocraticamente, que é sempre a contratação de pessoas. Se começarmos um edital que pelo menos flexibilizasse isso, pode ter uma consultoria, que eu possa contratar um artista para operar, que eu possa fazer isso, resolveria o problema, o grande problema nosso.

ORADOR: O GT de Dança entende que a portaria interministerial número 18, de 18 de dezembro de 2013, abre um espaço de diálogo para que se discuta e garanta as especificidades da carreira de magistério artístico e do professor artista, junto ao plano de carreira do servidor público federal, questões específicas em relação ao edital do Programa Mais Cultura nas Universidades. O grupo sugere que, em seção no edital Mais Cultura nas Universidades, a formação de um comitê gestor para o referido plano de cultura e a garantia de que este seja composto por integrantes de cada um dos cursos de artes existentes na instituição que propõe o projeto. Também solicita que a coordenação geral seja obrigatoriamente da área de artes e que fique marcado, no edital, a importância da autonomia das artes, garantindo, em sua redação, que apareçam as áreas específicas, ou seja, dança, teatro, artes visuais, música, etc. Recomenda que este seja um programa de fluxo contínuo e, considerando as especificidades das áreas, que no edital haja espaço para a contratação de terceiros. Outro ponto relevante diz respeito à revisão do edital, para garantir que haja esclarecimento de conceituações acerca do entendimento de arte-cultura, para facilitar que se trabalhe o entendimento de arte na cultura das universidades. Também solicita que o plano de cultura do referido edital seja incluído nos planos de desenvolvimento institucionais, PDIs, e que garanta que este processo seja realizado com um consultor da área.

“ porque às vezes, esse artista também é um professor.”

ORADOR: Estamos burocratizando, porque, na verdade, quando é lançado qualquer edital, já se tem alguns pressupostos estabelecidos dentro da instituição. Há independência das áreas na criação dos projetos, mas já tem alguns perfis exigidos, o próprio coordenador de área tem um perfil traçado, uma experiência mínima de docência, educação básica, fundamental, enfim, existe um perfil. E isso, talvez, seja uma coisa interessante. Um professor que passa um projeto, coordenação geral, de repente tem que ser exigido um perfil. Ele é da área de Artes. Enfim, é uma exigência. Mas o que acontece quando tem um projeto, em qualquer edital. O edital pode ser o veículo da implementação de um plano de cultura para a universidade, que, depois, cria uma independência. Então, talvez essa comissão tivesse que ser a mesma. Não sei se eu estou certa, mas talvez tivesse que ser a mesma comissão, porque, de repente, esse edital morre na praia, é lançado um e não tem outro.

ORADOR: Para a elaboração do Plano de Cultura e se garanta que seja composto por integrantes de cada um dos cursos de artes existentes na instituição e que proponha projetos. Também solicita que a coordenação geral seja obrigatoriamente da área de Artes.

ORADOR: Reitera que fique marcada, no edital, a importância da autonomia das Artes, garantindo em sua redação que apareça as áreas específicas, ou seja, Dança, Teatro, Artes Visuais, música, etc e que suas especificidades sejam contempladas e realizadas por profissionais das referidas áreas.]

ORADOR: E as ações?

ORADOR: Sejam realizadas.

ORADOR: Não, o projeto de extensão permite, por exemplo, fazer parcerias, mas não permite trazer um artista convidado ou um mestre. Esse projeto veio para isso.

ORADOR: Então, tem que ter um jeito que comunidades não caiam num projeto de extensão que não permita fazer isso. A comunidade artística e cultural.

ORADOR: Estreitando o diálogo entre a academia e a produção artística profissional.

ORADOR: Eu tenho uma questão, porque às vezes esse artista também é um professor.

ORADOR: Se não aparecer no edital, vamos ter que insinuar, no sentido de que isso que estamos falando está na portaria, por exemplo. Então, está em algo que antecede o edital. O que eu estou dizendo, é claro, o item 6 aqui: “apoiar técnica e financeiramente as instituições relacionadas dessa portaria no desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a implementação de políticas públicas na área de arte e cultura com a necessidade de diversidade cultural”. É o texto amplo, “o desenvolvimento de economia criativa no intercâmbio de docentes e discentes no âmbito nacional e internacional”. Se o edital não contemplar o que está na portaria, o equívoco está dado.

ORADOR: Outro ponto relevante diz respeito à revisão do edital para garantir que haja esclarecimento de conceituações acerca do entendimento de arte e cultura para facilitar que se trabalhe o entendimento de arte na cultura da universidade.



1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes - 2014

Relatórios dos Grupos de Trabalho



Ouro Preto, 25 de Março de 2014
Assunto: Recomendações do Grupo de Trabalho de Dança no I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes

O grupo de Coordenadores dos Cursos Superiores de Dança das Instituições Federais de Ensino Superior do país, após discussão, encaminha as seguintes recomendações:

I Questões gerais que se referem às políticas para a área de Dança

- a. Considerando a integração e o diálogo interministerial do Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, formalizados através da Portaria nº18, de 18 de dezembro de 2013, o Grupo de Trabalho de Dança observa contradições que precisam ser equacionadas, quais sejam:
 1. Veto à produção artística na Carreira de Magistério do Ensino Superior Federal (Lei 12.863/13) contrapõe-se à manutenção da atuação do artista-docente, o que merece ser revisto.
 2. Participação efetiva das Artes nos programas de intercâmbio, entre eles o Ciências Sem Fronteiras e do Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI.
 3. Criação de Programas de Fluxo Contínuo para ensino, pesquisa e extensão que integrem as áreas de Educação e Cultura.
 4. Investimento na valorização da criação/produção artística junto aos órgãos de avaliação e fomento através de pontuação adequada e específica.
 5. Discussão e implementação de programas de mobilidade docente entre as instituições públicas federais de ensino com o intuito de fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão.



II Questões específicas em relação ao Edital do Programa Mais Cultura nas Universidades

- a. O grupo sugere que o edital contemple a formação de COMITÊ GESTOR para a elaboração, execução e acompanhamento do Plano de Cultura (conforme artigo 5º da referida portaria) e garanta que este seja composto por integrantes de cada um dos cursos de Artes existentes na instituição que propõe o projeto. Também recomenda que a coordenação geral seja obrigatoriamente da área de Artes.
- b. Reitera que fique marcada no edital a importância da autonomia das Artes, garantindo em sua redação que apareçam as áreas específicas, ou seja, Dança, Teatro, Artes Visuais, Música, etc. Suas especificidades sejam contempladas e as ações realizadas por profissionais das referidas áreas.
- c. Recomenda que este seja um programa de fluxo contínuo, considerando as especificidades da área.
- d. Que o edital viabilize a contratação de prestação de serviços de terceiros
- (pessoas físicas e jurídicas) e aquisição de equipamentos de forma simplificada, para a realização das atividades previstas no projeto.
- e. Garantir o protagonismo das Artes na redefinição dos eixos temáticos.
- f. O Plano de Cultura do referido edital deve estar inserido nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) e garantir que este processo seja realizado com representantes de cada curso de Arte.
- g. O Grupo de Trabalho de Dança solicita participação na redação final da minuta do edital antes que seja publicada.
- h. Inserção de recursos financeiros no Edital para ações de mobilidade docente dos cursos de Artes das Instituições Públicas Federais de Ensino, com o intuito de fortalecer ensino, extensão, pesquisa, criação e inovação.
- i. Incentivar e viabilizar a mediação das Artes na cultura universitária.



1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes - 2014

Relatórios dos Grupos de Trabalho

Música



Ouro Preto/MG, 25 de Março de 2014
Assunto: Recomendações do Grupo de Trabalho de Música no I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes

O grupo de Coordenadores dos Cursos Superiores de Música das Instituições Federais de Ensino Superior do país, após discussão, encaminha as seguintes recomendações:

I Encaminhamentos gerais e contexto macro

- a. Para a elaboração do Plano de Cultura e para gestão de execução desse plano nas universidades, sugeriu-se a criação de um comitê em cada instituição, composto por representantes de todos os cursos de Artes e de outros cursos ligados à cultura, por discentes, por servidores técnicos, por representantes institucionais e por representantes externos, que seria de algum órgão parceiro.
- b. Em relação à operacionalização do projeto nas universidades, foi levantada a possibilidade de se contratar uma equipe de produção, nos moldes do PRONATEC, referindo-se, por exemplo, à execução financeira.
- c. Decidiu-se pela criação de um Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Artes. Dentro desse fórum, que seria reconhecido pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério Educação, haveria dois representantes que fariam parte do Comitê Técnico criado pela Portaria nº 18. O fórum seria composto por todos os coordenadores dos cursos de Arte das Universidades Federais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Seu objetivo seria participar das discussões relativas às políticas nacionais de incentivo à cultura e à arte; acompanhar os impactos dessas políticas públicas; articular ações para o incremento de políticas de desenvolvimento da área; integrar os cursos de formação em arte, visando ao fortalecimento contínuo da área; representar os interesses da área. A natureza do Fórum seria constituir um espaço de diálogo mais permanente. O fórum seria anual e seria patrocinado



pelas universidades, pelo MinC e pelo MEC. Foi proposto que o primeiro encontro do Fórum seja realizado ainda este ano. Paula Molinari, da Universidade Federal do Piauí, propôs-se a conversar em sua instituição para ver a possibilidade de sediar o evento. Foi proposto que a criação do Fórum e a eleição dos representantes no Comitê Técnico sejam realizadas no I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes. Essa deliberação entrará na Carta de Ouro Preto.

d. A alteração do Eixo 5 do Programa Mais Juventude nas Universidades. O Eixo “Artes e Linguagens” seria substituído por Artes. Essa deliberação entrará na Carta de Ouro Preto.

e. Em relação ao edital, levantou-se a necessidade da simplificação e desburocratização. Sugeriu-se a criação da conta Tipo “B” para o coordenador do comitê gestor das universidades. Além disso, caso o repasse da verba do Programa seja feito via fundação, deve-se constar no edital que o valor retido seja de 5% e não de 10% do montante.

f. A garantia de mecanismos, no edital, da inserção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada universidade e dos sistemas que pontuam e avaliam as instituições no SINAES E SINAEP.

g. A elaboração de um manifesto pela marginalização do Ensino Superior das Artes. A proposta será discutida no Plenário.

h. Integração Intra e Interinstitucional dos Planos de Cultura das universidades. A integração não é obrigatória, mas é uma orientação, pois dá peso ao plano de cada instituição. Esse ponto precisa estar claro no edital. A questão será discutida no Plenário.

i. Concluiu-se que o MinC e o MEC devem estimular as conferências de artes nas universidades, que devem ser realizadas ainda este ano, para facilitar, também, a criação de instâncias internas nas instituições para a criação de Políticas Culturais. Propôs-se uma pontuação maior para a instituição que tenha uma maior organização nos termos discutidos.

II Contexto micro no campo dos cursos de Artes

a. Criação e manutenção de grupos estáveis vinculados aos cursos de Arte (com corpo administrativo, produção, divulgação – vinculados ao ensino) .

b. Pensar em ações de fluxo contínuo para auxílio à formação do aluno de graduação.

c. Foco no artista para a manutenção, reforma de espaços de laboratórios de performance e criação.

d. Participação dos cursos de Artes na matriz orçamentária de cada instituição.

e. Em relação aos cursos de Música, levantou-se o problema da importação. Hoje, nas universidades, a melhor forma de se comprar instrumentos e outros equipamentos no exterior é em nome de um professor pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. O Plano de Cultura deve contemplar mecanismos que facilitem esse procedimento.

f. Mobilidade entre professores e alunos. O Plano de Cultura que prever esse ponto será

mais bem pontuado no edital. É necessário que a universidade preveja o custeio para a residência. Incrementar a política de mobilidade estudantil e docente, visando o intercâmbio cultural.

g. Pressionar o MEC para a criação de vagas de Artes no programa Ciência Sem Fronteiras. Foi sugerida a criação um programa específico para os cursos de Artes, Artes Sem Fronteiras. Essa deliberação entrará na Carta de Ouro Preto.

h. Reivindicação do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), em que as Artes foram retiradas. Essa deliberação entrará na Carta de Ouro Preto.

Valorização da produção artística nos órgãos de fomento. Essa deliberação entrará na Carta de Ouro Preto.

j. Criação de uma resolução para um plano de carreira específico para o docente produtor cultural/artístico. Essa deliberação entrará na Carta de Ouro Preto.



Teatro



ORADOR: Compartilho um pouco a fala dela, de ouvir tudo o que todo mundo vem falando. Ela falou, hoje de manhã, tinha um ponto para falar e, de repente, viraram dez, porque são muitas coisas que se vai ouvindo, vai se compartilhando e vai se sabendo como é que está acontecendo. A minha fala Arte vem muito a partir de uma realidade prática de como está acontecendo em Belém do Pará; refletir o que que nós estamos fazendo sobre isso e construir algo para ver como essa prática vai acontecer. Estou aqui representando a coordenação de licenciatura, mas estou na coordenação do curso técnico e atuo na escola. Nós trabalhamos muito bem integração com todas as situações que acontecem com um e com outro, temos um trabalho integrado; isso é muito

forte. Eu venho falar muito desse envolvimento, dessa minha prática, da experiência nesse lugar, que é muito novo; nosso curso é muito jovem, nós fomos a primeira turma de licenciatura em teatro. O curso técnico tem há mais tempo, a Escola de Teatro e Dança do Pará existe há cinquenta anos, mas a licenciatura é bem recente. Professores muito jovens também, muito novos, eu sou uma delas, que entrei há pouco tempo na universidade. Começamos a ouvir todas as angústias, as questões, as situações, entendendo isso, o universo quem hoje somos professores, muitos de nós somos artistas e temos que virar gestores. Entrar nessa administração e saber como trabalhar. Vem todos esses pontos que nós estamos trazendo aqui, para fechar em

“ ter uma rede para circulação de bens culturais e artísticos nas universidades.”

cima de um edital que está sendo proposto; isso é fundamental, porque vejo que esse trabalho cultural envolve uma comunidade muito grande. No nosso curso, nós temos uma discussão sobre o custo amazônico, que os editais colocam situações que são muito difíceis, para a nossa região, de como chegar lá no ribeirinho, porque nós temos isso. Temos alunos que vêm de barco para a universidade, para a aula, e voltam de barco, têm horário. A comunidade dele quer que participe das ações da universidade e nós também iríamos lá. Tem uma série de coisas; o Pará é muito grande, muita dificuldade de locomoção também e isso é outra questão fundamental nesse custo, para pensar esse edital trazer todas as propostas para nós pensarmos juntos. Essa é a minha.

ORADOR: Por último, eu queria fazer uma avaliação de, como estudante, como representante da UNE, compreendi da proposta do Mais Cultura nas Universidades. A UNE, todo mundo sabe, na década de sessenta, teve a experiência do CPC, que é o Centro Popular de Cultura, que, por motivos óbvios da ditadura militar, o desenvolvimento cultural, continuou existindo mas desarticulado pelas as limitações que tinham naquele momento. Em 1999, a UNE, enfim, teve uma iniciativa de tentar reestruturar essa atividade artística e cultural e cria o Centro Universitário de Cultura a partir das bienais de cultura e Arte dos estudantes. Isso depois se torna um Circuito Universitário de Cultura e Arte,

porque a ideia não é ter o CUC agora [como] o nosso projeto de cultura, não só para ter espaço de produção artística e cultural, mas ter uma rede para circulação de bens culturais e artísticos nas universidades. Enfim, o CUC agora passou de dez anos, começou a se estruturar a partir de 1999, está em um momento de inflexão, de repensar o projeto, não se sabe se vai ser circuito, sabe-se que não é mais CTC, porque o CTC fez parte de outro momento, mas, de qualquer forma, seria muito importante, porque o lançamento do edital, da forma como ele for, vai existir um processo de luta política de disputa do que vai ser o edital no dia a dia da universidade; é importante deixar aqui claro a importância de envolver todos os segmentos nessa discussão e deixar, não só o CUC que vem acumulando em relação à política cultural, mas de deixar os estudantes, de deixar a UNE, de deixar o CUC, de deixar a nossa equipe, em relação a esse debate na base, à disposição, para que, no dia a dia, no cotidiano, possamos construir esse projeto de forma conjunta, entendendo que a visão que temos que ter em relação a ele não pode ser meramente burocrática. Estava comentando com algumas pessoas, porque vai existir o edital e vai existir uma disputa para que seja o edital que corresponda mais às nossas necessidades, mas como vai se dar na prática é outra luta. Queríamos nos colocar à disposição para fazer isso em conjunto com vocês, estudante e professor, vamos ter mais força política para conseguir empreender um projeto à altura dos desafios que temos nos dias de hoje. É isso.

ORADOR: Temos que separar a política cultural de Estado, a política cultural de Governo e como a universidade vem em cima disso, porque o que está sendo proposto agora, pelo o que eu estou entendendo, é somar uma política de Governo e Estado. Uma política de Estado. Por que, na verdade, as pessoas não têm acesso

ao teatro e ao cinema? Não é um problema da universidade. Não é o nosso problema.

ORADOR: Não é ela que vai resolver isso.

ORADOR: Não é. Ela não vai conseguir resolver isso, porque não dá conta. Isso é um problema de Estado. Fomentar os centros culturais, abrir mais o espaço para isso. A universidade entra com um pensamento, com a prática, uma série de coisas, com uma reflexão sobre isso. Jogar para a universidade, fazer com que o teste de habilidades corte vai, de alguma forma, elitizar mais ainda. É isso.

ORADOR: Pensando justamente nessa questão, é bem interessante. A universidade não tem que dar conta disso, mas, por outro lado, a intenção, de certa forma, aqui é: a universidade produz Arte; a universidade experimenta Arte, experiência e pesquisa; por que não, em algum momento, inserir mais? Claro que, com o PROEXT, por exemplo, tenta dar conta dessas políticas de extensão, enfim, para que, de certa forma, faça isso, que é o Estado ter que fazer; eu concordo plenamente. Mas, ao mesmo tempo, interessante que esse projeto, essa minuta, enfim, e o edital que vem possa ajudar nisso. Da mesma forma que, às vezes, penso, é uma questão bem pessoal: “ah, será que é pertinente mesmo a questão das cotas ou não, é tentar tampar o sol com a peneira e mostrar que o Ensino Básico está muito fraco?”

“ Porque a PEC 550 tem 10 anos de tramitação no Congresso Nacional ”

Da mesma forma, claro que não vai solucionar, mas, ao mesmo tempo, possibilitar que isso seja mais integrado, que a Arte seja mais integrada na sociedade, partindo do que temos, que sabemos que se faz muito: a produção artística é muito grande, a experiência artística é muito grande na universidade. Talvez pensar que esse edital que está sendo proposto consiga contaminar mais e, talvez, em um tempo que não é muito curto, em alguns anos ou em algumas décadas, isso possa mudar, de certa forma, o perfil dos ingressantes, dos alunos que ingressam na universidade.

ORADOR: Não; temos que caminhar, para nos libertarmos do Estado porque o Estado é um Leviatã; fica tentando mandar e interfere na nossa casa. Não pode deixar o Estado ficar interferindo o tempo inteiro na nossa casa; temos que nos libertar disso. Tem a função do Estado em tudo, tudo; não se pode educar um filho fora da escola; é obrigado a levar à escola se o pai não for, é preso. Mas que escola é essa que está sendo dada para o seu filho? como podemos nos organizar para fazer esse de trabalho, para que o Estado não tome conta da nossa vida? Se não, vamos virar o quê?

ORADOR: Não devemos deixar de cobrar a responsabilidade do Estado e garantir que todo cidadão tenha acesso aos meios culturais. E é por isso que lutamos. Por exemplo, quando tem conferência de cultura, nos integramos para pedir que seja aprovada a PEC 550, [que] para quem não sabe, é mais orçamento, 2% do PIB para a cultura. Por isso que temos uma série de pautas gerais, de propostas de políticas culturais que não é muito coisa, quem não sabe disso? Porque a PEC 550 tem 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, para que tenhamos mais condições de ter políticas mais gerais. Propõe-se uma forma ampla para a educação brasileira como um todo, porque se sabe que o Ensino

Básico, pelo amor de Deus, ainda tem muita coisa para avançar. Agora, a grande questão que temos é a seguinte: a universidade, por si só, isso é claro, não vai ter condições de revolucionar ou modificar todos os problemas que existam no Brasil hoje, mas tem uma responsabilidade muito grande, porque é a universidade que forma os professores que vão dar aula no Ensino Básico. A universidade, ela que produz as principais, para os principais programas que temos hoje.

“ Nós, de uma hora para outra, tivemos que crescer ”

A universidade cumpre esse papel. E não dá para esperarmos que essas políticas, em um prazo de 50, 40 anos, surtam efeito, para que se tenha alunos preparados o suficiente para ter acesso à universidade, porque essa universidade com composição social diferente é que vai ter condição de pensar a educação de outra maneira. É uma questão de concepção, que ninguém é obrigado aqui a concordar. Está-se construindo também, estamos tendo várias ideias, mas eu vejo com muita preocupação, porque é a mesma [mentalidade] das cotas ou das políticas de acesso. Vamos entender a universidade como parte desse processo, um processo global, como um todo, de luta pela mudança no Ensino Básico, de luta pelas políticas culturais, que cobra a responsabilidade do Estado, de luta pela mudança da universidade, ou vamos esperar que a Educação Básica melhore para que depois tenhamos a universidade que tem uma composição social diferenciada, que cumpra o papel. Vemos com muita preocupação. Se bobearmos, às vezes acabamos indo para um caminho muito pior do que está hoje.

ORADOR: O discurso é muito bonito, mas o aparelhamento da universidade para dar conta disso é uma situação outra. Nós, de uma hora para a outra, tivemos que crescer e não tínhamos mestres, doutores, produção científica condizente com esse crescimento absurdo que foi imposto à universidade de uma hora para a outra. O que está acontecendo concretamente, eu concordo com você: nós formamos os professores da Rede Básica. Só que a universidade não está dando conta de fazer isso como deveria, porque há um apressamento nisso. Forma-se o professor hoje, sabendo-se que amanhã. Bom, entra um aluno muito precário. Sai um aluno do Ensino Médio muito precário; entra na universidade, a universidade não dá conta de resolver isso. Ele sai da universidade, porque também não se pode prender o aluno, reter o aluno na universidade. Bom, ele não vai sair bem formado da graduação, vai para o ensino mal, muito mal, mas vai voltar para a universidade em uma segunda formação. Quem sabe na segunda ele aprende mais um pouquinho? É uma formação adiada. O discurso é muito bonito, esse discurso de democratização de tudo, mas, nós não estamos aparelhados para isso. Sabe-se que vamos receber um aluno ruim, vai sair ruim, um pouco melhor, mas ruim ainda. Está muito difícil, muito difícil. Eu tenho feito muito essa discussão, porque me angustia. Hoje tem-se a cota, nós recebemos um aluno, por exemplo, no meu estado. No meu estado tem dois cinemas, que é na capital.

ORADOR: Nós temos dois cinemas, dois teatros. Vem o aluno; agora nós temos a cota dos quilombolas, que moram em localidades, porque eu, se sou pesquisadora nas comunidades quilombolas, para se chegar à comunidade quilombola tem-se que ir em um caminho traçado, porque lá não tem água, não tem luz, não tem escola, porque os municípios fecharam as escolas das comunidades quilombolas. Eles

vão estudar na cidade, não voltam mais para a comunidade. Enfim, coisas que o município não resolve, que o estado não resolve, que o governo federal não resolve. “Chama os universitários, porque eles agora vão resolver”. É complicado.

ORADOR: E angustiante.

ORADOR: E angustiante, porque não damos conta. Criaram cotas para alunos indígenas no meu estado, sabe como que foi? Muito bonito, saiu no Jornal Nacional. Lindo; a universidade agora tem cota para alunos indígenas. Alunos indígenas que estudavam em escolas precaríssimas, que mal foram alfabetizados, chegam na universidade e a universidade não tem como criar um programa específico de formação para ele; ele que tem que se enquadrar na nossa formação. É angustiante.

ORADOR: A minha colocação vai ser bem rápida, bem objetiva: acompanhando a proposta de aprofundamento, de encaminhamento, que o Pablo começa a apresentar, falou-se bastante sobre a presença do termo “Artes” por toda a listagem dos subtemas. E o que eu gostaria de apresentar seria p que não apenas o termo “Artes” aparecesse em todos ou, pelo menos, na maioria dos subtemas, mas pelo menos na maioria dos subtemas. Aparecesse também os termos “pesquisa de extensão”, desculpa. “ensino e pesquisa”. Ensino e pesquisa, porque está-se falando, em geral, de uma ação que é muito aparentada da ação extensionista. Atrémos essas questões à questão de ensino e de pesquisa, empodera os cursos e reduz a possibilidade de que o projeto do Mais Cultura acabe se perdendo em algumas atividades cosméticas promovidas pelas universidades e acabe. Enfim, como foi dito mais cedo: “batendo palma para maluco dançar”.

ORADOR: Mas tem uma outra parte, desculpem, gente, eu vou calar a minha boca, mas tem uma outra questão que a portaria

“ que os cursos de Arte sejam protagonistas nessa discussão.”

enseja e que foi colocada de uma forma muito reducionista, simplificada na portaria, mas que penso eu que é um canal que podíamos transformar em algo maior, que são os planos de cultura que nenhuma universidade tem, de Arte e cultura e podemos ser mais preciso, que esse plano de Arte e Cultura não seja um plano de dois anos, mas que seja, como acabou-se pontuando na reunião, um horizonte maior, porque os PDIs são em um horizonte de dez anos. O plano também de Arte e cultura pode estar inserido no PDI, mas com uma massa mais robusta, porque [ainda] não é, nos PDIs, a questão da Arte e da cultura é um paragrafozinho. Se essa portaria está fomentando isso, vamos agarrar e trazer para o amplo debate nas universidades que resulte na construção de um plano de Arte e cultura robusto e que os protagonistas dessa discussão não sejam simplesmente a pró-reitoria de extensão com a diretoriazinha de cultura, Mas que isso; que os cursos de Arte sejam protagonistas nessa discussão.

ORADOR: Caímos naquela questão que se falou no grande grupo, da Conferência Universitária de Cultura. Temos que fechar a questão, que seja esse um instrumento efetivo e que esse plano não possa ser realizado se não houver a Conferência de Cultura.

ORADOR: Outra coisa que se falou bastante aqui foi, mas não sei se é um consenso, porque

eu não ouvi as pessoas falando sobre isso, acho difícil ser um consenso, é a participação efetiva dos três segmentos dentro da discussão desse plano de cultura que vai ser solicitado. Ou seja, discentes, docentes e técnicos participarem dessa confecção, seria importante. O que eu defendi

“ os conselhos de cultura são parte fundamental do sistema nacional de cultura.”

antes, que é a ideia de ter um comitê gestor, isso é fundamental, ou seja, que se decida como que vai ser a constituição desse comitê, porque se não, a administração da universidade vai fazer o que bem entender com o recurso que vier.

ORADOR: Eu posso dar uma sugestão? Eu trabalhei, eu fui presidente da fundação cultural do meu município, mas anterior a isso, eu fui dez anos do Conselho Municipal de Cultura. Nós implantamos o Conselho Municipal de Cultura de Palmas se hoje todos os avanços que nós temos, em termos de cultura, de institucionalização da cultura, de gestão da cultura, de financiamento da cultura no município de Palmas acontece graças à força que o Conselho de Cultura tem no município. E o Conselho de Cultura hoje, os conselhos de cultura são parte fundamental do sistema nacional de cultura. Se nós estamos querendo construir nas universidades políticas de cultura, eu penso que nós teríamos que ter um conselho universitário de cultura.

ORADOR: Mas isso tem que ser decidido, porque, em geral, nesses conselhos, se eu não estiver errado, são conselhos paritários, em que a participação das pessoas, das instituições públicas e governamentais, ou seja, municipais, estaduais ou federais, como é, por exemplo, no Conselho Nacional de Política Cultural, não pode haver maioria dentro do conselho das pessoas das instituições governamentais, porque, senão o governo decide o que quiser.

ORADOR: Exatamente, mas nos conselhos hoje, essa é uma questão, que, na maioria dos conselhos, isso foi superado.

ORADOR: Mas, para criar, eu gostaria que isso estivesse garantido de antemão.

ORADOR: Será que uma porcentagem do número de pessoas do segmento ou da representatividade para garantir que não tenha isso?

ORADOR: Pode ser. No geral, não se trabalha com isso, trabalha-se basicamente com a ideia de que ele tem que ser, pelo menos, paritário, não pode passar disso, mas podemos ter também.

ORADOR: Mas também um conselho que envolva, enfim, os atores principais, coordenadores, mas que não traga a comunidade de modo geral.

ORADOR: Que os professores, prioritariamente, sejam dos cursos de formação de Artes, porque, senão acaba, chega na pró-reitoria e bota um coordenador.

ORADOR: Engenheiro

ORADOR: Que ajuda o pró-reitor, que está lá dentro e fica todo mundo da própria reitoria.

“ Governo não apoia que o professor de Artes faça artes.”

ORADOR: Não tem debate nem discussão.

ORADOR: É interessante a participação discente.

ORADOR: E o último item que eu coloquei relativo a isso foi a realização da Conferência de Cultura da Universidade, de cada uma das universidades.

ORADOR: Mas não falou do coordenador institucional. Isso tem no PBID, funciona muito bem, pelo menos nas vezes que eu tenho que [visto] aqui na universidade.

ORADOR: Divide o trabalho.

ORADOR: Divide o trabalho e está fora desse lugar, por exemplo, de estar na Proex ou de estar na reitoria, ou seja, ele transita por todos os lugares, mas não está alocado.

ORADOR: Interessante tudo isso no projeto.

ORADOR: O coordenador institucional desse plano, que pode ser, quando está-se falando do Conselho de Cultura Universitário.

ORADOR: Eu não sei se chega a ser um conselho, temos que prestar muita atenção, porque pode haver algum de regulamentação burocrática que diga que conselho tem que ser um comitê; eu não sei.

ORADOR: Comitê gestor é um bom nome também.

ORADOR: Porque vai acompanhar. Eu coloquei as outras coisas que deveriam constar no documento, que talvez esse programa Mais Cultura, Mais Universidades devesse ter também algum de apoio para isso que nós estamos fazendo agora, com uma certa frequência, porque o que identificamos claramente é que precisamos nos reunir mais vezes. Ficou, a princípio, de se pensar em pelo menos mais dois encontros. Claro, não precisamos que nos comprometamos a realizar todos os nossos encontros, mas que, pelo menos algum de encontro, com alguma frequência, ou anual ou bianual, que tenha financiamento por parte do programa.

ORADOR: Na verdade, eu tenho uma, eu quero conversar com respeito a uma preocupação minha, que talvez seja anterior ao que tenhamos que fazer aqui, é o que eu expus hoje de manhã, quando eu falei no sentido de professor artista e como o Ministério da Cultura e o da Educação veem o papel, às vezes diferentes, do professor não poder ser artista. O professor de Artes não pode ser artista; o Governo não apoia que o professor de Artes faça Artes.

ORADOR: Não é; às vezes não; é sempre.

ORADOR: É verdade. Tanto que o argumento da mulher hoje de manhã: “não, não é professor; é funcionário público”. Funcionário público não pode ser artista e o professor é o quê? Mas a minha preocupação é a seguinte: não sei se vocês, todo mundo aqui deve conhecer o prêmio Myriam Muniz de Teatro; enfim, e o que que acontece? A minha preocupação é a seguinte: digamos, nós vamos realizar junto a Universidade um plano de cultura, como chama? É isso?

ORADOR: É, um plano de Arte e Cultura.

ORADOR: E dentro desse plano de Arte e cultura, que vamos encaminhar, vai-se pensar segundo o possível edital de doze a vinte e quatro meses, isso como uma ação para eles; mas acredito que pensar junto a uma universidade um plano de cultura é pelo menos quatro anos, porque é uma gestão de um reitor, ou mais, porque é pela instituição. Bom! Pautamos o nosso pensamento em cima desses quatro, oito, dezesseis anos e começa, na minha visão, um problema. (Não estou reclamando do edital). É uma oportunidade ótima, mas entre nós vamos

“Ano que vem ele não pode participar porque ganhou?”

concorrer universidade com universidade a esse prêmio, a esse dinheiro, enfim, que vem para conseguirmos colocar em prática nosso ideal que programamos. Mas a minha preocupação é: talvez fosse interessante que esse edital fosse, porque todas as universidades têm necessidades com relação a isso, e dar um prêmio para uma, como a menina falou hoje de manhã, “os vencedores”. Eu fico pensando: no Oscar não dizem isso, não dizem mais o vencedor é: “o Oscar vai para...” nós, os “perdedores”, estou me colocando no papel de universidade que perdeu, como trabalhar com essa ideia? E tem uma outra questão, a questão que Myriam Muniz traz: esse ano o grupo do Pablo ganhou o prêmio Myriam Muniz; ótimo! Ano que vem ele não pode participar porque ganhou? Pensamos: essas quatro universidades ganharam o prêmio; beleza. Ano que vem, se o governo pensa assim, se o MinC e o MEC pensarem assim, no próximo ano essas universidades não

podem ganhar, para dar o espaço para aqueles que não ganharam na primeira vez. E como é que fica o plano de cultura dessas universidades que ganharam? Eles têm um plano de quatro, oito, dezesseis anos, não de dois. Faz-se um projeto de um milhão e quatrocentos mil, pensando em tudo aquilo, nossa! O nosso ideal, porque estão pensando, é que é de quinhentos mil a um milhão e meio e depois? Eu fico pensando nisso; uma preocupação grande minha é essa: como vai ser essa questão? Ou todas as vezes as mesmas universidades vão ganhar? Porque, se eu comprovei que, pelo próximo um ou pelos próximos dois anos, eu tenho necessidade, fiz um plano muito interessante cultural dentro da minha universidade, isso significa que tenho potencial para, nos outros dois anos, continuar, porque o projeto é interessante e o que vão fazer? Ou vão aumentar o prêmio, contemplar mais universidades ou vai faltar aqui nessa, não sei, a ideia de prêmio, de ter alguns selecionados é estranha para mim, porque é o que estamos fazendo aqui, chegamos, todo mundo chorou os problemas e daqui a pouco, nos próximos encontros, o Mário não vai estar mais chorando os problemas, talvez não os mesmos, mas eu vou continuar e outros colegas vão continuar. Nesse ponto eu fico pensando: nossa, e agora? Lei de incentivo à cultura e tal. Ficam pensando muito mais nos fundos de apoio de que ter que captar. Aqui parece que está indo no sentido contrário a isso que está sendo pensado, de pensar numa política de apoio à universidade, à Arte na universidade, independente de esse “merece ganhar o prêmio mais do que aquele”. Essa é minha preocupação principal. Decerta forma, é um descontentamento meu e acredito que eu estou sozinho. . Isso deveria constar, de alguma forma; por isso que introduzi, porque, de alguma, tem que constar aqui; é ótimo que tenha uma preocupação do Governo com isso, mas é tapar o sol com a peneira; é dar para alguns e

não dar para outros; e como que fica o programa desses que não forem contemplados? E como fica os [que] foram e não vão mais ser? É só isso que eu gostaria que constasse de certa forma.

ORADOR: A minha questão é uma série de dúvidas que contemplam um pouco as do meu xará. Primeiro, foi conversado, discutido, mas não discutido nada a respeito da pró-reitoria de extensão. Se isso ficaria ou chegaria, o povo pensa, a maioria diz que não é bom que fosse para a pró-reitoria de extensão; falam de pró-reitoria de cultura, mas existem muitos, muitas universidades, e, no caso do Instituto Federal, não existe essa pró-reitoria que chamam. Como que

“teríamos que nos organizar para lutarmos por mais ações estudantis.”

ficaria isso? Segundo, também com relação a esse plano de cultura, porque, pelo que entendi, esse plano de cultura não vai ser feito; a universidade não deve fazer exclusivamente para o edital. Entendi que as universidades organizariam um plano de cultura de dez anos.

ORADOR: Não as universidades. A universidade.

ORADOR: Não, mas cada uma vai fazer a sua, os institutos federais vão fazer um plano de cultura para os próximos dez anos e o edital viria com essa forma de fomentar. Eu estava pensando nisso, digamos que seis universidades consigam toda verba do edital nesse primeiro ano, mas o plano de cultura da minha universidade está pelos dez anos; no primeiro ano, consegui; no segundo,

não consigo; no terceiro, como que vou começar a desenvolver? É uma coisa que tem sintonia de problemas.

ORADOR: Tem que pensar isso, não só de colocar um edital sobre isso.

ORADOR: Só um momentinho, uma reflexão muito profunda, as pessoas estão cansadas, falei bastante, minha voz deve estar bem conhecida, mas só um minutinho para fecharmos. Na medida em que entramos no Mais Universidade, teríamos que nos organizar para lutarmos por mais ações estudantis. As pessoas entravam e não tinha um plano de ação estudantil; as pessoas estão se organizando para que tenha mais vaga, porque não é suficiente, tem uma máxima e é uma coisa para mim muito óbvia, no que diz respeito a apoio de cultura, como o Pablo falou, vai ser elaborado, na execução temos que nos organizar também para disputá-lo; essa é minha grande preocupação, porque o edital vai existir e vai ter espaço para falar o que tem que ser o edital, mas se não houver uma organização na universidade e o que está acontecendo que acabar nesse espaço, as coisas vão acabar não se consolidando na direção do que se quer. Temos um grande chamado e o seguimento [estudantil] tem que participar, mas não só ele, mas todos os seguimento, para que cheguemos na universidade e nos prontifiquemos a nos organizar para disputar o projeto.

ORADOR: Só um parêntese: o que me incomoda nisso tudo é estar aqui discutindo contigo e disputar contigo depois.

ORADOR: Não; mas disputar o conteúdo dele.

ORADOR: Não; mas eu estou falando disso: estamos aqui, vamos organizar um fórum de coordenadores; se tudo der certo, vamos para Salvador, vamos discutir a ideia, eu chego muito

“que legal, olha só, estamos com muitos projetos.”

feliz, dizendo para eles: “que legal, olha só estamos com muitos projetos. Estou disputando com você”. É como acontece, e vocês sabem disso. Dentro do centro de Artes, por exemplo, existe; a Dança tem uma verba; a Música tem uma verba; tudo tem uma verba; e chega num momento que o pessoal das Letras quer todo o dinheiro E isso acontece lá, ficar dizendo ; existem brigas dentro do setor de Artes, dizendo: “eu mereço mais do que tu, porque minha produção é melhor que a tua e tal” e isso não faz parte do meu ideal, e as nossas discussões são, eu gostaria de sempre ter essas discussões sempre que possível, com todos, mas eu não gostaria de disputar uma obrigação do governo com outros colegas. Isso é que não dá.

ORADOR: Fica parecendo: “vamos melhorar e não fazer uma disputa”.

ORADOR: Só lembrando aquilo que eu falei ontem, sobre a lei de Magistério Superior, sobre a impossibilidade de ter cachê, algum de cachê na apresentação de atuação. Não sei como pois não consegui acesso à internet para fazer a comparação da lei antiga com o artigo e o que foi vetado; a palavra artística fugiu, foi tirada.

ORADOR: E se colocar Magistério Federal? No caso, só colocar Magistério Federal.

ORADOR: O segundo é a diversidade cultural, pensei em diversidade artística e cultural ou cultural e artística, não sei como colocaríamos.

ORADOR: Artístico-cultural ou artística e cultura? Bobagem...

ORADOR: Não pode, de certa forma, fugir muito.

ORADOR: Fecho meu voto.

ORADOR: Os três eram cultura digital, alguém falou?

ORADOR: Arte e cultura digital.

ORADOR: Os quatro sim, os quatro eram economia criativa e empreendedorismo e inovação. A minha sugestão é economia criativa, empreendedorismo artístico e inovação cultural.

ORADOR: Economia criativa; essa é minha sugestão, e empreendedorismo artístico e inovação cultural.

ORADOR: Inovação cultural?

ORADOR: Isso. O cinco é Artes e Linguagem. Os seis é formação, pesquisa e inovação, eu colocaria, em Arte, é isso? Por que tínhamos ou formação artística, pesquisa e inovação em Arte, acho em Arte, no final parece que não está se referindo só à inovação, porque é formação, pesquisa e inovação; esse é ponto.

ORADOR: Formação artística.

ORADOR: Talvez formação artística e tem-se pesquisa e inovação. Quem sabe, Artes na formação, pesquisa e inovação.

ORADOR: Assim fica melhor.

ORADOR: Que não se corra o risco de não termos um ponto, por exemplo, ainda mais a pesquisa: “não, mas a pesquisa está sozinha”, e como temos aqui.

ORADOR: Mesmo que redunde, seria interessante que marcar território, seria formação artística, pesquisa em inovação em Arte.

ORADOR: Pesquisa em Arte, se for isso.

ORADOR: Porque é pesquisa em inovação

ORADOR: Por último, o sete é museu e patrimônio cultural, artístico e cultural, como tínhamos escolhido.

ORADOR: Não, mas pode-se falar de equipamentos de cultura. Pode falar em galeria, não só em museu, mas em galeria, em teatro, em sala de exibição.

ORADOR: Só uma questão que passou: Arte e Cultura Digital é Arte e Cultura digitais.

ORADOR: Pode ser aqui. Arte e cultura digitais. Artes aplicada à comunicação áudio visual, diversidade artística cultural, Arte e cultura digitais, economia criativa, empreendedorismo artístico e inovação cultural, Artes e Linguagens, Arte formação pesquisa e inovação, museu e patrimônio artístico-cultural.

ORADOR: A questão fiscal de uma bolsa dentro da Universidade, inclusive, por exemplo, tenho um artista de rua que quero que trabalhe comigo em uma disciplina x, não, o encargo diz que, para eu trabalhar dando uma bolsa, uma bolsa significa outras coisas, não simplesmente pagar um cachê e, ao mesmo tempo, ter toda a questão do imposto disso e daquilo.

ORADOR: Essa questão de remunerar artistas, fazedores de cultura, no Mais Cultura nas escolas foi solucionado e podem remunerar.

ORADOR: E, em cima desse problema, também existe a questão acadêmica da bolsa, porque, por exemplo, trabalho um ano pagando uma bolsa para um artista que está dentro de um

projeto meu e ele tem a intenção de entrar na pós-graduação, ainda por cima ou de trabalhar como professor-substituto no futuro. Essa bolsa, essa prestação de serviço enquanto bolsa conta no currículo dessa pessoa também como pontuação, diferentemente do que se só estivesse prestando um serviço para mim; isso é importante para integrar também.

ORADOR: A maior característica mesmo é a periodicidade. A bolsa pode ter um ano.

ORADOR: E tem um planejamento de execução da bolsa.

ORADOR: Próximo ponto. Esse próximo está muito mal redigido, porque, na verdade, foi o Alberto falando e eu tentando transformar o pensamento dele em alguma coisa. Ele falando sobre planos de cultura moldados por cada

“garantir o protagonismo dos cursos de Artes no desenvolvimento, execução e gestão.”

universidade devendo reforçar, ou tratar, ou afirmar a questão da indissociabilidade. Ou foi o que eu perguntei, mas o que fazemos? Pede-se para que a questão da indissociabilidade seja contemplada no edital ou isso vai estar no texto de cada universidade? Se deixarmos para ficar no texto de cada universidade, pode ser que fique à mercê...

ORADOR: Pode ser que tenhamos que adotar um critério para a avaliação.

ORADOR: Acho que é perfeita essa colocação; garantir o protagonismo dos cursos de Arte no desenvolvimento das ações.

ORADOR: Gente, eu vou ler aqui, porque são dois tópicos para serem repassados. O primeiro deles é contemplar a indissociabilidade, ensino, pesquisa e extensão como critério de avaliação das propostas submetidas ao edital. E a segunda é garantir o protagonismo dos cursos de Artes no desenvolvimento e na execução dos planos de Artes e cultura.

ORADOR: Melhor seria “na gestão”.

ORADOR: Na gestão? Desenvolvimento de gestão ou apenas gestão?

ORADOR: No desenvolvimento de gestão.

ORADOR: Mas é bom também deixar a execução.

ORADOR: Vamos lá: garantir o protagonismo dos cursos de Artes no desenvolvimento, execução e gestão. Terminei da seguinte maneira: dos planos de Arte e cultura.

ORADOR: São quatro coisas: planejamento, desenvolvimento, execução e gestão..

ORADOR: Eu concordo mas penso o seguinte: uma das coisas interessantes que percebi desse edital, penso no PROEXT, não tem, por exemplo, pela primeira vez eles vão valorizar o fato de que o cara faz pesquisa e pode receber, pode chamar gente, pode fazer coisas com relação à pesquisa, pode ganhar dinheiro para isso; e o PROEXT não dá; é especialização. E no momento só estou jogando aqui, gente, fala indissociabilidade disso, dizendo que a minha proposta de apoio para três anos de pesquisa tem que resultar em uma ação que vá sair ali e eu não sei o quanto isso é pertinente, mas o quanto isso não fecha um pouco a nossa possibilidade de aplicar.

ORADOR: Imagino, na minha cabeça passam duas coisas: a primeira delas, de certa maneira, está garantida, está mencionada no tópico seguinte para garantir o protagonismo, mas ainda acho que está um pouco vago. Primeiro empoderar os cursos de Artes, no sentido desse protagonismo Quem é que pesquisa em Artes, de modo que essa pesquisa se desdobre numa ação artística? São os cursos de Artes, Quem é que desenvolve ações de ensino em Artes que podem se desdobrar em ações de cultura compartilhadas? São os cursos de Artes. Isso, em primeiro lugar, empodera os cursos de Artes, no sentido da garantia desse protagonismo e, em segundo lugar, busca escapular um pouquinho a uma mentalidade que, às vezes, vemos acontecendo.

ORADOR: Exatamente. Se colocarmos tudo como um falou, como um critério a indissociabilidade e colocar alguma coisa como parênteses depois, do plano que tem essa indissociabilidade e parênteses dizendo o que não viabiliza, que projetos individuais abordem apenas um desses temas.

ORADOR: Separar, talvez, em outros tópicos.

ORADOR: Estou pensando aqui: existe alguma arte que não tenha o outro?

“ Pensando nos nossos cursos, porque é neles que temos esse background na universidade”.

ORADOR: Que não tenha o outro?

ORADOR: Não existe; teatro precisa de um outro; precisa de alguém ver isso; a música precisa de alguém escutando; se se pensa na extensão como o outro, vamos supor que se tem um resultado do seu trabalho, chama a comunidade e vai insistir isso; é uma forma de ter extensão.

ORADOR: Quando colocamos, reforçamos essa indissociabilidade, fugimos da possibilidade de algo que seja extemporâneo, que seja apenas um evento, que não tenha esses *backgrounds*. Pensando nos nossos cursos, porque é neles que temos esse *background* na universidade. De repente, se o cara da Engenharia tem um grupo, um coral, isso não está ligado à pesquisa dele na Engenharia; isso é uma coisa em outro lugar. Mas a pesquisa dele na Engenharia não pode e não passa por aí; é a nossa que passa. Quer dizer, como tem o outro lado da moeda, essa colocação, por um lado, sim, quando se coloca essa indissociabilidade, pode parecer que tem-se a obrigação de ter esse aspecto da extensão no nosso trabalho, na nossa pesquisa, como e quando em determinado momento não pode ter, mas tem o outro lado, garantindo isso, garante que vou ter ações que nem vão ter nenhum lastro, que caem de paraquedas, sem se ter nenhum lastro no ensino e pesquisa; tem o outro lado da moeda.

ORADOR: Claro que da forma que se desenvolver esse plano, pode-se (decidir ações pontuais) de pesquisa, que não necessariamente vão estar ligadas à extensão.

ORADOR: Mas no edital, o que a universidade vai ter que apresentar, são esses planos, porque falou-se: não é uma coisa individual, não é usar o dinheiro para reformar um teatro; tem que ser um plano.

“ E, cada um deve ter a sua história triste aqui ”

ORADOR: Tem que ser um plano para as universidades; vai ser uma porrada. A questão sobre manutenção de equipamentos.

ORADOR: Não dá para construir do zero, mas consertar, reformar, parece que estava constando no projeto.

ORADOR: O que não podíamos construir do zero era equipamento cultural, fazer teatro; poderia equipar o teatro ou adaptar o espaço ou criar um formato, no caso da manutenção.

ORADOR: E podemos ser bastante práticos com essa questão da falta de técnicos que temos, que nos ajudem definitivamente. E, cada um deve ter a sua história triste aqui, do cara que fez concurso para ser jardineiro para entrar no orçamento e vai, porque isso é muito grave mesmo. Para vocês, por exemplo, às vezes compra-se a coisa que não é adequada e, às vezes, perdemos a conta; eu perdi a conta em funções de questões técnicas para respeitar. Só depois que me avisaram que não se pode comprar em dólar no Brasil, só se pode comprar em real, no ano em que o dólar saiu de 1.8, para 2.6 e a empresa não ia me fazer um orçamento a um real. É só alguma alusão aos sérios problemas de execução orçamentária que temos.

ORADOR: Contemplar a forma de possibilidade, aquisição. Vamos botar: contemplar a possibilidade de reforma de espaços e laboratórios, aquisição e manutenção de material permanente, facilitar a execução do orçamento,

(olha que coisa muito bacana, superprotocolado): inserir algo falando do custo amazônico.

ORADOR: Tratar de um comitê gestor.

ORADOR: Não, participação não era só do comitê gestor, mas também da execução de planos, da elaboração, garantir que, na elaboração do plano que vai ser apresentado, tivesse a participação desses seguimentos. Pelo menos tenha a participação de alunos e técnicos nessa discussão da elaboração do plano, foi o que eu entendi.

“Arte e Cultura contemplando a paridade entre os três segmentos.”

ORADOR: Considerar a possibilidade da inclusão de um custo amazônico. Garantir a participação dos três segmentos na elaboração do plano de Arte e Cultura contemplando a paridade entre os três segmentos. Relendo: exigir a constituição de um comitê gestor e solicitar critérios claros de sua composição, contemplando paridade entre os três segmentos. Falamos: realização da Conferência Universitária de Cultura.

ORADOR: De Arte e Cultura.

ORADOR: A outra é só coordenador institucional do plano.

ORADOR: Porque, por exemplo, tem o coordenador institucional, o coordenador de gestão, de produção, a diretoria, depois projetos.

ORADOR: Que o programa Mais Cultura nas Universidades promova encontros de coordenadores, que o programa Mais Cultura nas Universidades promova encontros de coordenadores de cursos de Arte.

ORADOR: Mas de onde? Do país? Da região? Nacional é bacana.

ORADOR: Nacionais.

ORADOR: Encontros nacionais.

ORADOR: Temos que dizer um pouco da função desses encontros, que o programa promova encontros nacionais de coordenadores de curso de Artes para avaliação.

ORADOR: Acompanhamento e avaliação da execução do programa.

ORADOR: O programa tem que ser avaliado periodicamente, sim.

ORADOR: Só que esse edital não impede, por exemplo, de comprarmos equipamentos. Equipamentos, para edital, é o que garante a todas universidades uma cota, e faz-se a sua proposta, faz-se o seu plano em cima do quanto sabe que vai receber, sabendo dos critérios. Temos uma reunião do pessoal de pós aqui, sobre equipamentos, como é que tem que ser feito o projeto, quanto é que cada um vai receber em termos de universidade e quanto é que cada programa de pós-graduação vai receber. É lógico, cada universidade deve ter um tratamento diferente, mas este cálculo e a inteligência do próprio equipamento vão ser feitos justamente em cima da quantidade de programas de pós-graduação que cada universidade tem. Uma coisa bastante objetiva; um edital bastante interessante, para ser pensado futuramente, porque, primeiro, a nossa sorte de ter se transformado em programa, porque o orçamento brasileiro é uma filosofia de

“ Talvez eu tire algumas que eu vi, que não funcionaram mais.”

orçamento. Programa, isso garante que, na hora de fazer o orçamento, se lembre que existe esse programa. Pode dar dinheiro ou não, mas está lá. E a articulação desse edital, com o aprimoramento dele, o pensamento que existe hoje para o edital, para os equipamentos, é bastante exemplar nesse sentido, de dar dinheiro para todo mundo, desde que todo mundo faça o dever de casa.

ORADOR: Talvez a sugestão, nesse caso, fosse que a forma de medir a necessidade de cada universidade com relação às suas políticas culturais e artísticas fosse justamente esse plano artístico-cultural. A universidade faz esse plano

para dois anos e, em cima desses dois anos, o Governo percebe: “bom, estão pensando em ter quinhentos mil e um milhão e quinhentos mil”. Igual ao que a menina falou: “dentro das necessidades, dentro do plano que eles apresentaram vamos disponibilizar um milhão e cem mil”; não é uma disputa, é uma questão de elaborar o plano para dois anos, porque, daqui a dois anos, o meu próximo plano, talvez eu organize algumas coisas novas, talvez eu tire algumas que eu vi, que não funcionaram mais. A questão da concorrência, que, nesse ponto, exatamente o que foi dito, para mim, edital parecia a ideia de concorrência, mas, se for nesse formato, não vejo por que não. Talvez a minha maior sugestão depois de tudo isso é que não seja um edital que preveja vencedores, como ela disse. Seja um edital que preveja a necessidade de cada universidade em cima do seu plano artístico-cultural e sejam disponibilizados estes recursos. Essa é minha maior sugestão.



1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes - 2014

Relatórios dos Grupos de Trabalho



Ouro Preto/MG, 25 de Março de 2014
Assunto: Recomendações do Grupo de Trabalho de Teatro no I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes

Teatro

O grupo de Coordenadores dos Cursos Superiores de Teatro das Instituições Federais de Ensino Superior do país, após discussão, encaminha as seguintes recomendações seguintes.

I Propostas relativas ao Plano “Mais Cultura nas Universidades”

- a. Reformulação da apresentação dos subtemas para valorizar as Artes no edital. A partir disso, o grupo sugeriu as seguintes alterações:
 1. Artes aplicadas à comunicação e audiovisual.
 2. Diversidade artístico-cultural.
 3. Arte e cultura digitais.
 4. Economia criativa e empreendedorismo artístico e inovação cultural.
 5. Produção e difusão artística.
 6. Arte e Cultura: formação, pesquisa e inovação.
 7. Memória e patrimônio artístico-cultural.
- b. Pagamentos e bolsas para colaboradores externos à universidade.
- c. Contemplar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um critério de avaliação dos Planos de Arte e Cultura apresentados pelas universidades.
- d. Garantir o protagonismo dos cursos de Artes no planejamento, desenvolvimento, execução e gestão dos planos de Arte e Cultura.



- e. Contemplar a possibilidade de reforma de espaços e laboratórios e a aquisição de equipamentos permanentes (contratação de serviços de manutenção dos equipamentos).
- f. Facilitar a execução do orçamento.
- g. Garantir que, elaboração do plano, a participação dos três seguimentos.
- h. Considerar a possibilidade da inclusão de um custo amazônico.
- i. Exigir a constituição de um comitê gestor e solicitar critérios claros de sua composição exigindo constituição paritária entre os três seguimentos.
- j. Instituir pelo menos um docente das artes que responda como coordenador institucional do plano.
- k. Realização de uma conferência de cultura das universidades.
- l. Que o programa Mais Cultura nas Universidades promova encontros nacionais de coordenadores de cursos de Arte, para acompanhamento e avaliação da execução dos planos.
- m. Proposição de um orçamento fixo para o programa.
- n. Que seja eliminada a concorrência, mas que se garanta ao menos uma faixa de contemplação. Que não seja um edital que preveja vencedores, mas que veja as necessidades de acordo com cada plano. Como um exemplo, pode-se pensar no edital do Pro-Equipamentos.

II Teste de Habilidade Específica e outras questões

- a. Os coordenadores se articularam para marcar encontros nacionais para discutir:
 1. Habilidades específicas/ingresso.
 2. Desenhos curriculares/retenção e evasão.
 3. Inclusão.

Esses temas nortearam a maior parte das discussões do grupo. A preocupação dos docentes era que eles se unissem politicamente para, a partir desse encontro, sair com condições de refletir as questões das habilidades específicas, as questões de evasão e retenção e as dificuldades de base dos alunos egressos. Além disso, para que exista um encaminhamento de forma organizada dessas questões, haja um fórum setorial para discutir os cursos de Teatro.



Artes Visuais



ORADOR: A primeira preocupação minha é a questão do curso de Artes. Nós temos o curso de Paisagismo, História da Arte, de Designer de Interiores. Eu não vi em nenhum momento um levantamento dos cursos que trabalham com Artes, que estão sendo desenvolvidos para esse edital. Então, que nós tínhamos que referenciar que cada situação de universidade é diferente, mas que devem ser contemplados os diferentes cursos que compõem a área das Artes. A questão da invisibilidade dos cursos de Artes no SISU. Nós estamos perdendo alunos porque os nossos cursos, a maioria, não estão sendo visualizados. A nossa escola tinha 40 vagas para Artes Plásticas e 40 vagas para Desenho e só

apareceram, neste ano, 6 de Desenho e 17 de Artes Plásticas. Antes, era um curso concorrido, parou no tempo e espaço a partir do momento em que foi oferecido. A minha terceira observação é a questão da imposição das escolas de Ensino Médio aceitarem alunos de Artes em concurso e trazerem arquitetos e engenheiros que tiram as vagas do cargo que nós estamos formando. Um absurdo! Alunos que nós, em 4, 5 anos damos uma formação generalista – como em quase todos os cursos – não têm a possibilidade de fazer um concurso nas FAETECs e FICs porque o corpo docente de lá está mais preocupado em contratar arquitetos, engenheiros para o concurso. E sai em edital claramente essa situação.

ORADOR: Nós estamos carentes justamente desse fórum maior, nós temos que tomar cuidado com nossas proposições. O que é a proposição que pode ir para essa carta voltada para esse diálogo com a proposta da portaria, do edital do MinC/MEC e o que são temas maiores, que nós vamos ter que levar para outro fórum.

ORADOR: Mas que deveria ficar registrado.

ORADOR: Claro, claro. Já está registrado.

“ Nós sabemos que os cursos de Artes, na maioria das universidades, não têm força alguma.”

Depois, justamente, nós vamos ter que fazer a decupagem, uma edição, e ver o que vai para essa carta de Ouro Preto voltada para a parceria específica da proposta do edital e da portaria específica e o que vai para construir esse fórum maior.

ORADOR: Bom, uma coisa que eu ouvi até agora que me preocupa um pouco: nós temos que ter cuidado de, como, realmente, isso vai aparecer, como um projeto da universidade. E nós sabemos que os cursos de Artes, na maioria das universidades, não têm força alguma. Isso já foi dito muitas vezes. Mas aqui também apareceu uma questão de extensão. Em várias falas apareceram. Na fala da representante da FUNAD também e isso me preocupa muito diretamente, talvez, principalmente, porque eu estou na

coordenação de um curso nesse momento A questão da graduação e da formação dos nossos alunos e como nós podemos nos beneficiar do edital para incrementar isso. Eu faço parte de uma instituição que já tem 50% de cotistas. E nós já temos vários problemas em decorrência disso. No sentido de que, por exemplo, eu sou do curso de Cinema e os equipamentos de cinema, sendo caros, a universidade não garante o acesso pleno a esses equipamentos. Nós temos toda uma dificuldade com burocracia, com edital, com licitação, com pregão, que não conseguimos montar as nossas salas e nossos laboratórios. Para além disso, nós não temos verbas de produção. Imagino que em outras áreas isso também seja um problema. Verba de uso mais fácil e mais acessível, que é o que eu preciso imediatamente, não posso fazer uma licitação para ter um figurino, para ter um cenário. Por mais simples que esse figurino, que esse cenário seja, esse material não chega. Então, eu fico pensando: de que maneira o edital, o projeto, pode fortalecer as atividades de graduação, que, em muitos pontos, estão prejudicados por uma burocracia da universidade?. Não sei se tem Gastronomia aqui, mas vejam que curioso o que acontece com a Gastronomia que nós temos lá:

“Junto com os professores, com laboratórios de criação e de pesquisa.”

eles precisam entrar em licitação para comprar orégano. Vocês têm noção do que é isso? Fazer licitação para comprar orégano?! Não tem condição. Mas, enfim, o que eu queria retomar é que que nós precisamos, sim, fortalecer o ensino

de graduação e, principalmente, pensar nessa nova realidade dos cotistas. Isso é uma forma de fortalecer o ensino de graduação e de fortalecer a nossa produção. Nós já sentimos uma queda na produção das atividades dos nossos alunos,

“ Professores deixam de ser extensionistas e passam a ser pesquisadores, ou só pesquisadores.”

desde quando mudou de vestibular para SISU, porque, com o vestibular, nós sabíamos que o acesso à universidade era, principalmente, da classe média, da classe média alta, que tinha condição de pagar por uma escola particular cara, por cursinho. Então, esses meninos, por bem ou por mal, compravam as suas câmeras, compravam o que precisavam. Essa realidade não é mais a mesma. E, então, nós já temos, do ponto de vista da produção da universidade, uma certa queda. E como é que nós fortalecemos isso dentro dos cursos? Junto com os professores, com laboratórios de criação e de pesquisa. Com as Artes nós temos funcionado nessa parceria com os nossos alunos de graduação. Então essa é uma questão.

ORADOR: Que isso seja, de alguma forma, assegurado. Eu temo que esse edital geral, não sei se seria o caso de ter um plano geral e planos específicos dos cursos, de contemplar as duas coisas. Acho que é interessante pensar em um plano para a universidade, mas temo que

esse plano para a universidade deixe de fora essas questões, que são da vida particular e da realidade de cada curso. Orégano é uma coisa; cenário é outra coisa.

ORADOR: A minha questão é em relação à extensão, como vão ser feitas essas cartas. Eu penso também na questão mais específica, em relação à extensão, que a CAPES considere a extensão pelo peso que tem, porque extensão é a linha pobre na pontuação. Então, que nós pensemos em uma maneira de, na carta, pedir à CAPES que passe a valorizar os projetos de extensão tanto como os projetos de pesquisa, porque eles também envolvem trabalho e produção, inclusive, tanto o efetivo do projeto como de pesquisa. Mas temos que pressionar nesse sentido, porque muitos professores deixam de ser extensionistas e passam a ser pesquisadores, ou só pesquisadores, muito por conta dessa produtividade que nos persegue. Então, se nós conseguirmos ganhar campo nessa área, nós também vamos poder direcionar, talvez, o nosso perfil mais para um ou para o outro. É só isso que eu queria pontuar.

ORADOR: Quanto à carta, nosso papel, nossa atuação, esses dias aqui em Ouro Preto é que nós temos que aproveitar essa oportunidade do MinC/MEC. No lançamento, na apresentação desse programa que nos trouxe até aqui, nós pensarmos nas políticas tanto culturais como as políticas educacionais no campo das artes e, por isso, se essa carta ficar apenas naquilo que tange ao edital nós vamos perder um momento histórico de construir uma carta, de fato, com corpo político, que possa encaminhar e pensar em políticas públicas e até mesmo as nossas ações nos nossos estados. Por isso, essa carta deve ser mais ampla que o edital, nossa conversa tem que ser muito mais ampla. O problema da contratação de licenciado [Lattes], é geral em todos os estados

brasileiros. Se nós perdermos essa oportunidade, os coordenadores aqui de vários campos das artes, de colocar isso em um documento, que tem que ser uma política pública, que o MEC tem que implantar essa política pública, que o governo tem que pautar a partir da necessidade da base, nós

“ Nós vamos perder uma chance histórica de discutir um edital.”

vamos perder uma chance ímpar. Essa e outras eventuais contradições que tenhamos em nossos estados, que são comuns a todos. Além do que, é claro, debater. Já que vamos debater políticas educacionais e as críticas individuais, vamos, sim, debater as questões do próprio edital, algumas foram faladas e nós podemos reforçar aqui. Os cursos de Artes participem da construção, da gestão desse coordenador institucional, para garantir que os recursos, em partes, sejam, de fato, utilizados dentro de um plano democraticamente construído nas universidades; não construído a partir das pessoas de dentro das reitorias ou próximos às reitorias. Por isso, essa carta que a professora deu a sugestão, a Carta de Ouro Preto, essencialmente abrange o conjunto de questões de políticas culturais e educacionais que, entre elas, o Mais Cultura, mas vai para além do Mais Cultura. Nós vamos perder uma chance histórica de discutir um edital.

ORADOR: Bom, sou das Artes Visuais. Na sua fala, já tentando relacionar com a questão de incluir, de alguma forma, a questão da gestão desses processos todos, eu identifiquei aqui, em muitas fases, o problema burocrático, a questão dos marcos legais, da questão da legislação, de

uma forma de destravar esse setor. Não sei como colocar isso numa carta como essa, mas há uma problemática em todos os níveis de que toda vez que nós vamos fazer transações que implicam em operações financeiras esbarramos em uma série de problemas que precisam ser resolvidos na sua raiz. De uma certa maneira, isso implica em uma intervenção, em uma relação interministerial. O Ministério da Fazenda tem a questão da importação de equipamentos, estipulação de obras, tudo isso é bem problemático e nós não temos o amparo legal porque nós não estamos cercados de pessoas gabaritadas nas relações dos Ministérios, porque quem define o que é legal, o que não é legal não é o Ministério da Cultura nem o Ministério da Educação, sofremos em função de rigores que se aplicam, certamente, nas transações, nas nossas, que talvez pudessem ser menos problemáticas. É para tentar inserir, de alguma forma, alguma coisa que coloque isso como uma missão.

ORADOR: Já se percebe a importância desse primeiro encontro nacional de coordenadores. Nós vemos, de certa forma, uma expectativa, no entanto, nós percebemos que as coisas ficaram um pouquinho suspensas. Mas já que vai ser uma carta, até porque o edital, pelo menos eu não vi, não consegui visualizar. A carta-convite que foi enviada. Mas no edital eu não consegui visualizar. Esse encontro está sendo de suma importância para ter uma visibilidade do que está acontecendo, das poucas falas que foram ditas ali no auditório. Então, seria interessante que, nessa etapa, fosse pautada a utilidade desses encontros pelo menos uma vez por ano de Ensinos Superiores de Artes. De Artes, não um fórum especificamente. E que esses momentos fossem um pouco mais extensos, porque, vejam, em dois dias nós conseguimos falar pouquíssimas coisas. Então, seria interessante pontuar um encontro anual de professores, de coordenadores

de Ensino Superior de Artes. E uma das coisas também, depois já foi comentado, de criar, instituir fóruns. Fóruns dos cursos, fóruns de teatro, fóruns de artes visuais, mas, nesse momento, seria interessante darmos oportunidade para o segundo encontro, que poderia ser de 3, 4 dias. E a questão do Mais Cultura na escola, eu penso assim, também posso falar da minha parte, de

“ Nós queremos uma formação, para o nosso aluno, técnica e cidadã, e ele tem que ter essa formação ”

onde eu estou. Então, assim, em universidades maiores há uma visibilidade maior, as que têm 7, 8 cursos de artes, é bem assim. É mais fácil trazer isso, fazer essa interlocução de cultura, não é tão difícil. Lá (na minha universidade) são 2, aliás, 3 cursos de artes, um de Artes Visuais, outro de Teatro e outro de técnico em Música. Mas tudo que já foi falado, a questão da estrutura, da burocracia, a questão dos editais, com certeza, nós vamos ter que enfrentar, nós vamos ter que lutar por isso, creio que, de alguma forma, nós vamos ter algum aproveitamento, por melhor que seja, desse encontro. Esse encontro também já está sendo pautado pela questão da valorização do profissional, do professor.

ORADOR: Eu queria pontuar algumas coisas aqui. Uma delas é a política institucional, que é o que está sendo proposto aqui. Não é uma coisa específica. Às vezes, as pessoas têm muita vontade de falar das suas questões, mas

que a nossa proposição tem que ir um pouco além. Ela tem que ser uma proposta de política institucional. Então, a primeira coisa é que não pode ser apenas dois anos; dois anos não dão para realizar qualquer política, isso já foi falado aqui, mas tem que colocar no documento. Então, não se coloca qualquer política em dois anos. Nem programa conseguimos executar, às vezes, e projetos em dois anos pelo PROERJ, quanto mais realizar uma política institucional. Então, nós temos que ser um pouco mais claros, e isso é uma reivindicação que tem que ser feita. Primeiro, não há condições de ser realizado em dois anos. Outra coisa: seria importante, mesmo, nós colocarmos que nessa política têm que ser privilegiadas as três áreas: ensino, pesquisa e extensão. Eu vi isso em algumas falas e eu fiquei um pouco incomodada, mas achei que era uma coisa de cada um puxar para o seu lado. Uns querem que seja só coordenadores de curso, uns querem que seja só de extensão, uns querem só de pesquisa. Na própria LDB, já muito antiga, está lá: ensino, pesquisa e extensão. Nós queremos uma formação, para o nosso aluno, técnica e cidadã e ele tem que ter essa formação: ensino, pesquisa e extensão. Concordo com ela aqui, extensão tem que ter o mesmo peso da pesquisa; o ensino tem que ser tudo igual, porque é importante para o nosso aluno. Não tem que fazer essa guerra. Uma coisa que eu achei absurda: uma pessoa que não tem cargo de gestão não entende: nunca se pode utilizar o recurso de uma coisa para utilizar para outra. Então, eu vi algumas questões, às vezes, que são muito particulares, nessa universidade ou em algumas universidades, que é a questão de se achar que uma pró-reitoria, uma coordenadora futura, ou até mesmo um departamento específico do curso, vai utilizar um recurso que é para uma coisa e utilizar para outra coisa. Isso não é possível, pelo menos não nas universidades públicas federais. E, do mesmo jeito, também que não queremos

“ não significa que a Arte não possa ser convertida em um processo cultural.”

ser olhados como possíveis fraudadores, não devemos ver os nossos colegas dessa forma. Então, cuidados devemos tomar. Nós, primeiro, temos que somar forças e não nos dividir. E isso é importante. Outra coisa, então, uma proposta para colocarmos nessa carta: que sejam previstos os componentes pelos coordenadores e gestores de cultura. Sejam de extensão, seja de onde pode vir doação, de todas essas áreas. Isso tem que estar bem colocado, já está isso previsto ali no edital, na [própria] fomentação do edital, para que não fique naquela briga: “Não, vão ser só os coordenadores de curso”. “Vão ser só os [gestores]”. Não; serão todos. Tem uma representatividade dos três, que são: ensino, pesquisa e extensão.

ORADOR: Eu sou professora de História da Arte, atuo em duas áreas: na artes visuais e restauração. Os problemas que eu senti no âmbito da criação e um dos problemas que eu senti nesse edital é o processo de instrumentalização da Arte pela Cultura. Nós não podemos esquecer, e eu vou falar dos dois processos, tanto da atividade de restauração como da atividade de criação artística. Essas duas atividades têm uma ideia. O que significa? O processo de criação é um processo de criação em si. Muitas vezes, um dos problemas de nós entrarmos nesses editais de isenção é que há uma demanda de público-alvo. E, muitas vezes, o processo, tanto o processo de restauração como o de criação, não pensa em um público-alvo em si, se fundamentando

em si mesmo. Então, nós não podemos perder essa ideia, de que há uma prática implícita e uma prática intuitiva cujas especificidades não podem ser instrumentalizadas. E nós temos que resguardar isso no edital, porque um dos problemas da pró-reitoria de extensão é essa demanda do público-alvo. O público vai acontecer, mas em um processo. Nós temos artistas aqui num processo de criação, num processo de desenvolvimento de uma pesquisa de criação ou um processo de uma pesquisa de restauração; ele não é o fim ou o meio, é uma consequência da nossa ação. Então, isso é uma das coisas que temos que tentar: ter uma garantia de que essa prerrogativa não significa que a Arte não possa ser convertida em um processo cultural. Mas isso é outra intencionalidade. Outra coisa: eu vou confirmar o que você colocou. Não podemos nos esquecer do lugar do qual nós estamos falando - nós estamos falando de uma universidade, estamos falando exatamente de cursos que visam ensino, pesquisa e extensão, sim. E que é isso que queremos para a formação dos nossos alunos, e que, muitas vezes, eu, particularmente, às vezes, não sei onde começa o ensino, a pesquisa e a extensão em alguns projetos. Não se faz pesquisa sem ensinar, não se ensina sem se fazer pesquisa; e isso tudo, em um resumo, é

“ possam ser aparelhados para que nossos cursos específicos desenvolvam atividades lá dentro.”

sem pensar no público, sem pensar no que vai acontecer. Então, isso é uma coisa que temos que pensar muito bem. Agora, falando do lugar onde temos, o que eu tenho sentido dentro das universidades, e eu passei por três universidades, em que as políticas universitárias, muitas vezes, desconsideram o próprio acervo da universidade. Então, quando nós pensarmos nesse edital, pensemos nessa política de memória que engloba museus e centros de memória. Temos que pensar nesse edital, ele tem que resguardar também os equipamentos existentes nas universidades, que possam ser aparelhados para que nossos cursos específicos desenvolvam atividades lá dentro. Então, se temos uma galeria de arte, que seja um espaço em que esse projeto possa se desenvolver. Que esse edital possa contemplar um projeto que caiba naquela galeria. E a mesma coisa quando falarmos de preservação.

ORADOR: Eu estou entendendo que o foco da discussão está bem complicado, realmente. É realmente bastante complicado pensar-se em uma questão objetiva. Desde que nos reunimos ali com todo mundo, estamos discutindo aqui um processo de institucionalização da relação arte e cultura dentro das instituições de ensino superior. Então, estamos discutindo um processo de desinstitucionalização. Aquilo que já vem acontecendo, que já se faz na nossa ação cotidiana, o que envolve ensino, pesquisa e extensão, agora está se pensando o seguinte: “Olha, agora realmente vocês estão legitimando o que já fazem e queremos ouvir vocês e vocês vão dizer o que vocês querem”. Eu vou dizer o que eu quero, o que eu penso. Primeiro, vindo para cá, eu pensei: “O que eu estou indo fazer lá?” Eu estou indo respaldar um projeto federal. Eu estou aqui e sei que estou legitimando isso, estou legitimando uma estrutura. Então, tem aí um condicionamento colocado por todos nós; essa é uma questão. Nós estamos aqui legitimando uma ação do

Governo Federal e estamos também aceitando um processo de institucionalização. Realmente, eu, a proposta que eu faço, é que cada um, eu vejo que todos trazem personalidades políticas. Todas aqui não têm propostas colocadas, elas não foram escritas. A menina está registrando ali A minha questão, por exemplo, é: precisa existir

“ o debate sobre como é que nós construímos políticas de cultura nas universidades.”

um comitê; falamos isso pela manhã, e eu falo isso como proposta, que exista comitê gestor, como existe no Pacto Nacional da Formação de Professores, que exista um comitê institucional pela formação dos professores. Assim como existe Pacto Nacional do Ensino Médio, também existe um comitê que é institucional. No nosso caso, seria um comitê interno, entre os setores. Tem que ter um comitê, porque não pode ficar, mesmo que exista coordenação cultural ou departamento de cultura, ou a própria reitoria de cultura, mas tem que ter um grupo que analise os projetos. São pessoas da pró-reitoria, que, que eu saiba, não tem um comitê. Ninguém se manifesta.

ORADOR: Primeira questão: o que nós estamos fazendo aqui? Na verdade, não está confuso, o que acontece é que o edital estimulou-nos a fazer uma discussão de plano de cultura na universidade. A intenção, a política é clara, inequívoca, por isso, a confusão. Discute-se o edital e encaminha-se e organiza-se o debate sobre como é que nós construímos políticas de cultura nas universidades. Então, nós temos que

separar um pouco essas questões. Por exemplo: me parece que o MINC está puxando o MEC, foi sempre essa relação para quem [milita] nessa área há muito tempo - o MINC tem cutucado o MEC em relação à cultura nas universidades e não é de hoje. Temos aí alguns exemplos disso. Conseguiu-se trazer um financiamento, que é muito pouco, quando pensamos em território nacional, em números de universidades, no impacto que isso efetivamente vai ter em

“Então, nós temos que ter mecanismos de financiamento da construção dessa rede.”

financiamento da cultura nas universidades. A primeira questão é: precisamos nos encontrar para pensar qual é a estratégia de organização, dos planos de cultura. O que indicaremos nas universidades para isso? Como as conferências fazem. As conferências municipais de cultura se organizam dessa forma: o que é estratégia, o que é prioritário, o que tem que ter financiamento do Poder Público. Essa é a questão quando olhamos para um plano de cultura. O que o MEC tem que investir nas universidades, em orçamento, para que possamos multiplicar, ou melhor, aproveitar melhor a nossa capacidade nessa área.

ORADOR: Dois, a outra questão é incompreensão, muitas vezes. Eu estou relativizando uma discussão bem importante. Já fiz avaliação de projeto de cultura, fui superintendente de extensão por seis anos. A

Adriana tem toda razão, nós não temos que separar essas coisas agora. Que há incompreensão dos avaliadores do projeto sobre o que é o processo de produção artística, o entendimento de que uma Bienal de Cultura é um evento, quando ela é um processo que, às vezes, dura dois anos de trabalho; que a pesquisa, se a extensão está associada com a culminância [de ser Bienal], isso é fato. Um projeto dessa importância é recusado pelos avaliadores. Então, assim, a questão é: quem avalia os projetos? Com que indicadores esses projetos são avaliados? A partir de que perspectiva? Você monta um comitê de avaliação, quem é que está lá do outro lado avaliando? Por que que os projetos são recusados? Por incompreensão, por incompreensão. E assim, que se há uma necessidade, se nos encontrarmos para construir uma política de cultura a partir das universidades deve estar posta. Há a necessidade de financiamento de uma rede para fazer esse debate. E isso pode ser um dos pontos de financiamento, porque não vamos conseguir dar conta, sem dúvida, primeiro, da diversidade de realidades que temos aqui, a diversidade do território, dentro da própria instituição; então, precisamos ter tempo para construir esse projeto. Não estamos falando daqui há um ano, dois anos, existe um projeto de Brasil a ser construído a partir do que desenvolvemos dentro das universidades públicas, na área da cultura. É disso que estamos falando. Então, nós temos que ter mecanismos de financiamento da construção dessa rede. Nós temos seminários, por exemplo, o Ministério, inclusive, colocou essa perspectiva para a cultura, de seminários de construção de indicadores. Existe. Esse é um mecanismo que foi utilizado. Nós não temos que disputar coisas, nós temos que construir e trabalhar a diversidade juntos e, para isso, nós precisamos de tempo, tempo de compreender essa diversidade e construir a melhor política. Assim, objetivamente, temos daqui até maio o prazo de execução disso.

Este edital não vai fazer o financiamento das questões que precisamos. Então, é a primeira questão, é um primeiro passo. É um passo para incentivar que nós consigamos construir uma política de cultura nas universidades. E aí, assim, a experiência que nós tivemos no Rio, que queria compartilhar com vocês, não falo só de uma Política de Cultura, falo de uma política cultural artística e de difusão científica cultural. Nós da junta de ciência e cultura falamos de difusão. São campos que, quando vamos para sociedade, desenvolvemos vários projetos que têm a ver com extensão e tem a ver com difusão, de poder organizar e mostrar para a sociedade, dar acesso à sociedade à produção desse conhecimento que temos na universidade. Esse campo é um campo importante para nós marcarmos. Por exemplo: um movimento que temos que olhar é o movimento de popularização da ciência que começou via Ministério de Ciência e Cultura. Hoje a popularização da Ciência está como um dos critérios de pontuação da Plataforma Lattes. Quem desenvolve o projeto {sabe que} foi uma luta de dez anos, mas hoje quem desenvolve os projetos voltados para a popularização da pesquisa que está realizando tem pontuação na Plataforma Lattes. Temos que olhar essas experiências e ter tempo para pensar. A carta pontuando algumas questões é importante, sim. Marca um momento da discussão e diz: “Olha, atenção! Nos reunimos, vamos começar a fazer essa discussão”. Ela não vai dizer tudo, mas vai marcar um momento importante. Deveríamos fazer uma proposta já. Propor que consigamos fazer a manutenção dessa rede e que tenhamos encontros para discutir temas importantes de construção de uma política cultural das universidades. Temos que levar isso para as nossas instituições, tentando organizar as conferências setoriais, vamos chamar assim. Cada universidade com um setor. Agora temos que ter orientação de como vai ser a construção dessa conferência. Temos que nos encontrar com

os outros setores da universidade, inclusive para pensar em como conduzir esses processos.

ORADOR: Vou colocar algumas questões aqui para vocês, porque eu já me sinto tão oprimida dentro da minha instituição e vou aproveitar esse momento para compartilhar com vocês. É importante nós voltarmos para a base mesmo e pensar na questão do ensino. Como é que estamos trabalhando as licenciaturas e bacharelados? No meu caso, o curso de Artes Visuais é novo e vai formar a primeira turma

“Como é que nós estamos produzindo Arte dentro da instituição?”

agora, licenciatura. Tivemos um inchaço na matriz curricular das disciplinas pedagógicas, então ele é um desdobramento do curso de Artes Plásticas, Educação Artística, Artes Plásticas, que é um desdobramento de Economia do Lar. Toda essa discussão que temos aqui é muito mais impactante dentro da minha instituição, na qual o professor de artes é só o professor, ou seja, ele tem que ensinar, fazer plano e decorar a escola. Então, essa mentalidade está muito incluída ainda nos colegas, no nosso próprio, dentro do meu curso e dentro do centro onde eu estou. Essas disciplinas que estão aí, Libras, Estágios com 405 horas, a de Meio Ambiente e o Patrimônio, que são importantes para serem discutidas, acabaram inflando a nossa matriz e perdemos um pouco o foco das nossas linguagens específicas,

da polivalência e das linguagens artísticas. Isso acaba refletindo o quê? Como é que nós estamos produzindo Arte, dentro da instituição? Por exemplo, para comprar, tem que fazer licitação, eu não posso fazer um painel com os meus alunos porque eu não posso comprar uma lata

“ temos um projeto de reurbanização artística do campus, por que meu campus é completamente árido e cinza.”

de tinta. Nesse sentido, tínhamos que pensar na produção cultural e artística no interior da nossa instituição, como é que isso se dá, porque, para fazer qualquer palestra, qualquer evento, tem que fazer um projeto de extensão e tem que fazer o aluno pagar. Se ele é cotista, não tem dinheiro para comprar um pincel, vai ter R\$ 3,50 para tirar o dinheiro do bandeirão? São todos parte de um mesmo processo que nós temos que refletir dentro desse panorama. Então, eu proponho, faço uma proposta de que criássemos um fundo orçamentário para o curso de Artes, que tivesse uma verba disponível pra que pudéssemos fazer uma mostra no final do ano, porque são tantos trabalhos desenvolvidos dentro das disciplinas e que acabam sendo engavetados, assim como as pesquisas! Por quê? Qual é a pesquisa do professor de Arte? É a linguagem artística. E o que fazemos com a nossa pesquisa? O que os alunos fazem com as deles? Engavetam, porque

nós não temos espaço para isso dentro da nossa própria instituição. Então, a viabilização dessas produções, articula automaticamente o ensino à pesquisa e extensão e isso está intimamente ligado à produção cultural. Temos que pensar como cineasta: pré-produção, produção e pós-produção. Para eu fazer um cartaz, tenho que fazer o cartaz e, dentro de todas as atribuições que nós temos de ensino, de coordenação e entre outras coisas das nossas próprias pesquisas, quem é que vai fazer esse cartaz? Temos que pensar também numa equipe dentro da instituição. Tenho que conseguir montar uma equipe para me assessorar na assessoria de imprensa, mas, até para fazer um cartaz, fazer um folder, fazer uma divulgação, nós precisamos ter verba e essa verba não existe. Penso que temos que ter uma autonomia nas ações artísticas. Só para finalizar, nós temos um projeto de reurbanização artística do campus, por que meu campus é completamente árido e cinza. Para poder fazer um grafite na parede, tem que passar em Assembleia Departamental e Conselho de Centro e etc., para dar um aval no projeto, quer dizer: não, isso pode, isso não pode. Então, nós acabamos quebrando com toda a conceitualização de quem nós trabalhamos dentro da nossa disciplina. E, por fim, otimizar os trâmites das ações culturais artísticas, porque existe a PROEX, que agiliza essas ações, mas ela não é efetiva. Como é que poderíamos criar um espaço que otimizasse essas ações sem passar por tantas instâncias? É uma reivindicação que eu faço, contando pra vocês um pouco da minha realidade.

ORADOR: Estou aqui, sou Chefe de Departamento, não sou Coordenadora de Curso, porque nosso coordenador não pôde vir por estar sobrecarregado, não diferente da chefe de departamentos também, que atende licenciatura, bacharelado e pós-graduação. E é nesse sentido

a minha fala, pensando numa questão mais ampla, que é a questão de ampliação de vagas, investimento, vagas para docente; é um problema pontual na universidade. O nosso curso tem mais de 300 alunos e nós temos 15 professores para atender todos esses alunos. Nesse sentido, é fundamental nós pensarmos na ampliação dessas vagas, porque, quando se pensa em universidade, está-se pensando em pesquisa, ensino e extensão e é quase desumano que um professor consiga atender esse número de alunos, que um departamento com esse número de professores vá conseguir atender toda essa demanda e que vá atender também a sua vida privada, porque, na verdade, temos que ter também; não é só dentro da instituição que nós precisamos viver. Nesse sentido, minha reivindicação é a ampliação de vagas, que é uma questão mais permanente, um investimento permanente.

ORADOR: Depois das brilhantes apresentações aqui dos problemas dos colegas, vou entrar com um aspecto mais de artista mesmo. Eu sou pintor e professor do curso de pintura da Escola de Belas Artes. Eu sigo, na verdade, a origem da pintura, dada na academia antiga, que nunca foi neoclássica, ela é revolucionária, e continua até hoje, sempre mantendo uma atualização de todos os meios de trabalhar com a Arte. A técnica todo mundo sabe, todo mundo aprende, técnica é uma coisa prática, todo mundo pode aprender. O que houve conversa, coloca aí, é a questão do dinheiro, da grana, do investimento

“ uma velhinha que curava os doentes, não tinha médico. Ela curava os doentes”

do governo, a aluna que está aqui presente é uma das trabalhadoras ativas nesse problema. Como criar uma questão de arte, que todo mundo sabe que é segundo plano nos grandes interesses, fica em segundo plano, temos que retomar a questão dos valores artísticos. Isso acontece quando se tem um ambiente em que se valoriza essa questão do espírito e não das técnicas, certo? Então, o que nós temos que fazer, na verdade, perguntaram aí, por exemplo, como é que as pessoas, a quem nós vamos procurar para ter esses bens, esse investimento? Fiz aqui uma espécie de brincadeira: primeiro, a nossa cabeça de procura, é o governo, que é o programa que tem do Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, que vão ter que trabalhar para ter esse desenvolvimento, um projeto de governo. Mas faltou aqui também os empresários, esses investimentos de que os empresários podem patrocinar, por exemplo, a academia antiga sempre tinha os prêmios de viagem, tinha viagem para as academias das fontes tradicionais europeias e também passou-se depois a fazer um prêmio de viagem pelo Brasil, que merece um pouco essa questão de você fazer a questão da cultura. Alguém já visitou aqui, por exemplo, o Acre? Eu fui lá dar um curso, criei um novo curso de pintura e me perguntaram assim: qual é o projeto? Vamos fazer uns projetos de painéis. Peguei os alunos todos e perguntei: qual é o herói da sua aldeia? Porque lá é muito pobre também, é difícil. Todo ano aquela inundação. Então, eles mesmos foram e descobriram que o herói da aldeia dele lá era uma senhora, uma velhinha que curava os doentes, não tinha médico. Ela curava os doentes, então ela que foi pintada, ela que fez o projeto para fazer parte e assim é outro tipo de abordagem, das questões culturais. Essa questão, para nós, porque eu não vou entrar numa questão mais profunda aqui pelo tempo, é a questão de termos realmente essa questão do dinheiro.

“ as universidades estão bastantes despreparadas para qualquer tipo de discussão acerca da apropriação do que pode ser um edital.”

ORADOR: Ouvindo todo mundo, fiquei com essa impressão de que as universidades estão bastantes despreparadas para qualquer tipo de discussão acerca da apropriação do que pode ser um edital. A nossa universidade tem, como muitas não têm, uma pró-reitoria de cultura, mas um museu de arte, 90 % dos centros culturais que existem. É numa cidade pequena, 500 mil habitantes, mas todos os aparatos culturais estão ligados à universidade. Isso é um problema no ponto de vista de que eu tenho uma pró-reitoria de cultura que tem um pró-reitor e que, no entanto, centraliza sem ter um comitê ou alguém que possa assessorar e, mais importante que isso, um comitê propositor. Na verdade, o pouco recurso que tem poderia ser mais bem investido no sentido de promover essas ações que conhecemos em termos de pesquisa e extensão. Tenho um acervo riquíssimo de Arte Moderna ainda muito pouco divulgado. Então, o meu encaminhamento como proposição vai em direção do que foi colocado, de que seria fundamental para discutir qualquer política que venha relacionada a esse programa que as universidades tivessem quantias específicas para arte e cultura, já para problematizar, inclusive, essa relação, que esse comitê não seja como os

comitês, por exemplo, dos quais eu já participei, que se reúnem para avaliar o programa e não para propor programas. Temos que ser comitês em que as pessoas tenham cargos para isso, não pode ser um comitê com mais uma função que o sujeito vai desenvolver além de tudo aquilo que ele já faz, tem que ter uma, tem que ser ligado; no caso, se é um pró-reitor ou alguma coisa, tem que ter um cargo atribuído, para ter tempo para se dedicar. Quando isso não está acontecendo, quando não tem um edital para que ele se dedique a isso, um comitê consultivo propositor serviria nesse caso.

ORADOR: Eu tenho impressão de que dentro de tudo que se diz também podemos tentar encontrar mecanismos, talvez já tenhamos vindo junto com a proposta do edital, enfim, mas que tragamos a realidade do que também está acontecendo nas universidades, enfim. E não é pelo projeto de extensão, em que a universidade vai para fora e traz um pouco para dentro. É tentarmos encontrar como é que esse ponto de cultura que existe na cidade, existe interrelacionado em diversas outras cidades. O que acontece ali pode ser jogado dentro da instituição de ensino a ponto de dar uma quebrada nessas paredes, nessas barreiras que encontramos. Então, enfim, pensando na verdade um pouco nisso, não tem nada formado na cabeça, nem sugestões, mas talvez possamos colocar possibilidades dentro desse debate, dessas discussões e termos duas pessoas de um colegiado de Artes Visuais. Também estamos pensando: como é que se forma aquela criancinha da estaca zero, que vão ser os professores das instituições, que vão começar essa função. Tem tanta coisa que, de repente, talvez seja interessante nós termos um grupo que olha todos os lados possíveis, e que possa encontrar essas potencialidades e trazer para o meio da roda e conseguir encontrar algumas saídas, além das que já por aqui apontadas.

ORADOR: Desculpa, talvez alguém já tenha falado isso, mas eu, entre outras coisas, ainda estou como coordenador do curso, saindo para resolver coisa lá de Belém. Mas a questão é a seguinte, só lembrando uma fala no auditório e que eu achei muito importante: a necessidade daquelas comissões de gestão do plano nas universidades envolvendo, principalmente, coordenadores desses cursos. Se possível, técnicos e até alunos, talvez, que possam gerir e acompanhar não só o programa que foi criado pela instituição, mas também que possam estar lá de alguma maneira. Essa instância daqui possa também estar a par de como os projetos vão ser avaliados pelas instâncias superiores. Nos projetos que forem apresentados ao edital, de que maneira eles vão ser avaliados, como nós termos algumas participações desse tipo.

ORADOR: Como nós vimos, teve uma abertura para uma discussão importante, ou seja, tem uma demanda muito grande e uma discussão maior da questão da política cultural nas universidades. E essa roupagem, de exercer esse fórum, exercer esse encontro para discutir essas questões maiores e, ao mesmo tempo, ter uma preocupação com as demandas específicas do projeto que está sendo proposto, pela portaria interministerial, por esse edital específico que está sendo gestado. Então, claro que as coisas se encontram, mas, tivemos propostas aqui, tivemos preocupações bem específicas. A questão é: como nós vamos encaminhar isso agora?

ORADOR: Eu proponho que esqueçamos essa reunião por regiões, porque senão vamos ficar no meio do caminho. Podemos, com tudo que foi discutido aqui, tentar separar duas coisas. Uma, que são questões mais gerais, aquelas estruturais dos nossos cursos, que transcendem a questão deste edital, e uma outra, talvez, alguma preocupação de encaminhamento de sugestões que tenham a ver com a portaria e com o edital que deve ir.

“ Eu proponho que esqueçamos essa reunião por regiões, porque senão vamos ficar no meio do caminho ”

ORADOR: O que eu proponho? Que, antes de abrir para as outras falas, voltemos no ponto de cada um que eu anotei aqui, para ver se tem clareza na proposta. Temos que debater o seguinte: ficou claro mais ou menos, existe demanda para uma discussão mais ampla, maior, de política cultural universitária, do sistema de cultura, etc. E existe uma questão mais específica voltada para essa portaria específica interministerial. Não se vai decidir isso agora, mas talvez, eu já proponho, seria o caso ou não, a discussão vai amadurecer isso, a síntese em dois níveis, uma síntese única. É uma dúvida que eu tenho. Só estou adiantando para irem pensando isso. Minha proposta, caso vocês aceitem, é essa: retomo a fala de cada um, tenta-se entender o que cada um disse, qual é a síntese, qual é a proposta.

ORADOR: Temos duas questões aqui: a produção artística e a pontuação de produção artística, e outra é a equiparação de produção em extensão e pesquisa. Não são duas coisas diferentes?

ORADOR: Rever a pontuação Capes em termos da produção artística, preservação e extensão na área, equiparando com a produção em pesquisa.

ORADOR: Vinicius colocou essa questão política muito claramente, essa necessidade [efetiva] que se reúna mais frequentemente, ou seja, realmente eu participei de alguns fóruns como coordenador de graduação em artes visuais, foi muito produtivo ouvir as experiências dos outros coordenadores. Vim feliz para cá porque eu sabia que ia ser produtivo também. De alguma maneira, Vinicius colocou essa necessidade de realmente não ter só esse momento voltado para a portaria interministerial mas, de fato, aproveitar o momento para ter uma discussão mais ampla. Isabel também foi nessa direção, de algum modo. Esse é um ponto muito importante, sim. Porque eu próprio fiz a defesa do contrário, no primeiro momento, mas eu fiz uma autocrítica e entendendo o seguinte: temos como aproveitar o momento para pensar em coisas maiores e, ao mesmo tempo, responder à portaria interministerial, fazer as duas coisas. Como? E aí que entra um pouco a fala da Isabel. Você poderia explicar um pouco melhor o que seria a proposta?

ORADOR: No meu objetivo a proposta seria que o próprio Ministério da Cultura e Artes, fosse chamado o MEC para isso também, financie encontros para a discussão de indicadores culturais, enfim, isso é já de muitos anos, que se constitua como rede e que solicite o financiamento

“ num sistema universitário de cultura que possa ter financiamento do governo.”

desses encontros, dessas redes. Pode-se começar num plano estadual, fazer um encontro estadual e depois fazer um encontro nacional, porque se encontra ali mais perto, os custos são menores, o número de pessoas envolvidas é maior, isso é perfeitamente possível. Se o que estão pedindo é a construção de um plano de cultura, que começa na universidade e termina, pode ser um objetivo para o nosso futuro, num sistema universitário de cultura que possa ter financiamento do governo. Temos capacidade, equipamento de rede nacional, formação nacional e uma importância na vida cultural desse país. Temos que começar a pensar seriamente em constituir um sistema universitário de cultura, conseguir recursos dos ministérios para que repare os nossos equipamentos, amplie as possibilidades de ter mais galerias, mais teatros, o que a universidade é hoje, ela está espalhada no país inteiro. Ela é a possibilidade de criar políticas de democratização do acesso à cultura a partir das universidades. Não só com a nossa produção, mas também interagindo com a produção da sociedade [os postos] de cultura, enfim. Precisamos nos encontrar; fomos desafiados a construir planos de cultura na universidade e queremos construir um sistema universitário de cultura, a construção da nossa política em cada uma das universidades, para orçamento de custeio, para tentar mais recursos do MEC para o cotidiano; um sistema financiando a cultura nas universidades.

ORADOR: Para complementar: essa rede, envolva também a pós-graduação e vários gestores de cultura, de extensão, pós, que não ficasse só na graduação. O ensino superior é muito mais abrangente; pessoas que não estão aqui poderiam contribuir muito nesses encontros.

ORADOR: A título de esclarecimento, de logística, quando se constrói um sistema, a construção do sistema nacional de cultura foi assim, parte do território e as com as diferentes

“ Mas a cultura tem que estar inserida no orçamento participativo da instituição.”

representações no território, tira-se as propostas e leva-se para uma rede nacional.

ORADOR: Certo, antes de aprimorar a sua, eu tenho uma proposta de redação que contempla o comentário da colega também, que não seja só da graduação. Aqui estamos representando as graduações, meu texto não fala que é um problema só das graduações, porque esse encontro, o título dele é bem interessante, Ensino Superior em Artes. O ensino superior em artes congrega pós-graduação também. A pós-graduação está articulada, todo o financiamento da Capes, inclusive, de pensar suas políticas. Viabilizar a organização de encontros regulares estaduais e nacionais do ensino superior em artes visando a formação de uma rede que construa ou ajude a construir a política de cultura das universidades e um sistema nacional de arte e cultura nas IFES visa tanto a construção da política cultural nas universidades específicas como a ideia de um sistema de arte e cultura através das IFES. Vai

caber a cada instituição pleitear isso, porque o edital, a portaria abre essa possibilidade. Então, essa visão pode ser transferida na futura rede que se vai construir, consolidar e tudo. Nesse caso específico, é um projeto muito legal, de cada instituição ter sua própria galeria, seu próprio espaço, sua reserva técnica. .

ORADOR: Na política geral, seria a criação de um fundo para a arte e a cultura na universidade pelo qual se pudesse ter acesso por meio dos projetos.

ORADOR: Fundo de produção.

ORADOR: Mas a cultura tem que estar inserida no orçamento participativo da instituição. Tem-se que lutar por isso e além.

ORADOR: Não é esse o ponto; todos nós temos verba para gastar. Não é essa a questão. Não existem mecanismos ágeis e menos burocratizados de se gastar esses pequenos dinheiros, tem-se o dinheiro, mas não se consegue usar. A questão não é a previsão.

ORADOR: Estabelecer o diálogo direto com o Ministério da Fazenda visando a desburocratização do uso dos recursos na área das artes e culturas das IFES. A discussão continuou com a apresentação da carta elaborada por representantes do encontro ocorrido em Ouro Preto.



1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes - 2014

Relatórios dos Grupos de Trabalho



Ouro Preto/MG, 25 de Março de 2014
Assunto: Recomendações do Grupo de Trabalho de Artes Visuais no I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes

O grupo de Coordenadores dos Cursos Superiores de Artes Visuais das Instituições Federais de Ensino Superior do país, após discussão, encaminha as seguintes recomendações:

I Pontos específicos com relação ao Programa Mais Cultura nas Universidades

- Contemplar a variedade dos cursos que envolvem o universo da Cultura e das Artes, considerando as especificidades acadêmicas.
- Valorizar o artista-professor. Garantir que o edital permita melhoria de condições de formação dos graduandos nas áreas de Artes, contribuindo para as atividades de graduação, para a produção artística e a para a preservação cultural no âmbito do próprio curso.
- O edital deverá prever a obrigatoriedade da existência de comissões ou de comitês de Artes e Cultura nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, com a participação dos professores dos cursos de Artes e Cultura, para a avaliação dos projetos, programas e planos de cultura.
- Valorizar no edital os planos de ação que contemplem a articulação dos projetos de ensino, pesquisa e extensão em Artes e Cultura.
- Renomear o Eixo 3 para "Arte e Cultura Digital".
- Renomear o Eixo 6 para "Memória e Patrimônio Cultural".
- Incluir como Eixo "Cinema e Audiovisual".
- Renomear o Eixo 1 para "Comunicação e Cultura das Mídias". Incluir como Eixo Temático "Ações Interinstitucionais em Arte e Cultura" (mapeamento,

construção de indicadores, formação de redes, difusão de resultados, concursos culturais, circulação de produção artística, etc.).

- Valorizar no edital os projetos que contemplem a atenção com os acervos artísticos e culturais das IFES.

II Pontos gerais para o estabelecimento de políticas culturais e artísticas nas IFES

- Ampliar a visibilidade dos cursos de artes no SISU.
- Abertura de vagas para licenciados em Artes em concursos públicos da Educação Básica.
- Rever a pontuação CAPES em termos da produção artística, preservação e extensão na área, equiparando-as com a pontuação em pesquisa.
- Viabilizar a realização de encontros anuais (regionais e nacionais) do Ensino Superior em Artes, visando à formação de uma rede para o mapeamento, construção e aprimoramento das políticas culturais nas universidades e um sistema nacional de Arte e Cultura por meio das IFES. Essa rede deve ser formada por representantes dos cursos de graduação, pós-graduação e gestores culturais.
- Garantir a presença dos cursos de artes na discussão dos planos de ação cultural e de política institucional de cultura das IFES.
- Criar e garantir mecanismos da participação da classe artística/sociedade no processo de Ensino Superior em Artes.
- Implementação de galerias de artes e reservas técnicas nas IFES.
- Criação de um fundo de produção que possa ser utilizado de maneira ágil pelos cursos.
- Discutir o financiamento público e privado para arte e cultura nas IFES.
- Estabelecer um diálogo direto com o Ministério da Fazenda visando a desburocratização do uso de recursos na área das artes e cultura nas IFES.



Designer



ORADOR: Vejo como um problema nosso, meu principal problema em *designer* é a nomenclatura.

ORADOR: O que que seria, o que que norteia, o curso de *designer* para se identificar como a mesma origem, mesmo que a tenhamos tantas aplicações diferentes, quais seriam as diretrizes, mesmo se que fale: “esse curso é de designer”, moda, moda é designer, óbvio que moda é designer.

ORADOR: Essa confusão toda que ia acabar gerando, causando. Da nomenclatura mais específica; também por determinação do MEC.

Começou em 2011, em 2010, tinha a mesma instrução para todos os cursos. Se fosse mais específico, seria superior de tecnologia e não bacharelado. Então, nós resolvemos começar; ser bacharelado em designer e, dentro do curso, a essa flexibilidade curricular também. O aluno pode transitar, digamos assim, por temáticas, por disciplinas, que comportam mais o universo dimensional: designer de interiores, designer de imóveis, de objetos, produtos. Ou a área gráfica ou de moda. Essas disciplinas comportam.

ORADOR: (Risos). Dentro do edital cultural, do edital do MEC, etc. Porque, ao mesmo tempo em que eu me identifico com arte, eu não sou

artista, a gente está longe disso. Então, tem-se esse lado, nos posicionamos, percebe-se o artista, a arte como processo inovador, criativo e poético;, enquanto designer é também tudo isso. É poético, tecnológico.

“ para que a sociedade brasileira consuma mais o designer brasileiro.”

ORADOR: Engenharia é também ergonomia. Interfaces, mais do que ergonomia. Interfaces mesmo é fundamental porque o *design* define a cultura de um país; é influenciado por ela e influencia a cultura. Talvez tenhamos um papel mais prático, inclusive, que a própria arte, porque temos um processo de criação e é consumido. É um produto que é consumido, que é voltado para o dia a dia, que forma opinião, que gera um conceito assimilado culturalmente e as pessoas realmente vestem, usam, frequentam aquele ambiente gerado pelo designer.

ORADOR: Que se reproduz um objeto que não é feito no Brasil. Quer dizer, talvez tenhamos um enorme campo de atuação no sentido de fazer, ampliar na sociedade o sentido do que é ser *designer* para que a sociedade brasileira consuma mais o *designer* brasileiro. Temos um campo de ação enorme, que pode estar alinhado com esse projeto. Pensar ações nesse sentido seria bem importante.

ORADOR: E nós temos uma ausência: qual é o plano de cultura da universidade? Se a

universidade não tem um plano de cultura, ela não pode nem concorrer aos futuros editais do programa, pelo que ficou provado, pelo o que já tínhamos lido e pelo o que foi colocado aqui senti ali nas falas, hoje de manhã, certa confusão entre o que é construir o programa Mais Cultura e uma discussão específica das artes. Claro que há necessidades; não tenho a menor dúvida; todas as áreas que reunirmos, um monte de necessidades para poder discutir. Agora, por exemplo, ao ouvir um grupo que é ligado ao designer, que é ligado à moda, o que se percebe? O que eu estou interpretando? É uma ideia, que vai por mais que eu percebo dessa questão, que é a necessidade de compreender uma ação de cultura. As artes são importantes; todas são fundamentais, mas são parte. Um programa de universidade que trabalha com a comunidade a partir da lógica de uma educação que é uma educação [ecológica] é um projeto de cultura.

ORADOR: Exato. Vamos pegar R\$ 1 milhão. Então, meu projeto não é um laboratório em si, mas preciso de laboratório para realizar o projeto. Nesse sentido, digamos que, desse montante de R\$ 1 milhão, pego R\$ 200 mil para o laboratório, x, que vai continuar depois, mas o objetivo é o fomento, divulgação da arte, do trabalho, da cultura, de um designer, moda etc, vinculado, levando para a população, porque, no caso, a cultura vira um projeto de extensão naturalmente; não que não seja, mas vira. Digamos que vamos trabalhar com curadoria de uma galeria de arte ou com um museu; de designer e arte. Então, eu preciso da galeria.

ORADOR: Como se dialoga com essas outras áreas?. Trabalho numa universidade tecnológica e o mais próximo da arte é o designer; tem artes visuais, música; não tem nenhum curso de arte; é só designer, que é o mais humano que tem numa universidade tecnológica; a situação é dramática.

ORADOR: Os problemas são infundáveis e as nossas demandas também, , como vamos abrir a porta desse edital, dessa portaria, deixar essa porta aberta, para que nos editais futuros nos contemplem também. Talvez seja nesse sentido. Para que, na verdade, possamos usufruir dessa porta aberta dentro das artes.

ORADOR: “Considerar o designer uma área transversal às diversas outras que pode e deve atuar em equipes multidisciplinares, quando estão em questão identidade visual de evento, divulgação, sinalização, segmentos que envolvem o conceito ampliado de instalação como designer de exposições, fotografia, figurino, maquiagem, entre outros”.

ORADOR: Posso complementar, então, dentro da sua linha?. “O designer produz artefatos, imagens e materiais e imateriais que compõem e que, na verdade, que assimilam a cultura e produzem uma nova cultura”.

ORADOR: “O *designer* é uma área transversal que pode e que deve funcionar em projetos multidisciplinares”.

ORADOR: “Divulgação, sinalização e segmentos que contemplam o conceito ampliado de instalação, envolvendo o designer de exposições, fotografia, figurino, maquiagem, entre outros”.

ORADOR: “O design produz artefatos, imagens, materiais e imateriais que compõem e assimilam a cultura e a constituem. Que se subdivide em diversas áreas e que se tornam possivelmente independentes, como design visual, moda, design de produto entre outros”.



1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes - 2014

Relatórios dos Grupos de Trabalho



Ouro Preto/MG, 25 de Março de 2014
Assunto: Recomendações do Grupo de Trabalho de Design no I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes

Designer

O grupo de Coordenadores dos Cursos Superiores de Designer das Instituições Federais de Ensino Superior do país, após discussão, encaminha as seguintes recomendações:

I Dificuldades enfrentadas pela área e propostas de solução

A princípio, salienta-se a questão da nomenclatura das atividades e dos cursos que giram em torno do Design, como o desenho industrial, a moda, o desenho gráfico e visual. Desse modo, manter o Design dentro da multiplicidade e transversalidade que lhe são próprias afirma a gama de possibilidades de atuação que ele abarca.

Dentro de qualquer edital de cultura, seja do Ministério da Educação e Cultura ou afins, não nos identificamos como artistas; porém, estamos bem próximos, pois vivemos um processo criativo, poético e inovador. Tais projetos originam produtos consumíveis no dia a dia, ou seja, as pessoas frequentam e vivem o Design o tempo todo em seus cotidianos.

Percebe-se que, e em todo, dentro das universidades, há uma desarticulação enorme das atividades que acontecem nessas instituições. Assim, vemos no Projeto Mais Cultura uma possibilidade de fazer um encontro interno entre profissionais interessados, para que se defina uma política específica para a Cultura, visto que muitas vezes essas necessidades são deslocadas para o Plano de Desenvolvimento Institucional, que não é o espaço ideal para tal finalidade.

Dessa forma, cria-se, dentro da universidade, um pensamento a fim de se estabelecer um eixo condutor para refletir sobre um evento que englobe



diversas áreas, ou seja, um evento cultural. Além disso, prevalece a necessidade de compreender como ação de cultura não somente as produções artísticas, mas outras atividades sociais e educacionais relacionadas com outras áreas do conhecimento.

A preocupação é com a utilização do potencial reflexivo e crítico dos professores, que são engessados pelas instituições através das burocracias administrativas.

O nosso encontro com o Ministério da Educação e Ministério da Cultura nos dá a oportunidade, através da discussão sobre o Projeto Mais Cultura, de explorar todo o potencial que o trabalho artístico cultural brasileiro é capaz, sendo a questão primordial os benefícios que o edital proporcionará.

Ressalta-se a importância de planos e ações que mostrem o Design não somente para os *Designers*, mas para o público em geral, evidenciando a importância do Design na vida social e, conseqüentemente, na cultura.

Acredita-se que a transversalidade existente no Design é um fator importante. O Design é a materialização de conceitos e de ideias. Busca-se, assim, solidificar interfaces, gostos e semióticas.

Vale ressaltar que temos como objetivo abrir uma porta dentro do Mais Cultura, a fim de poder atuar dentro da cultura e em suas políticas públicas. Como exemplo prático, o *Designer* pode certamente trabalhar com a curadoria e seleção de trabalhos artísticos, uma vez que questões de estética e linguagem perpassam seu conhecimento.

Portanto, como pensar num plano que dê importância para o Designer dentro de um edital



de cultura? Uma das soluções é informar quais são as funções e ações do profissional de Designer, suas questões, modos de operação e áreas de atuação.

Além disso, pensar que o Designer é uma área a ser consultada que contribuiu para a estruturação de qualquer projeto cultural, e como todo profissional, deve ser remunerado mediante as condições e resultados de cada projeto.

Em suma, está em questão o conhecimento do que é o trabalho do Design e o entendimento da importância de tal função, que contribuiu para a estruturação, construção e reflexão de qualquer forma sólida e material que objetiva uma linguagem visual e o desenvolvimento de interfaces.

Conclui-se que o *Designer* produz artefatos, imagens materiais e imateriais, que compõem e assimilam a cultura e a constituem. Subdivide-se em diversas áreas que podem tornar-se posteriormente independentes, como *designer* visual, moda, *designer* de produto, entre outros.

Cabe salientar que a Moda, dentro das especificidades, é uma área que vem se consolidando no cenário brasileiro como patrimônio cultural, de maneira autônoma, com demandas próprias e que geram eventos particulares, como o Teatro, a Dança e áreas afins.

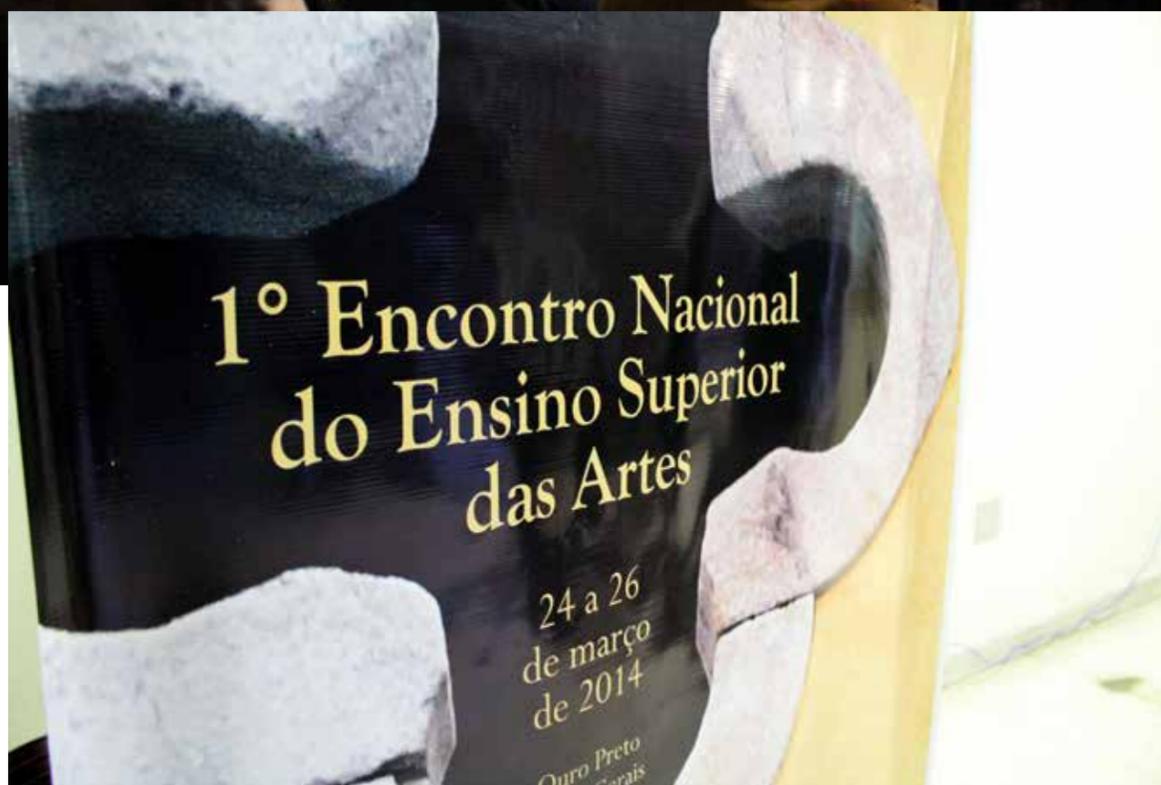
O *Designer* é uma área transversal que pode e deve funcionar em projetos multidisciplinares quando estão em questão elementos de linguagem visual; identidade visual de eventos; mídias; divulgação; sinalização; e segmentos que contemplem o conceito ampliado de instalação, envolvendo *designer* de exposições, cenografia e caracterização cênica (figurino e maquiagem), entre outros.

A stylized illustration of a vintage camera on a tripod. The camera is black with a silver lens and a viewfinder. The tripod is also black. The background consists of two horizontal bands: a top band of light green with small yellow dots, and a larger middle band of orange with small orange dots. The bottom edge of the image is a solid light green. The text 'Retrwaattos' is written in a white, cursive, handwritten font across the center of the image, overlapping the camera and the orange band.

Retrwaattos



Cerimônia de abertura do Encontro das Artes.



Ouro Preto/MG foi palco do 1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes.



A abertura do terceiro dia de encontro contou com um resumo sobre o encontro realizado em Salvador / BA.



A discussão continuou com a apresentação da carta elaborada por representantes do encontro ocorrido em Ouro Preto/MG.



A carta foi discutida e alterada de acordo com a colaboração de todos os representantes que participaram do Encontro.



Américo Córdoba, secretário de Políticas Culturais do MinC, durante a cerimônia de abertura do evento.



Dulce Aquino, da UFBA, juntou-se a Juana Nunes, do Minc, para discutir o último encontro realizado.



Grupo de Trabalho MÚSICA.



Ruana Nunes, do Minc, escutou representantes das universidades no segundo dia do Encontro das Artes.



Grupo de Trabalho TEATRO .



Grupo de Trabalho DANÇA.



O Grupo de Trabalho sobre Dança discutiu o edital e as formas de preconceitos com os cursos de Arte.



O grupo de trabalho sobre Artes Visuais discutiu o programa Mais Cultura nas Universidades no segundo dia de encontro.



O reitor da UFOP Marcone com representantes do MinC, UniRIO e da UFBA.



Professores e pesquisadores da área das Artes se reúnem para discutir as diretrizes para projetos culturais.



O encerramento das atividades contou com a Big Band do curso de Música da UFOP.



Grupo de dança Rosários apresenta danças típicas das regiões brasileiras.



Grupo Maracatrupe durante apresentação no Encontro das Artes.





Participantes conversam antes da abertura do Encontro das Artes.



Participantes do Encontro das Artes, leem a Revista do Festival, sobre o Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana - edição 2013



CARTA DE OURO PRETO

Esta Carta de Ouro Preto nasce do I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes com os representantes do Ensino Federal de Arte de todo o Brasil discutiram a realidade e apresentaram angústias, detectaram fragilidades, vislumbraram potencialidades e, assim, fizeram proposições, dando-lhes voz, fazendo nascer este texto que aqui materializa-se.

O texto nascido em Ouro Preto, berço da Inconfidência, também deve garantir a liberdade. Esse momento, histórico para todos nós, ficará marcado pelo reconhecimento da urgente necessidade de implementação de

condições adequadas para o pleno exercício da sensibilidade, do potencial criativo, traduzido, também, na prática docente que, por sua vez, precisará alçar voo e romper com as estruturas de valores que imobilizam, emudecem, apagam e minam ações.

O diagnóstico: somos capazes de estabelecer uma discussão madura sobre Arte no Brasil. Os diferentes grupos, discutindo suas especificidades, chegaram a um apontamento comum que impele à criação de um espaço contínuo de diálogo, avaliação e proposição de ações. Então, sem se imaginar a dimensão que

teria, o I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes, ancorado na proposição da efetivação de diálogos motivados pela publicação da Portaria Interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013, acabou por descortinar questões que demandavam ações que há muito permaneciam conditas nas celas individuais dos cotidianos. Assim, influenciados dos ares que Ouro Preto ecoa e faz ressoar, propõe-se:

1) A criação de um Fórum Nacional dos Coordenadores dos Cursos de Arte, composto por todos os coordenadores dos cursos das Universidades Federais e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de integrar esses cursos de formação, visando o fortalecimento contínuo da área, apontando para a formação de uma rede com o mapeamento, construção e aprimoramento das políticas culturais nas universidades e um sistema nacional de Arte e Cultura.

A natureza do Fórum se dá a partir da necessidade de constituição de um espaço de diálogo permanente, ainda não experimentado. Fiéis a essa memória inconfidente, que agora nos respalda e sustenta, urge, através do reconhecimento desse Fórum pelo Ministério da Cultura - MinC e pelo Ministério da Educação e Cultura a legitimação de uma ação primordial: a designação de dois representantes desse Fórum para integrarem o Comitê Técnico mencionado no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013.

Liberdade possível se consolida na valorização do artista-professor ou do professor-artista; portanto, nossa voz conclama a uma ação quanto ao veto relativo ao acúmulo de atividades profissionais de docência e produção artística na Carreira de Magistério do Ensino Superior Federal (Lei 12.863/13), que contrapõe-se às indicações

dos objetivos da Portaria nº. 18/2013, bem como, em outra instância, aos critérios para a seleção de professores para o mestrado profissional. Nesses dois programas, espera-se que o professor possa atuar como artista, para que, assim, seja capaz de retroalimentar sua prática docente. Esse veto merece ser revisto para que seja possível o pleno êxito do Programa Mais Cultura nas Universidades antes garantido pelo inciso VIII e § 1º do artigo 21 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterados pelo artigo 1º do projeto de lei de conversão.

Representantes do ensino das Artes nas suas mais variadas nomenclaturas dão voz a uma inquietude que é compartilhada pelas ruas, que resiste às ladeiras e à geografia íngreme, gera movimento e clama a uma só voz: desejamos participar da redação do edital de maneira a garantir políticas educacionais para o ensino das Artes, propondo e acompanhando ações, de maneira que, se sucumbirmos, permaneceremos como corpo, demarcando um espaço que não permite a destruição da força aqui engendrada.

Indicações para o Edital

1. Maior investimento na valorização da criação/produção artística junto aos órgãos de avaliação e fomento através de pontuação adequada e específica.

O sistema de pontuação adotado pela CAPES ainda precisa ser aperfeiçoado para que contemple de maneira equânime as atividades específicas da área de conhecimento em Artes. Os Grupos de Trabalho solicitam a intermediação do Ministério da Cultura para a implementação de melhorias nesse sistema de pontuação. Sugerimos que se façam estudos que garantam a paridade de pontuação das atividades artísticas

com as de pesquisa e de produção bibliográfica.

2. Gestão da execução do plano do Mais Cultura nas Universidades

Os grupos de trabalho indicam a necessidade do estabelecimento de Comissões Gestoras específicas em cada unidade executora do Programa Mais Cultura nas Universidades, conforme artigo 5º da Portaria nº 18 de 2013. Essa comissão terá a função de elaborar ou participar da elaboração, executar, acompanhar e avaliar o programa no âmbito institucional. Espera-se que o edital expresse essa indicação de forma clara, definindo a constituição mínima e as funções dessa comissão. Espera-se também que, na sua composição, o edital indique a participação de professores dos cursos de Arte e Cultura como membros natos, dada a natureza das atividades prioritárias do programa, ao lado de representantes dos técnicos administrativos e dos discentes. A representação externa nessa comissão também será bem-vinda, embora os mecanismos para a indicação dessa participação ainda necessitem de amadurecimento.

3. Aspectos que devem constar no Edital

Sem mencionar as especificidades inerentes às diversas linguagens artísticas, os Grupos de Trabalho indicam, por consenso, que o Edital contemple alguns aspectos, a saber: a) a concessão de bolsas para os coordenadores dos projetos, a exemplo de outros programas governamentais; b) viabilização de contratação de serviços de terceiros (Pessoas Físicas e Jurídicas) e rubrica específica para a aquisição de material permanente necessários à realização das atividades previstas, de forma simplificada, para evitar os entraves já conhecidos; c) criação de mecanismos que facilitem a importação de equipamentos e materiais; d) valorização de

projetos que contemplem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em Artes e Cultura, bem como entre os projetos; e) atenção especial à preservação de acervos artísticos e culturais das Instituições; f) criação e garantia de remuneração para participação da classe artística externa à instituição no processo de ensino das Artes; g) garantia de tratamento equitativo entre as regiões, respeitando suas diferenças e características em termos logísticos, com especial atenção ao “custo amazônico”; h) inserção de ações voltadas às ações do plano de cultura e Arte no planejamento estratégico institucional (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI) e sua consequente inserção nos sistemas de avaliação institucional (SINAES E SINAEP).

4. Alterações nos eixos do Edital

Considerando o protagonismo das Artes no Programa Mais Cultura nas Universidades, recomenda-se que os eixos mencionem a dimensão artística de forma explícita no edital. Os grupos indicam também que as denominações das áreas de Arte e Cultura no Edital sejam específicas, embora não restritivas. Assim, sugerimos os seguintes eixos:

- a. Comunicação e cultura das mídias, cinema e audiovisual.
- b. Diversidade artístico-cultural.
- c. Arte e Cultura digitais.
- d. Economia criativa, empreendedorismo artístico e inovação cultural.
- e. Produção e difusão artística.
- f. Arte e Cultura: formação, pesquisa e inovação.

- g. Memória e patrimônio artístico-cultural.
- h. Ações interinstitucionais em Arte e cultura
- i. Das condições de participação no Programa.

das Instituições de Ensino (Universidades e Institutos Federais) para o estabelecimento dos planos de ação do Programa Mais Cultura nas Universidades. Essas discussões devem pautar os projetos a serem submetidos ao Programa. Espera-se que o Ministério da Cultura indique a necessidade da realização desse debate amplo, no edital do programa.

As Conferências de Arte e Cultura nas Universidades devem ocorrer de maneira a facilitar o diagnóstico, através do mapeamento, discussão, construção, aprimoramento e consolidação de uma política cultural e de produção artística nas instituições de ensino que participam do Programa (universidades e institutos federais), contemplando a realidade local para novas perspectivas, se for o caso. Há uma preocupação em garantir a presença dos cursos de Artes na discussão dos planos de ação cultural e de política institucional de cultura das Instituições Federais de Ensino Superior -IFES.

Ouro Preto, MG, 26 de março de 2014.

Os grupos manifestam sua preocupação quanto ao caráter competitivo que pode ser gerado através do edital. Se essa competição se estabelece efetivamente, a não contemplação de uma instituição pode significar a suspensão ou até mesmo a anulação do plano institucional de Arte e Cultura elaborado em médio ou longo prazo com base nas expectativas levantadas pela Portaria nº 18. De outro lado, todos os grupos sugerem que sejam criados mecanismos que garantam demandas de fluxo contínuo.

6. Conferências de Arte e Cultura nas Universidades

Os grupos de trabalho indicam a necessidade de realização de uma discussão ampla no interior



Questionário de Acompanhamento de Produção do Edital Mais Cultura nas Universidades

Com esse questionário, se procurou perceber qual o diálogo estabelecido entre os coordenadores de cursos de artes das IFES e as pessoas responsáveis pela execução dos projetos institucionais, enviados para o Edital Mais Cultura nas Universidades.

QUAIS MELHORIAS E SUGESTÕES VOCÊ INDICARIA PARA UM POSSÍVEL DESDOBRAMENTO DO ENCONTRO?
Acho que o encontro foi muito bem organizado. Manteria a divisão por grupos de trabalhos das respectivas linguagens e outras (dança, música, teatro, artes visuais,...) Para levantamento e discussão das necessidades. Depois, teria um representante de cada GT para expor aos demais representantes levantando pontos comuns e divergentes para que se possa caminhar nas prioridades de cada linguagem, mas também no fortalecimento de um coletivo de artes.
Apresentação dos resultados e propostas de iniciativas para sanar as dificuldades levantadas no ensino das artes levantadas no I Encontro. Maior espaço de discussão nos GT's.
Construção de uma pauta coletiva, através de representações (por exemplo, fórum de coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação em artes – ANPAP, etc) previamente ao encontro.
Encontro com os coordenadores de cursos específicos: teatro, dança etc..
Encontros nacionais de coordenadores de cada curso: teatro, dança, música e artes visuais; inclusive esta foi uma proposta do grupo de coordenadores de teatro. E eu me disponho a estar em uma comissão para organizar esse evento.
Estabelecer um fórum antecipado ao evento.
Eu repetiria o formato com maior tempo para o trabalho na redação final dos documentos.
Fomentar a atividade artística entre as universidades e a sociedade. Trazer experiências decorrentes da proposta.
O local mais acessível.
Pauta (via e-mail) de discussão previamente enviada e objetivos claramente definidos.
Clareza sobre a representação das áreas (ex.: design não é arte!).
Penso que uma discussão sobre os temas, previamente nos campi, ajudaria em uma plenária nacional. O encontro deve ter uma melhor dinâmica para as discussões, a forma aberta em que foi realizado permitiu o controle por determinados grupos não sendo possível escutar todas as realidades.

Poderia haver um rodízio nos locais desse encontro. Não ser concentrado nas região sul e centro-oeste.
Poderiam ter sido enviadas informações para que nos preparássemos melhor para o evento. Com uma preparação anterior ao evento, poderemos dar maiores contribuições nas discussões.
Redefinição dos grupos de trabalhos dando maior atenção as especificidades de cada área.
Estabelecimento de programas que envolvam políticas de patrimônio e conservação para educação patrimonial. Privilegiar os conceitos de patrimônio cultural e memória como temas de possíveis encontros.
Seria importante a realização mesas de discussões específicas onde poderia ser trabalhado temas como política pública para ensino das artes.
Seria muito interessante que o encontro fosse continuado, com frequência anual. As discussões foram extremamente produtivas, e as propostas levadas pelos professores e coordenadores de curso foram muito positivas. Pela primeira vez na história da universidade brasileira, a grande área de artes foi de fato levada a sério. Temos muitos problemas com relação ao formato de academia, que é direcionado às ciências duras. O impacto maior se dá justamente na falta de um plano de carreiras para o magistério artístico, tal como existe nas universidades públicas paulistas. É necessário que as discussões promovidas se transformem em propostas concretas, através de projetos de lei, de forma semelhante ao que acontece nos fóruns e conselhos de cultura.
Sugiro que no próximo ocorra mais grupos de trabalho para troca de experiência e discussões sobre o currículo dos cursos entre os coordenadores.

NA SUA OPINIÃO, POR QUE SUA INSTITUIÇÃO NÃO CONSEGUIU ORGANIZAR UMA COMISSÃO/EQUIPE PARA ELABORAÇÃO DE UMA PLANO DE CULTURA?

Eu não tenho conhecimento de que o plano de cultural da UFRN esteja sendo organizado; no entanto é bem possível que esteja sendo organizado pelo NAC- núcleo de arte e cultura junto a PROEX. As pessoas que trabalham com arte e cultura nessa universidade são pessoas, digamos, eufemisticamente, muito difíceis.

A SEU VER, QUAL A IMPORTÂNCIA DE UMA PROPOSTA COMO O EDITAL MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR?

O edital mais cultura nas universidades é uma oportunidade de se ter alguma verba para fomentar a arte e cultura através da universidade, no entanto o edital é demasiado burocrático e pede ações que são de difícil execução sobretudo por professores/as assoborçados com o trabalho do cotidiano do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Ademais são muitas universidades e a possibilidade de uma universidade do Nordeste ganhar o edital é mínima, ou seja, muito tempo que vai ser desperdiçado para a escrita de um edital com mínimas chances de vencer.

De suma importância uma vez que prevê financiamento de ações dirigidas à arte e a cultura, muitas vezes esquecidas ou pouco valorizadas no âmbito acadêmico.
Valorização da área e ações de artes frente a outras áreas do conhecimento.
Vejo que o Mais Cultura nas universidades favorece o embrião para o desenvolvimento de uma política cultural pelas IES, pois coloca as instituições a pensarem de forma articulada suas estruturas internas e o espaço externo a ela (sociedade e outras instituições). A possibilidade de discutir a cultura ao nível institucional a coloca como um bem de toda a IES e desvincula como sinônimo de arte.
A grande importância é a possibilidade de mobilização de diferentes setores da universidade (diferentes cursos, ações, etc) em torno de um planejamento em torno de um plano de cultura para a instituição. Importantes encontros e trocas de experiências têm acontecido em decorrência do edital.
Uma proposta para o edital significa a possibilidade de discutir e organizar ações culturais e artísticas dentro da IES.
A meu ver a proposta do edital mais cultura nas universidades para o desenvolvimento da cultura irá fortalecer o diálogo entre as políticas públicas culturais, o reconhecimento e a ampliação de saberes dentro da universidade.
Acredito que seja uma boa oportunidade para se estabelecer uma política cultural na universidade, com um aporte financeiro crucial para o fortalecimento de tal política.
Serviu em primeira instância para mobilizar a questão de um plano de cultura dentro da universidade, porém discute-se ainda a natureza específica das artes, que continuam sendo “refuncionalizadas” (ou seja, só são reconhecidas se tiverem algum outro fim). Entretanto, até mesmo esta questão gerou o debate
Fundamental para abrir a mentalidade retrógada à ditadura militar, que permeia as universidades federais.
Propiciar um movimento de saída dos lugares cotidianos no fazer acadêmico e dar voz a habilidades antes menos valorizadas.

COMO TEM SIDO O DIÁLOGO ENTRE OS MEMBROS DA COMISSÃO/EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÕES DO PLANO DE CULTURA DA SUA INSTITUIÇÃO?

Há certa centralização da diretoria de arte e cultura vinculada à Pró-Reitoria de extensão, no entanto, todos os envolvidos se impõem e se articulam, evitando assim esse problema.”

Até o prezado momento tranquilo.

O diálogo tem sido bem frutífero e promissor. Há um verdadeiro empenho dos componentes em realizar um projeto que realmente abarque a construção de uma rede de cultura e arte dentro da universidade federal de goiás, fazendo com que cada campi/polo desenvolva sua usina cultural e, ao mesmo tempo, favoreça uma disseminação em rede daquilo que é produzido, pensado, pesquisado.
O diálogo tem sido intenso e muitos dos textos foram elaborados conjuntamente.
O diálogo tem acontecido de maneira um pouco precária. Reuniões foram marcadas, sem que houvesse convocação de todos os membros.
O diálogo é mantido em reuniões específicas para este fim.
O projeto foi elaborado a partir de uma metodologia participativa
Tentou-se expandir na medida do possível o máximo o acesso a participação. Mas é importante considerar que a mobilização se deu muito em função dos recursos, o que é natural. Percebeu-se que a demanda é muito maior do que a oferecida...
Suave, mas lento.
Muitas vezes, bem difícil. Muitas diferenças de compreensão. Outras em total harmonia, com grandes encontros e afinidades.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA DA SUA INSTITUIÇÃO?
Perfil do diretor de arte e cultura da universidade que tem pouca capacidade de liderança. Pouco entendimento da importância de se reformar o espaço expositivo das artes visuais para a criação de uma galeria para o curso de licenciatura, acarretando em uma redução de orçamento para esta ação. Falta de visão de conjunto e tentativa de fazer pequenas ações ao invés de pensar em ações maiores e mais potentes, como infraestrutura.
Ausência de maior suporte e explicação de itens do edital por partes dos ministérios da Educação e da Cultura. Formulário mais simples para preenchimento.
As planilhas de orçamento. Se o Mais Cultura atuasse como prêmio, acreditamos que a burocracia na construção e instalação do projeto poderia ser diminuída, agilizando o manejo e distribuição da verba. Como prêmio, o gasto poderia ser discriminado nos relatórios, com as respectivas comprovações de onde a verba foi gasta.
Sentimos a ausência inicial de outras áreas no início do planejamento. A universidade poderia ter planejado um edital interno de seleção de propostas - esta ideia foi lançada e provavelmente será lançada nas próximas edições do edital. Com o projeto bastante encaminhado, aos poucos foram surgindo novas propostas que foram agregadas ao projeto original.

A UFMS tem campus em 11 municípios, desta maneira existe dificuldade em reunir representantes ou pessoas ligadas a atividades culturais.
Poucas reuniões agendadas para debater sobre o assunto; falta de verba para a realização dos projetos.
O fato do mesmo ter sido lançado no fim do ano e com isso muitos professores não estarem presentes na instituição durante os meses de dezembro-janeiro-fevereiro, meses em que o plano foi elaborado.
O mapeamento através de projetos de cultura e artes desenvolvido mostrou que temos uma demanda maior por mais recursos na área, maior mesmo do que o que é oferecido.
Também se mostrou forte a questão de que o edital focaliza a questão do acesso a cultura e a arte, porém os projetos acabam por ter que se enquadrar em modalidades que tornam a arte direcionada para ações sociais, ou seja, experiências e produções artísticas que não se enquadrem neste modelo ficam isolados e sem recursos. A discussão e abrangência do plano foi questionada neste sentido, tendo o afastamento da participação de alguns professores da linha de artes que não se sentiam contemplados. Acabou-se envolvendo mais as questões extensionistas - o que é bom por um aspecto, mas que não considera a especificidade do "conhecimento em artes", para além das barreiras

QUAIS AS PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS/AUSÊNCIAS ENCONTRADAS PELA COMISSÃO/EQUIPE NO EDITAL MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES?
No início houve muita dificuldade de entender questões específicas do edital já que o MINC demorou em responder e em elaborar o FAQ. O modelo do orçamento não é claro. Número de páginas disponibilizadas para um projeto que pode chegar a 1,5 milhão de reais.
Dificuldades para pagamento de bolsas em ações.
Acredito que o edital contempla de forma abrangente as potencialidades de se desenvolver um planejamento de cultura dentro das universidades.
O edital é bastante abrangente, muitas das deficiências são da própria comissão, que poderia agregar mais pessoas de diferentes áreas para uma construção mais holística da ação cultural em nossa instituição.
A apresentação de propostas por parte dos professores da área de artes, sobretudo os visuais.
Pouca divulgação do evento; pouco engajamento das pessoas;
Acreditamos que alguns aspectos do edital não eram claros quanto à forma de elaboração.
Acabou-se envolvendo mais as questões extensionistas - o que é bom por um aspecto mas que não considera a especificidade do "conhecimento em artes", para além das barreiras de finalidade da arte.

Participação da comunidade acadêmica.
Em relação ao edital, a abrangência dá margem a interpretações equivocadas de sentido quanto os conceitos básicos não são comuns: cultura, inclusão, vulnerabilidade social, por exemplo.
A PARTIR DA SUA EXPERIÊNCIA COM O EDITAL, QUAIS PONTOS VOCÊ ACREDITA QUE PODERIAM SER MELHORADOS?
Criar a exigência da participação dos coordenadores dos cursos de artes como pré-requisito.
Aumentar o número de páginas do projeto
Deixar mais clara a planilha de orçamento
Deixar mais evidente a possibilidade de construção civil
Abrir um espaço maior para projetos de criação artística, de pesquisa em artes, projetos independentes.
Acredito que a medida que o edital se repita, teremos maior clareza quanto àquilo que é relevante no mesmo
Acredito que deveria ter ficado mais claro que o plano precisa ser elaborado por uma comissão representativa. Bem com, em caso, de aprovação que a destinação orçamentária também fosse feita por essa mesma comissão, ou outra, que garantisse a transparência das ações.
Os critérios avaliativos valorizam aspectos culturais, sendo que deveria também ser considerado aspectos artísticos.
NA SUA OPINIÃO, QUAIS MEDIDAS E AÇÕES PODERIAM SER TOMADAS A FIM DE OTIMIZAR AS ELABORAÇÕES E INSCRIÇÕES NO EDITAL MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES?
Primeiramente o prazo que deve ser maior para um projeto dessa envergadura. Possibilidade de evento, como foi o encontro, para a discussão e entendimento do edital assessoramento do MINC para as universidades que necessitem
Melhorar o canal de comunicação do evento;
Incentivar a participação de um número maior de instituições de ensino.
Acredito que poderíamos ter modelos de planilhas de custo. Esta foi uma de nossas maiores dificuldades, o que e de que maneira definir a planilha.
As medidas, ao meu ver, referem-se a ações dentro da própria ies, que poderiam fomentar mais espaços para discussão e compreensão sobre o que é o plano de cultura.

Envio da proposta via sistema online e disponibilização de pessoas para tirar dúvidas.
Estabelecer mais prazo para apresentação e criação de novos projetos. Abrir espaço específico para inserção de projetos de criação artística, experimentação, desenvolvimento de linguagens.
Aumento do recurso por universidade.
Mais encontros em torno dos planos de cultura das universidades, com os diversos coordenadores e chefes de departamento, com uma preparação anterior ao evento para que melhores discussões possam ser construídas nos debates.
Permitir que as propostas fossem feitas pelas coordenações de arte, e não pelas pro-reitorias de cultura.
QUANTO AOS PRAZOS E AS DATAS, O QUE VOCÊ PENSA QUE PODERIA SER MELHORADO?
Sim, muito.
Que os prazos não sejam “atropelados”.
Acho que o maior problema foi o período em que foi lançado, por ter sido no fim do ano, foi difícil termos o número de reuniões que gostaríamos de ter tido com os professores e com todas as parcerias envolvidas em nosso plano.
Buscar que entre o lançamento e o prazo final do edital não tenham períodos de férias docentes envolvidos. Dificulta muito a execução.
Estender os prazos.
Já foi melhorado quando houve a prorrogação da entrega.
Mudaria o prazo de encaminhamento das propostas, pois em janeiro e fevereiro muitos professores estão de férias, o que prejudica a mobilização.
O prazo inicial é muito pequeno para que a IEs se articule. Penso que poderia ser maior.
Sim. Expansão dos prazos, conforme acabou tendo que acontecer.
Talvez fosse melhor trabalhar antes do início do ano, todo o trâmite do edital (submissão e avaliação das propostas, bem como a divulgação dos resultados) acontecessem antes do ano em que os projetos acontecerão.

NA SUA OPINIÃO, QUAL A RELEVÂNCIA DE UM EDITAL COMO O MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES NO ÂMBITO ACADÊMICO BRASILEIRO?

Acho fundamental que a universidade esteja engajada em projetos voltados para a cultura e a arte. O saber não se faz apenas de conhecimentos teóricos, de aulas, mas de vivências que extrapolam a sala de aula. Acho que este é o primeiro passo para que a universidade possa se envolver mais e fomentar a cultura e arte em suas comunidades acadêmicas e extra acadêmicas. E o apoio financeiro é imprescindível para a viabilização das ações.

Acho super relevante. Pois irá envolver mais os alunos na vida cultura, pois faz muita falta em sala de aula

Acredito que o desenvolvimento de atividades que trabalhe a cultura e a expressão cultural por meio das artes, poderá abrir mil possibilidades e espaços para se apresentar, compreender, aceitar, viver e compartilhar a diversidades dos povos de nosso país e até mesmo do universo. Principalmente, para o mundo acadêmico, que com a chega do ENEM trouxe para a sala de aula a pluralidade populacional, onde cada um traz um pouco de si e do seu povo e todos juntos precisam conviver, aprende e ensinar ao mesmo tempo nesta relação que eu chamo de construção do conhecimento. Ademais, as artes envolvem conhecimento, cultura, tecnologia, metodologia e ciência enquanto se esforça para se expressar e existir e com ela vem como agrado os benefícios das relações inter e intrapessoais. Parabenizo e me disponho a colaborar.

Ainda que não tenha tido a disponibilidade de me envolver junto a comissão do Mais Cultura na universidade, penso que a mobilização das universidades, para criar um plano de cultura seja fundamental politicamente para nós todos.

Aqui conseguimos, a partir de uma mobilização conjunta da PROEX da faculdade de artes visuais (onde estão os cursos de artes visuais, cinema e audiovisual, multimídia e museologia), escola de música e escola de teatro e dança) conseguimos nos juntar nesse processo de criação do plano para a UFPA. Segue o link para que vocês verifiquem o andamento: <http://culturadigital.br/maisculturanaufpa/>

Apesar de o edital ser amplo demais, na minha opinião, vejo que foi uma oportunidade para a universidade reconhecer a necessidade e importância de um planejamento institucional para a arte e a cultura.

Como é algo que esta começando a ser implementado não tenho certeza sobre sua relevância. Entretanto, espero que funcione possibilidade de circulação e de um maior acesso a bens culturais dentro das universidades.

Considero muito relevante a disseminação da cultura no âmbito da academia, e o edital do Mais Cultura, oportunizará a participação das universidades tendo o apoio e patrocínio do governo federal que incentivará a implementação das políticas culturais tão necessárias no país para a preservação e difusão da cultura brasileira.

Creio que é uma forma de expandir a extensão nas universidades. A extensão em muitos casos é relegada ao plano secundário pelas universidades, que em grande parte priorizam a pesquisa em detrimento até do ensino. Na minha opinião pessoal, isso ocorre especificamente por causa das linhas de financiamento, que focam especialmente na pesquisa, o que contempla apenas algumas áreas do conhecimento. E mais cultura nas universidades é um edital que protagoniza as atividades de extensão e cultura.

Dar oportunidade para a cultura no âmbito das universidades, pois é uma área pouco privilegiada.

De suma importância. De um lado, até que se (re)invente outro modo de financiamento das produções culturais no Brasil, imagino que programas como o supracitado tenta distribuir a verba pública de modo mais equitativo por mérito. Por outro, pode provocar a comunidade universitária a inventariar, organizar, refletir e avaliar sobre a sua produção cultural, estimula a socialização dos que produzem cultura, provoca parcerias e interdisciplinaridade dos projetos.

É de grande relevância pois oportuniza o desenvolvimento de atividades de extensão pesquisa tendo como foco a cultura de cada região e de cada estado

É fundamental. A partir deste, a administração passou a cuidar, ou dar mais atenção aos cursos de artes. A ter mais interesse e atender nossas reivindicações.

É importantíssimo por fomentar o debate sobre a cultura e por promover ações voltadas para a inovação no meio acadêmico.

Esse edital é de extrema importância para que consigamos contemplar outros tipos de necessidades dos nossos alunos e da nossa comunidade acadêmica, tornando possível que percebam e desenvolvam suas subjetividades e a formação estética.

Este edital é uma oportunidade história para que as artes possam realizar projetos culturais, de ensino, pesquisa e extensão dentro das instituições, conforme as necessidades particulares da área. Os desafios enfrentados no cotidiano do professor de arte na universidade brasileira vão desde as normas para publicações de livros e adaptações de laboratórios até em critérios de progressão funcional. Infelizmente, na experiência da minha instituição, a Pró-Reitoria de extensão se apropriou do projeto para o plano de cultura, e “repartiu” os recursos entre diversos setores da UFMA que não necessariamente possuem produção artística. Isso precisa ser urgentemente revisto, pois eu, como único participante da UFMA no encontro nacional do ensino superior das artes, não fiz parte da comissão organizada pela Pró-Reitoria de Extensão. Todavia, o departamento de artes fez uma proposta e a submeteu anteriormente, com o aval do magnífico reitor. Entretanto, talvez haja problemas se o ministério da cultura receber duas propostas.

Estimular o conhecimento das artes é aprofundar o estudo da cultura e da história humana, o que pode ajudar a melhorar e criar um senso crítico mais apurado e desenvolver o olhar artístico e filosófico

Extremamente importante uma vez que a cultura envolve diversas áreas do conhecimento tais como história, artes, design, dentre outras.

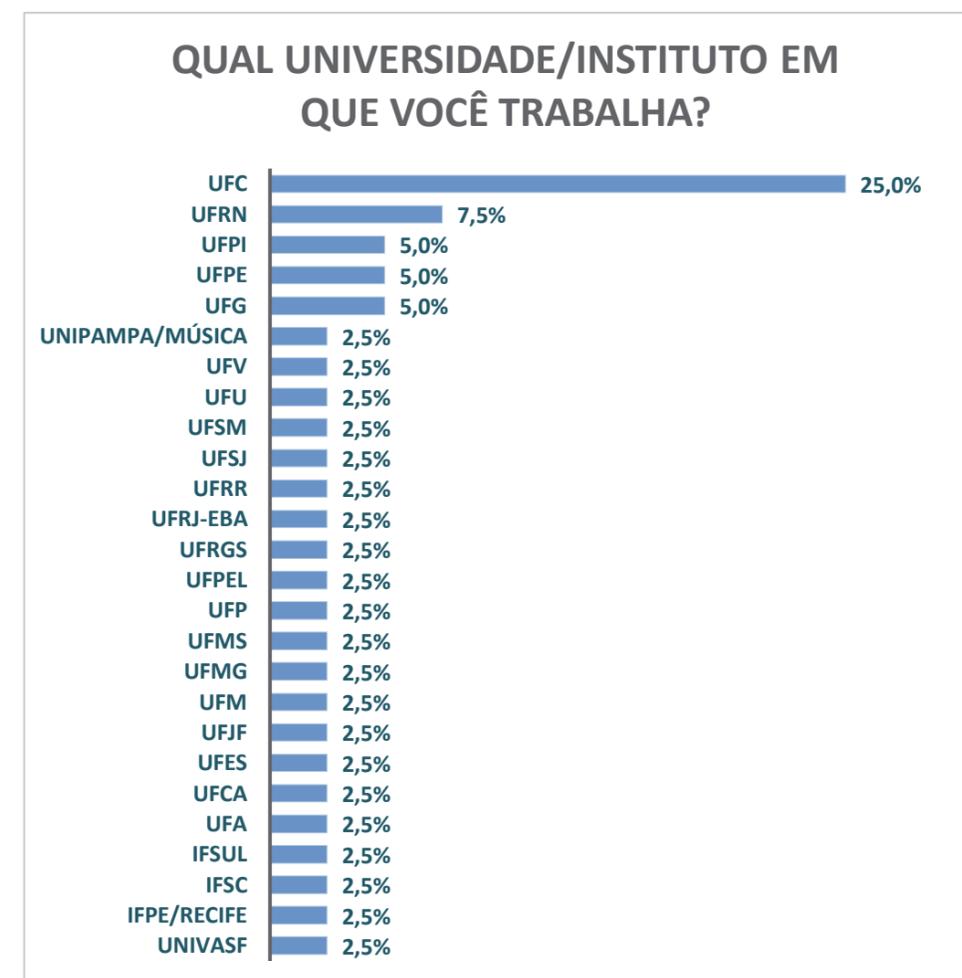
O movimento de mais cultura nas universidades fortalece as práticas já existentes, alarga a divulgação dessas práticas, mobiliza agentes atuantes e dedicados além de atrair maiores ações e maior quantidade de pessoas que embora desejam participar de ações diversas, desconhecem.

Fomentar a interdisciplinaridade, ampliar discussões, entrelaçamentos e a diversidade cultural de diversas regiões do Brasil através de novos projetos e programas. Não pude participar de todas as reuniões por estar coordenando outro grande projeto (PROEXT MEC) e estar em processo de avaliação in loco do MEC/INEP do curso que coordeno, mas acompanhei os principais debates e percebi a intenção de a UNIPAMPA mobilizar definitivamente caminhos em direção à ampliação da cultura, dentro e fora do âmbito acadêmico. Também, fiz relato do encontro em ouro preto que, a meu ver, foi um evento fundamental para dar o passo inicial e tecer novos contatos.

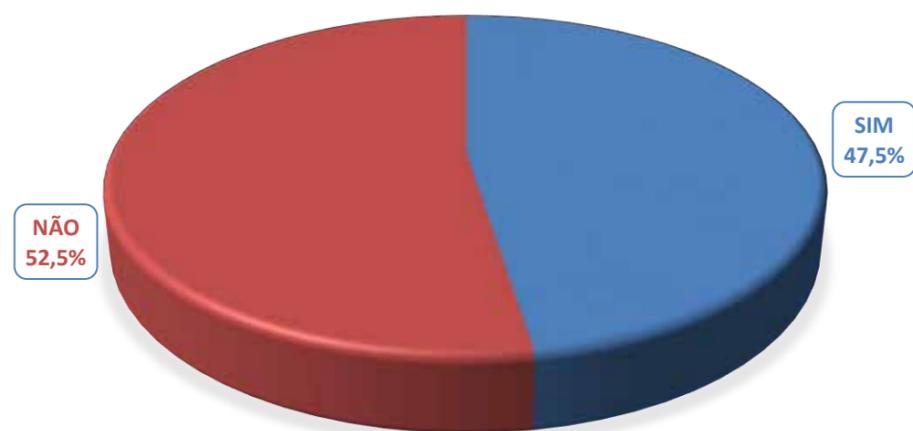
Fundamental a existência deste edital, será uma ferramenta que ajudará bastante nos projetos culturais desenvolvidos pelos docentes.
Muito importante.
O edital é uma forma de sanar a falta de um programa para a cultura. Sem falar que é mais um edital onde professores terão de administrar, escrever, etc., mas ainda é melhor com eles que sem nada. Embora o ideal fosse um programa de incentivo a cultura nos IFs e universidades.
O edital ficou focado em atividades voltadas para o amplo entendimento do termo “cultura” e a arte mais uma vez ficou em segundo plano.
O edital tenta preencher uma lacuna que está presente de forma geral na educação brasileira, principalmente em relação às artes. Essa proposta deveria ser inserida nos orçamentos das universidades e com rubricas específicas e não somente por meio de edital.
Infelizmente, a educação e, principalmente a estética, sempre foi tratada como despesa e não como investimento por nossos governantes. Precisamos mudar esse quadro.

Finalizadas as consultadas realizadas pelos questionários acima citados, realizamos uma consolidação dos mesmos, a partir de gráficos, o que nos dá uma dimensão bastante ampliada de como foi a inclusão dos coordenadores de cursos de artes das IFES na elaboração dos projetos enviados para o Edital Mais Cultura nas Universidades.

Esses gráficos, mostrados a seguir, podem servir como base para futuros editais e para ampliar as discussões no âmbito das artes junto as IFES.



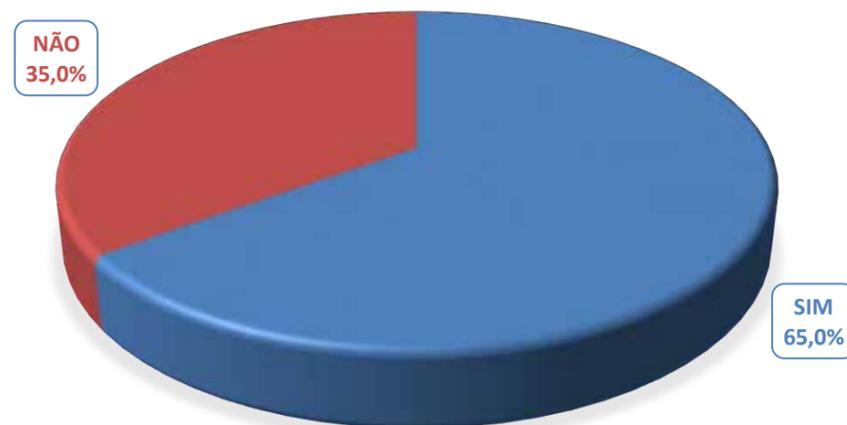
VOCÊ PARTICIPOU DO I ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DAS ARTES?



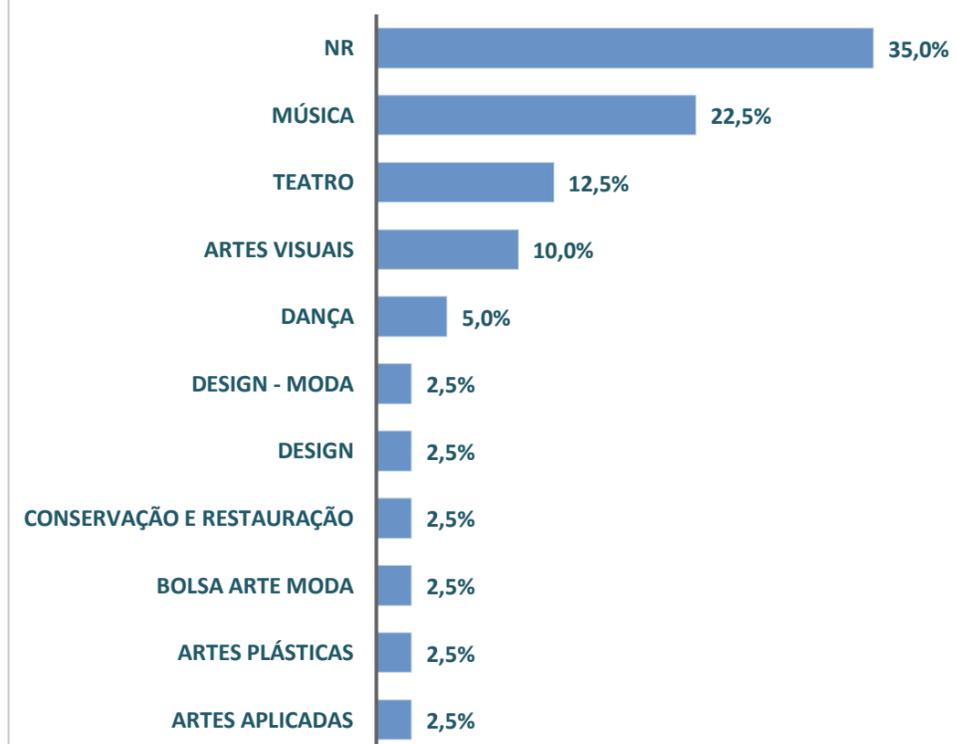
PARA VOCÊ, FOI IMPORTANTE TER PARTICIPADO DO I ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DAS ARTES?



VOCÊ É O COORDENADOR DE ALGUM CURSO DE ARTE DA SUA UNIVERSIDADE/INSTITUTO?



VOCÊ É O COORDENADOR DE ALGUM CURSO DE ARTE DA SUA UNIVERSIDADE/INSTITUTO?



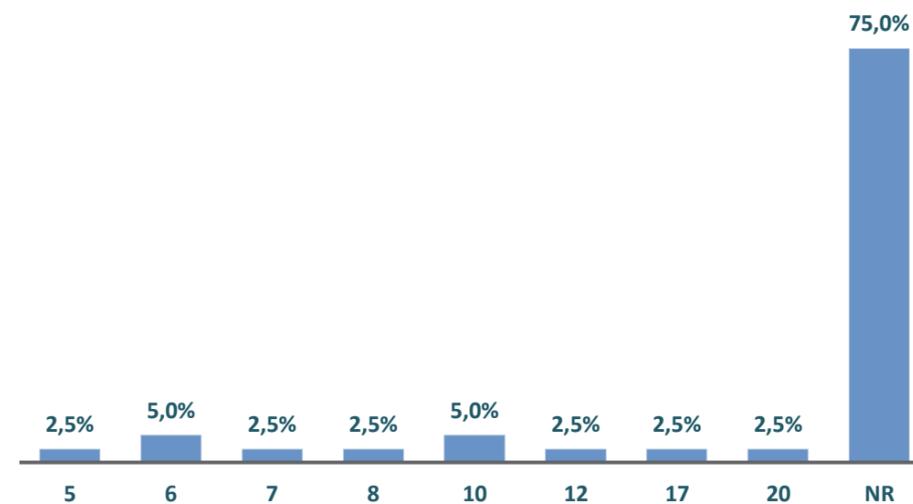
SUA UNIVERSIDADE/INSTITUTO ESTÁ SE MOBILIZANDO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA?



VOCÊ FAZ PARTE DA COMISSÃO/EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA DA SUA UNIVERSIDADE/INSTITUTO?



QUANTAS PESSOAS COMPÕEM A COMISSÃO/EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA DA SUA INSTITUIÇÃO?

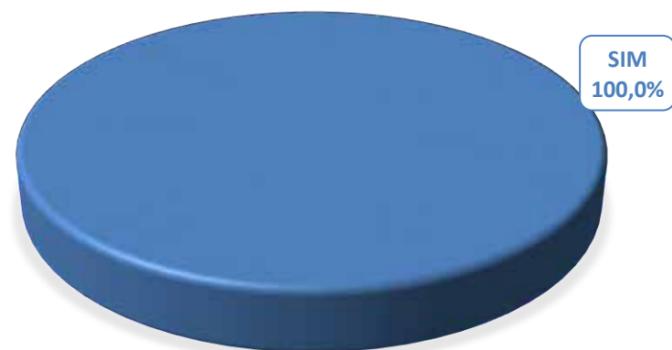


QUAIS AS ÁREAS ESTÃO REPRESENTADAS NA COMISSÃO/EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA DE SUA INSTITUIÇÃO?



Considerações Finais

VOCÊ ESTÁ DE ACORDO COM TODAS SUAS
INFORMAÇÃO AQUI INSERIDAS, E CONFIRMA
A VERACIDADE DOS DEPOIMENTOS E
OPINIÕES?



A partir de todo o material revisado e agora publicado nessa edição, estamos convencidos que a grande variedade dos cursos de artes ofertados nas IFES, na sua maioria cursos novos implantados durante a expansão do ensino superior brasileiro ocorrida nos últimos anos, são de suma importância nos contextos educacionais e culturais dentro de suas próprias instituições e dos espaços públicos onde estão inseridas..

Entendemos que agora sua consolidação se faz urgente, visto a grande demanda ainda por realizar, expressadas aqui pelos representantes dos referidos cursos.

Esperamos poder continuar contando com a sensibilidade do MEC e do MinC, que numa parceria histórica, referendada em plenária da ANDIFES, entendeu a importância e a dimensão das ações realizadas por esses cursos junto aos seus públicos internos e externos, consolidando e ampliando o saber na área de arte do Brasil.

Antes de finalizarmos, não poderíamos deixar de agradecer imensamente duas pessoas fundamentais na consolidação dessas políticas públicas.

A primeira, Juana Nunes, peça fundamental na articulação entre os vários poderes e grande pensadora da cultura nesse país, que com garra e sabedoria, ampliou e consolidou essa discussão nos fóruns pertinentes pelo Brasil afora e a Profa. Dra. Dulce Aquino, além de professora também renomada artista na área de dança, que com sua grande visão e conhecimento dos “estados da arte” atuou imensamente para que esses encontros e seus desdobramentos se fizessem realidade.

Por fim agradecer ao FORPROEX com vêm atuando nas diversas áreas de extensão pelo Brasil afora e que sempre entendeu a importância e a dimensão das artes na consolidação de uma visão ampla da função das artes na construção de nossa identidade cultural e a UFOP, que abraçou a iniciativa desse encontro, nos propiciando, a todos que atuam junto as IFES, ampliar o debate sobre nossas ações e que estas possam se consolidar e provocar novos espaços do saber.

